

MAGÉ NA CRISE DO ESCRAVISMO

SISTEMA AGRÁRIO E EVOLUÇÃO ECONÔMICA
NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS
(1850 - 1888)

ANTONIO CARLOS JUCÁ DE SAMPAIO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA À
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

ORIENTADOR: PROF. DR. JOÃO LUIS RIBEIRO FRAGOSO

NITERÓI

1994

A Eliane,
paixão eterna e completa

Ao "seu" Manoel e Dona Maria,
filhos de Teresópolis, em quem encontrei exemplos concretos de
uma população despossuída e humilde. O convívio com eles sem
dúvida serviu-me de inspiração e, também, de âncora, fazendo
com que mantivesse os pés sempre no chão.

AGRADECIMENTOS

Uma dissertação é, sem dúvida, um trabalho individual. Mas nem por isso deixa de representar, também, um esforço coletivo, em que as mais diversas pessoas participam e influenciam das mais diferentes formas.

Olhando para trás, sou obrigado a reconhecer que a primeira grande influência partiu de meus pais, que sempre ensinaram-me a gostar de meu país não como uma entidade abstrata, mas como uma realidade concretizada na vida de seu povo, sobretudo em sua parcela mais humilde.

A Eliane, minha esposa, devo toda a dedicação e amor que me deu, sem dúvida fundamentais para eu conseguir chegar até aqui, bem como a compreensão necessária pelas vezes em que tivemos que abdicar de nossos momentos.

A Ieda Camões, brilhante analista, agradeço a própria feitura dessa dissertação. Sua ajuda foi imprescindível para que eu encontrasse o meu caminho.

No campo próprio da História, não posso esquecer da grande importância que teve o professor Ciro Cardoso, com quem eu e um grupo de alunos tivemos a oportunidade, ainda na graduação, de aprendermos muito sobre o ofício de historiador e de quem sempre tivemos total apoio. A ele devo, inclusive, o gosto pelo estudo da escravidão e, de forma mais ampla, das formações sociais pré-capitalistas. O meu agradecimento mais importante cabe, contudo, a meu orientador, João Fragoso. Com

ele posso dizer que aprendi o "caminho das pedras", ou seja, a como ser um verdadeiro historiador, além de contar sempre com seu apoio. Além disso, o seu exemplo de profissional dedicado e rigoroso foi da maior importância. Grande influência tiveram também Francisco Carlos e Hebe de Castro. O primeiro com seus trabalhos acerca da questão do abastecimento e com suas observações em relação ao meu projeto de pesquisa. A segunda, através de suas pesquisas, sem dúvida fundamentais na minha decisão de investigar uma região produtora de alimentos. Por fim, não podia deixar de citar aqui a "turma de agrária", um grupo sem dúvida brilhante, que ainda vai produzir muita coisa boa, e que me ajudou com observações pertinentes sobre meu trabalho: Ricardo, Edval, Carla, Eliana, Dora, José Roberto, Ana Lugão, e tantos outros.

ÍNDICE

Introdução

1

Capítulo 1:

A agricultura comercial de alimentos em Magé.

18

Capítulo 2:

O monopólio da terra e da riqueza: a hierarquização social em Magé na segunda metade do século XIX.

43

Capítulo 3:

Camponês e senhor: a pequena produção de alimentos em Magé na crise do escravismo.

96

Capítulo 4:

A escravidão em Magé.

123

Conclusão:

174

Fontes:

179

Bibliografia:

180

LISTA DE TABELAS

1.1: Participação percentual da farinha de mandioca na produção total (Rio de Janeiro e Bahia, 1778, 1796 e 1850/56). 20

1.2: Participação da farinha de mandioca e demais culturas na estrutura produtiva mageense: 1850/1886 . 25

1.3: Números totais e médias dos escravos, das principais criações e da produção de farinha (1850-1886). 30

1.4: Variação do preço médio da saca de farinha de mandioca em mil-réis e em libras (1850-1886). 39

2.1: Estrutura de posse da terra em Magé por faixas de tamanho das propriedades (1855-1857). 46

2.2: Formas de aquisição da terra em São Nicolau de Suruí em termos absolutos e percentuais (1855-1857).	52
2.3.1: Participação dos grupos de fortuna nos principais itens dos inventários (1850-1856). Valores em libras	67
2.3.2: Participação dos grupos de fortuna nos principais itens dos inventários (1860-1866). Valores em libras.	68
2.3.3: Participação dos grupos de fortuna nos principais itens dos inventários (1870-1876). Valores em libras.	69
2.3.4: Participação dos grupos de fortuna nos principais itens dos inventários (1880-1886). Valores em libras.	69
2.4: Participação percentual dos principais itens dos inventários na fortuna de cada grupo (1850-1886).	70
2.5: Preço médio dos escravos e número médio de cativos por inventário (1850-1886).	71
3.1: Participação dos inventariados com ou sem terras no total, em termos absolutos e percentuais (1850-1886)	100
3.2.1: Divisão dos inventariados conforme o estado civil e o número de filhos (1850-1886).	106

- 3.2.2: Divisão dos inventariados casados ou viúvos conforme o número de filhos (1850-1886).
107
- 3.3: Relação entre o número de filhos, a posse de escravos e a fortuna média (1850-1886).
107
- 3.4.1: Distribuição etária da população escrava (1850-1866).111
- 3.4.2: Distribuição etária da população escrava (1870-1886).112
- 3.5: Perfil dos principais investimentos dos camponeses (1850-1886).
117
- 4.1: Estrutura da posse de escravos, segundo as faixas de tamanho dos plantéis.
129
- 4.2: Estrutura da posse de escravos em Magé, ao longo do tempo (1850-1886).
137
- 4.3: Participação absoluta e relativa de escravos e livres na população mageense (1850-1872).
144
- 4.4: Razão de masculinidade em Magé, Capivary e Paraíba do Sul (1850 a 1872).
148

4.5.1: Proporção de africanos e crioulos na população escrava em % (1856 e 1872).

155

4.5.2: Naturalidade dos escravos crioulos em 1872 em %

155

4.6: Distribuição percentual e razão de masculinidade da população escrava por faixa etária (1850 a 1886).

158

4.7: Parentescos explicitados nos inventários (1850-1886)

163

INTRODUÇÃO

O município de Magé, objeto de nosso estudo, localiza-se no fundo da baía de Guanabara. Dentro da conformação que possuía na segunda metade do século XIX, poderíamos dividi-lo em duas áreas geograficamente distintas. Por um lado, temos uma região de baixada, com um clima quente e de ocupação mais antiga (englobando as freguesias de Piedade, Suruí e Guapimirim) e, por outro, uma região serrana, com um clima mais ameno e de ocupação mais recente (freguesias de Aparecida e Paquequer).

A colonização efetiva desta área deu-se ainda no século XVI, com a concessão de sesmarias que visavam, aparentemente, impedir a entrada de novos invasores após a

expulsão dos franceses e garantir o abastecimento da recém-criada cidade do Rio de Janeiro¹. A povoação de Nossa senhora da Piedade foi transformada em freguesia em 1696,² e elevada à categoria de Vila em 1789. Seu território originou-se dos municípios de Santana do Macacú e Rio de Janeiro, englobando inclusive as ilhas do arquipélago de Paquetá. Na segunda metade do século XIX, o território do município já havia sido desmembrado diversas vezes, dando origem a vários outros municípios.

Quanto à razão da escolha do município de Magé como objeto da nossa pesquisa, está ligada à sua especificidade, não somente por ser uma área de ocupação bastante antiga, como por ter se destacado, desde os seus primórdios, na produção de alimentos³. Além disso, a proximidade com a cidade do Rio de Janeiro vinculava a produção mageense, na segunda metade do século passado, ao consumo da Corte, gerando conseqüentemente um alto grau de mercantilização e especialização da mesma. Grau de mercantilização este que permitia uma acumulação de capitais geradora, como sua principal conseqüência, de

¹ A respeito da ocupação dessa região nos seus primórdios, ver: Silva, Francisco Carlos T. da, "A morfologia da escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil-colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790)." Niterói, UFF, 1990 (Tese de doutorado), Cap. 8.

² IBGE, Enciclopédia dos municípios brasileiros, Vol. XXII. Rio de Janeiro, IBGE, 1959.

³ Silva, Francisco C.T. da, op.cit., Cap. 5.

senhores de escravos com plantéis expressivos, ao lado de agricultores pobres, muitas vezes sem terras ou escravos, numa diferenciação social em tudo semelhante daquela encontrada em áreas agroexportadoras.

O caráter particular da economia mageense torna, assim, possível a sua comparação não somente com as referidas áreas escravistas ligadas à agroexportação, como com as demais regiões produtoras de alimentos. Desta forma, podemos tanto estabelecer as diferenças e semelhanças entre elas como, num esforço de síntese, compreendermos melhor a própria sociedade brasileira de então.

Naturalmente, não trabalhamos aqui com o município de Magé na sua conformação atual, e sim como este encontrava-se delimitado na segunda metade do século XIX, com as freguesias referidas acima. A freguesia de Nossa Senhora da Aparecida, contudo, não será por nós estudada por ter se desligado de Magé em 1874, quando passou a integrar o então criado município de Sapucaia. Além disso, por ser uma área voltada para a produção de café, foge ao campo de interesse do nosso trabalho.

Em termos temporais, a pesquisa situa-se entre os marcos de 1850 e 1888. Ou seja, vai do momento em que terminou o tráfico internacional de escravos até a abolição da própria escravidão, período classicamente estabelecido como de crise do modo de produção escravista no Brasil.

Estudar a evolução de uma formação social escravista neste período parece-nos importante por dois motivos:

primeiro, permite-nos perceber mais claramente os limites de rentabilidade da produção escravista, sobretudo daquela voltada para o abastecimento interno. Segundo, o fato deste período já ser bastante frequentado por pesquisas (várias de caráter monográfico), nos permite uma análise comparativa bastante sólida.

Seria ocioso, ao nosso ver, fazer uma retrospectiva sobre a forma como o tema do abastecimento interno de alimentos foi tratado, ao longo do tempo, pela historiografia brasileira. Esta análise já foi realizada, de forma bastante competente, em diversos trabalhos sobre o mesmo assunto, e fazia sentido quando este ainda aparecia como novidade, necessitando-se assim melhor marcar sua relevância e combater idéias até então extremamente arraigadas na historiografia brasileira. Hoje, acreditamos que o próprio tema tenha uma história própria, fruto dos diversos trabalhos já realizados⁴. Mas qual seria o estado, neste momento, da pesquisa ligada ao tema? Sem pretendermos ser exaustivos, apontaremos aqui algumas das principais obras que participam do debate atual, e que influenciaram sobremaneira o nosso próprio trabalho.

⁴ Entre outros: Castro, Hebe M. de, Ao sul da história. São Paulo, Brasiliense, 1987; Lenharo, Alcir, As tropas da moderação. São Paulo, Símbolo, 1979; Linhares, Maria Yedda L. e Silva, Francisco C. T. da, História da agricultura brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1981; Linhares, M. Yedda, História do abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918). Brasília, Binagri, 1979.

Um marco fundamental para a nossa atual compreensão da produção de alimentos no período escravista foi, sem dúvida, o trabalho de Hebe de Castro sobre Capivary, publicado em meados da década de 1980⁵. Nele, a autora demonstra, a partir de uma forte base documental, o caráter nitidamente comercial não só da grande mas também da pequena produção de alimentos voltada para o mercado interno. Longe da visão de uma produção exclusivamente "camponesa", Castro aponta para a existência de uma nítida estratificação social em uma área abastecedora, cujos mecanismos básicos de diferenciação eram tanto o endividamento como, na segunda metade do século XIX, o monopólio da terra, que passa a ser visto, então, como um importante instrumento de controle da população não-proprietária, que transformou-se numa fonte importante de mão-de-obra a partir da crise do escravismo.

Contudo, a contribuição mais original dessa pesquisa foi a introdução do "homem livre pobre" como ator de fundamental importância na cena econômica e social do Brasil durante a vigência do modo de produção escravista. Esse homem livre e pobre, visto como uma verdadeira contradição por historiadores que só conseguem dividir a sociedade de então entre senhores (aliás, grandes senhores) e escravos⁶, deixa, a

⁵ Castro, Hebe M. de, op.cit.

⁶ Dois exemplos clássicos desse tipo de tendência seriam: Furtado, Celso, Formação econômica do Brasil. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1986 (21a.

partir daí, de ser apontado como um "excluído" ou "desclassificado". Estamos, agora, falando da maioria da população do Brasil colonial e imperial⁷, que ao participar da produção de alimentos tornava-se co-responsável pela própria sobrevivência da sociedade como um todo.

A mesma Hebe de Castro e Sheila Faria retomam, em suas teses de doutorado⁸, o tema da pobreza entre a população livre.

Mostram, principalmente, que a possibilidade de riqueza estava ligada, para esta parcela da população, ao seu ciclo familiar. A constituição de uma família surgia, no universo da pobreza, como uma condição fundamental para o estabelecimento de uma unidade produtiva. Além do que, a possibilidade de acumulação de algum pecúlio (inclusive para a compra de escravos), estava vinculada à proporção existente entre pessoas produtivas e improdutivas no seio da unidade econômica. Desta forma, uma família que possuísse, por

ed.); Prado Júnior, Caio, História econômica do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1990 (38a. ed.).

⁷ Graham, Douglas H. e Merrick, Thomas W., População e desenvolvimento econômico no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.

⁸ Castro, Hebe M. de, "A cor inexistente: os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil, século XIX)". Niterói, UFF, 1993 (Tese de doutorado); Faria, Sheila S., "A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial (Sudeste, século XVIII)". Niterói, UFF, 1994 (Tese de doutorado).

exemplo, 2 ou 3 escravos, mas que tivesse filhos ainda abaixo da idade produtiva, podia estar numa situação econômica pior do que outra família, sem escravos, mas onde todos os seus componentes trabalhassem.

Estas pesquisas apontam, assim, para o fato de que o uso do conceito de camponês não está ligado apenas à posse ou não de escravos mas, principalmente, à forma como estes se inseriam na unidade econômica básica, a família. É a partir desta concepção mais ampla, que engloba também a racionalidade econômica que guiava tais empreendimentos, que podemos utilizar o conceito de "camponês" de forma coerente com a realidade brasileira do período escravista.

Outra obra de grande importância para nós foi a tese de doutorado de Francisco Carlos T. da Silva, sobre o abastecimento interno e suas crises no Rio de Janeiro e Bahia, entre os séculos XVII e XVIII⁹.

Aqui, temos mais uma vez a demonstração clara do caráter comercial da produção de alimentos no período, ainda quando os agricultores a ela ligados tivessem poucos ou nenhum escravo. Mostra-nos, igualmente, que a possibilidade de acumulação de capitais por parte de tais agricultores não estava ligado apenas ao tipo de produção, mas à própria sociedade em que esta se inseria. Assim, tais possibilidades dependeriam de fatores os mais variados, tais como: a estrutura fundiária, a distância em relação ao mercado

⁹ Silva, Francisco C. T. da, op.cit.

consumidor, a política estatal de abastecimento, o poderio dos produtores ligados à agroexportação, etc. Fatores estes que não devem ser tomados isoladamente, pois é na sua articulação que explicam não só a produção de alimentos, mas a própria sociedade em que a mesma se situava.

Outro ponto forte do trabalho está na evidenciação de que o monopólio da terra por parte da elite agrária não visava apenas garantir para esta as melhores terras, inclusive para a sua expansão futura. A formação de propriedades com dimensões muito acima de qualquer capacidade de investimento, tinha como função garantir não só uma fonte de renda extra para os seus proprietários, através do sistema de arrendamentos, como estabelecer uma clara diferenciação social entre proprietários e não-proprietários, inclusive no interior da própria elite agrária, uma vez que a ocupação precoce da terra vai fazer com que muitos senhores dependam desse sistema.

No que se refere aos mecanismos econômicos de produção/reprodução da sociedade escravista, o trabalho mais importante para nós foi o de João Fragoso¹⁰.

Fragoso, em sua obra, comprova cabalmente que o eixo da reprodução da sociedade escravista ao longo do tempo estava na atividade mercantil. Atividade esta que engendrava as maiores fortunas dentre as analisadas pelo autor. Eram os

¹⁰ Fragoso, João Luís R., "Comerciantes, fazendeiros e formas de acumulação em uma economia escravista-colonial: Rio de Janeiro, 1790-1888." Niterói, UFF, 1990 (Tese de doutorado).

"comerciantes de grosso trato", responsáveis não só pela reprodução, mas pela própria liquidez deste sistema econômico.

Nem por isso, contudo, a atividade mercantil era vista como um fim em si mesmo por estes comerciantes. Em verdade, eles tendiam, mais cedo ou mais tarde, a desviar seus investimentos para a atividade rentista ou, como era mais comum, para a atividade agrícola.

Investimento este que permitia, geralmente, um final de vida tranquilo para aquele que o fazia, mas que de forma alguma garantia a manutenção do mesmo padrão de fortuna pelos seus herdeiros. Pelo contrário, estes costumavam sofrer um rebaixamento no seu status econômico após a partilha da herança. A solução para sair deste rebaixamento era, no mais das vezes, um retorno à atividade comercial por parte da segunda geração, numa espécie de ciclo vicioso (ou seria virtuoso?) que garantia um financiamento constante para a agricultura.

O quadro que vemos emergir daí é o de uma sociedade fortemente diferenciada não somente entre livres e escravos, como também no interior da própria população livre. Diferenciação esta que se reitera no tempo através de mecanismos de acumulação mercantil de capitais. O conhecimento destes padrões de comportamento econômico foi essencial para a compreensão do nosso objeto de trabalho.

Resta-nos, porém, sabermos de que forma os comerciantes de grosso trato ligados ao comércio de gêneros alimentícios comportavam-se no período que nos interessa, a

segunda metade do século XIX. Para essa compreensão foi-nos de primordial importância a pesquisa de Afonso de Alencastro¹¹.

O seu trabalho evidencia que os comerciantes de grosso trato ligados ao abastecimento interno possuíam uma capacidade de acumulação de capitais em tudo semelhante à daqueles ligados ao comércio externo, o que reafirma o alto grau de mercantilização desta produção, posição por nós defendida.

Este tipo de comparação, tão importante para este trabalho, apenas tornou-se possível a partir da segunda metade do século passado por ser o momento em que os comerciantes atacadistas se especializaram, dedicando-se a um ou outro ramo de comércio, o que não acontecia antes.

Por fim, destacamos os trabalhos de Vidal Luna e Iraci da Costa, por um lado, e o de Stuart Schwartz por outro, sobre a estrutura da posse de escravos no Brasil¹². Ambos os trabalhos têm, entre os seus principais méritos, o de apontar

¹¹ Graça Filho, Afonso de Alencastro, "Os convênios da carestia: crises, organização e investimentos do comércio de subsistência da Corte (1850-1880)". Niterói, UFF, 1991 (Dissertação de mestrado).

¹² Costa, Iraci del Nero da, e Luna, Francisco V., "Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX" in: Estudos econômicos Vol. 13. São Paulo, FIFE, 1983; e dos mesmos autores: Minas colonial: economia e sociedade. São Paulo, FIFE, 1982; Schwartz, Stuart B., "Estrutura de posse de escravos na Bahia" in: Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo, Cia das Letras-CNPQ, 1988.

para uma grande difusão da posse de escravos, bem menos concentrada do que se imaginara até então, o que foi de grande importância para que se estabelecesse uma nova visão das áreas abastecedoras.

Deste quadro geral, bastante sintético, podemos retirar algumas conclusões da maior importância para o nosso trabalho:

a) Em primeiro lugar, ressaltamos que os trabalhos existentes já comprovaram de forma definitiva o caráter comercial da produção de alimentos. A posse de escravos por parte destes produtores (muitos com dezenas deles), e a sua relação com o mercado (patente na análise das dívidas ativas/passivas e na especialização da produção), acabam com a falsa relação estabelecida por diversos historiadores entre "produção de alimentos" e "produção de subsistência", entendida aqui como produção voltada para o autoconsumo.

b) Para compreendermos um determinado sistema agrário, não nos basta conhecermos a sua produção principal. Precisamos, isso sim, conhecer a estrutura social e econômica que envolve essa produção: estrutura fundiária, estrutura da posse de escravos, distância em relação ao mercado consumidor, perfil deste mesmo mercado, condições de comercialização da produção (que englobam a relação mais ampla entre produtor e mercado), etc.

c) O "homem livre pobre" que dedica-se à agricultura pode ser considerado como um camponês, ainda quando possuisse

escravos. Isto porque o que determinava o seu grau de riqueza não era tal posse, e sim o seu ciclo familiar.

d) As áreas produtoras de alimentos possuíam uma diferenciação econômica e social em seu interior em tudo semelhante à que encontramos em áreas agroexportadoras. Esta diferenciação era o resultado de dois mecanismos básicos de acumulação: o endividamento e o arrendamento. Um, fruto do monopólio do crédito e da própria liquidez financeira por um reduzido número de grandes comerciantes, e o outro resultado do monopólio da terra, principalmente nas áreas de produção mais antiga.

A partir dos trabalhos dos autores aqui apresentados e de outros, bem como de nossas próprias reflexões, estabelecemos cinco hipóteses que nortearam nossa pesquisa, quatro de caráter mais geral e uma específica. A saber:

1. A capacidade de acumulação da agricultura escravista voltada para o mercado interno era comparável (o que não quer dizer igual) à da agricultura exportadora.
2. A propriedade legal de grandes extensões de terras não era condição necessária para pertencer à elite agrária, na vigência do escravismo.
3. A diferenciação social, desvinculada em grande parte da propriedade legal da terra, nascia de uma acumulação prévia, feita através da atividade mercantil por alguns poucos agricultores. Era esta acumulação que lhes permitia ter um maior ou menor sucesso com sua empresa escravista.

4. A agricultura voltada para o abastecimento interno não gerava uma sociedade camponesa, mas sim uma sociedade escravista típica, permeada por grandes desigualdades sociais, cujo nível estava vinculado ao grau de mercantilização da produção em cada região considerada.

A hipótese específica é a seguinte:

5. A queda no número de escravos e o empobrecimento da elite rural mageense, claramente perceptível a partir da década de 1870, estão vinculados ao fechamento da fronteira agrícola a médio e longo prazo, em Guapimirim, e à impossibilidade da expansão para a área de Santo Antônio do Paquequer (atual Teresópolis).

Fontes e metodologia

Ao trabalharmos com temas ligados à história econômica e social num período pré-capitalista, duas preocupações centrais nortearam a escolha das fontes.

Em primeiro lugar, era necessário que fossem fontes massivas e reiterativas. Isso porque, excetuando-se o censo e estimativas populacionais, praticamente não há fontes propriamente estatísticas para o período de vigência do escravismo. Assim sendo, era de fundamental importância que as fontes trabalhadas não só existissem em grande quantidade

como, ao se repetir no tempo, permitissem um acompanhamento preciso da evolução econômica e social no período estudado.

A segunda preocupação foi com a limitação espacial do objeto de nosso estudo. Como afirma Pierre Goubert¹³, o enfoque regional nos permite um controle mais seguro das variáveis a serem trabalhadas. Além disso, este tipo de enfoque possibilita-nos também o uso do método comparativo, fundamental para o estabelecimento das regularidades e particularidades dos fenômenos históricos com que se trabalha¹⁴.

A partir destas preocupações, escolhemos trabalhar com as seguintes fontes:

a) Fontes censitárias

Temos, para o período em questão, duas estimativas demográficas, feitas pelo governo provincial (1850 e 1856), e o primeiro censo nacional (1872). Além desses, trabalhamos também com a estimativa demográfica de 1840, para que pudéssemos perceber quais as tendências demográficas que tinham sua origem num período anterior ao estudado e quais lhes eram contemporâneas. Trabalhamos, também, com dados demográficos da cidade do Rio de Janeiro, embora de forma não-

¹³ Goubert, Pierre, "Local History", Daedalus, C, 1, inverno de 1971.

¹⁴ Brignóli, Héctor P. e Cardoso, Ciro F.S., Os métodos da história. Rio de Janeiro, Graal, 1983 (3a. ed.), Cap. VIII.

sistemática, para perceber a correlação entre estes dados e a evolução econômica de Magé.

Neste tipo de fonte, preocupamo-nos não só com os dados mais globais, como a população total, livre e escrava, mas também com as diversas variáveis e suas correlações possíveis, entre elas a estrutura etária de livres e escravos, a ocupação funcional, a participação de africanos e crioulos no total da população escrava, etc. Nos interessou principalmente perceber de que forma tais variáveis evoluíram no tempo.

Por fim, cabe uma observação. Embora tivéssemos planejado trabalhar com o censo de 1890, preferimos não fazê-lo. Em primeiro lugar, por causa da pouca confiabilidade dos dados deste censo e, em segundo lugar, porque preferimos concentrar-nos exclusivamente no período de vigência da escravidão, inclusive por um problema de exiguidade do tempo disponível.

b) Os registros paroquiais de terras

Estes registros foram consequência da famosa "Lei de Terras", de 1850, e tinham como função legalizar a posse da terra por seus respectivos ocupantes. Assim sendo, representam todos ou quase todos os proprietários da região considerada.

Agregando os seus dados de acordo com as diversas faixas de tamanho das propriedades declaradas, conseguimos reproduzir com bastante exatidão a estrutura agrária da região de Magé no período.

Sabemos que, pelo menos para o caso de Suruí, os dados estão incompletos, por omissão do pároco responsável. De qualquer forma, isso não interfere nos resultados finais não só pela quantidade massiva de dados levantados, como pela qualidade, uma vez que todos os principais fazendeiros de Magé, levantados através dos inventários e dos almanaques Laemmert, se fizeram representar na mostra. Por fim, as datas de início e encerramento dos registros são coerentes com o prazo dado por lei.

Levantamos todos os registros paroquiais de terras para as freguesias com as quais trabalhamos. Os dados para a freguesia de Santo Antônio do Paquequer encontram-se, porém, dentre os registros da freguesia de Nossa Senhora da Piedade, uma vez que ela é criada somente em 1855.

c) Os inventários "post-mortem"

Esta foi a principal fonte com que trabalhamos, principalmente por causa da riqueza de informações que possui. Os inventários arrolavam então todos os bens do inventariado. Quando os testamentos eram anexados, permitiam um conhecimento, ainda que superficial, da vida deste. Seus dados permitem, assim, uma análise tanto quantitativa quanto qualitativa.

Em termos quantitativos, levantamos inicialmente todos os inventários pertinentes às freguesias estudadas, em espaços de 5 em 5 anos, dentro do período que vai de 1850 a

1885. Entretanto percebemos que alguns anos tinham um número pequeno de inventários e o total dos mesmos não chegava a 100, o que não permitiria-nos realizar quantificações seguras. Assim, decidimos levantar também os anos imediatamente posteriores àqueles anteriormente definidos. Para 1850, por exemplo, levantamos também o ano de 1851, e assim por diante. Ao final do levantamento contávamos com um total de 179 inventários. Além desses, levantamos também quatro inventários "especiais", pertencentes a membros importantes da sociedade mageense, mas que foram abertos em anos diferentes daqueles levantados. Embora seus valores não tenham sido agregados nos totais, o estudo de suas trajetórias e do perfil de seus investimentos ajudam-nos a elucidar a trajetória e a racionalidade econômica da elite local.

d) O "almanack Laemmert"

Esta é a fonte mais caracteristicamente qualitativa. O almanaque era publicado anualmente, e trazia os nomes dos ocupantes dos principais cargos públicos e dos profissionais em geral, bem como dos agricultores mais importantes de cada município. No entanto, por ser uma publicação de caráter comercial podemos, através do seu acompanhamento, conhecer as formas de inserção no mercado dos diversos extratos sociais, principalmente ao cruzarmos seus dados com os dos inventários e dos registros de terras. Podemos, igualmente, perceber de

que maneira as diferentes pessoas aparecem sucessivamente no almanaque: se sempre na mesma profissão, se, ao contrário, variavam de ocupação profissional, etc.

Pretendíamos trabalhar com os almanaques levantando-os de 2 em 2 anos. Contudo, conseguimos fazê-lo apenas até o ano de 1882, já que a partir daí a província deixou de constar na publicação, que restringiu-se à cidade do Rio de Janeiro.

Havíamos planejado, também, levantar as listas anuais de preços da farinha de mandioca, principal produto de Magé, no período entre 1850 e 1888. Porém, ao iniciarmos o levantamento logo nos demos conta de que os preços constantes no "Jornal do Comércio" eram os mesmos que encontrávamos, para os mesmos anos, nos inventários. A indiferenciação de preços mostrou-nos que a Corte e o município de Magé formavam, na prática, um único mercado, o que já havia sido percebido para a área de São Gonçalo por Larissa Brown¹⁵. Assim, fizemos o gráfico da evolução dos preços da farinha a partir dos dados dos inventários, e desistimos de tal fonte, por parecer-nos redundante.

Por fim, levantamos também, embora não estivesse planejado, documentos de pagamento de meia-siza pela compra de escravos, que encontramos no arquivo estadual. Esta fonte, porém, por encontrar-se dispersa em folhas avulsas, e sendo em

¹⁵ Brown, Larissa, "Internal commerce in a colonial economy: Rio de Janeiro and its hinterland, 1790-1822". Virginia, University of Virginia, 1986, (Tese de doutorado), p. 163.

número relativamente pequeno (um total de 127 transações envolvendo 200 escravos), não nos pareceu confiável o suficiente para uma quantificação mais precisa. De qualquer forma, nos permitiu montar um quadro, ainda que impressionista, do comércio de escravos em Magé. Esses documentos concentram-se nos anos de 1872/1873 e 1883/1884.

O trabalho com estas fontes, conforme a metodologia explicitada, permitiu-nos, conforme acreditamos, fornecer à historiografia brasileira novos dados sobre a produção comercial de alimentos e a situação do homem livre pobre. É com esta confiança que apresentamos o trabalho a seguir.

CAPÍTULO 1

A AGRICULTURA COMERCIAL DE ALIMENTOS EM MAGÉ

Já nos referimos, acima, ao fato da produção agrícola de Magé estar vinculada, desde os seus primórdios, fundamentalmente à produção de alimentos. O que não significa dizer que não existissem aí, desde o início, atividades agroexportadoras (leia-se produção de açúcar), mas que estas

não representavam o eixo da economia local¹⁶. Também já comentamos o caráter altamente mercantilizado desta produção. Este capítulo visa exatamente desenvolver estes tópicos, apontando as características próprias da agricultura mageense, não apenas quanto ao que era produzido, mas também no que se refere à forma (ou formas) de comercialização da produção.

Nosso material de trabalho neste capítulo consiste basicamente nos inventários "post-mortem" e, secundariamente, no almanaque "Laemmert". Em relação às tabelas, optamos por utilizar em sua confecção todos os inventários, menos na confecção da tabela 3, onde preferimos aproveitar somente aqueles que referiam-se a pessoas que tinham como atividade principal (ou única) a agricultura, num total de 97 levantados. Nossa preocupação aqui foi estabelecer um perfil produtivo, ainda que superficial, da área mageense, bem como as formas de comercialização de sua produção. Por isso, não nos preocupamos em construir (ou reconstruir) hierarquias sociais, uma vez que a estrutura produtiva não apresentou variações significativas entre os diversos níveis de fortuna. Além disso, a hierarquização social será tema do nosso próximo capítulo.

Silva, F. Carlos T. da, "A morfologia da escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil-colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790)." Niterói, UFF, 1990 (Tese de doutorado), Cap. 5.

1. Perfil produtivo da agricultura mageense

Francisco Carlos da Silva¹⁷, ao analisar a produção de alimentos no Rio de Janeiro e na Bahia no período colonial, chama-nos a atenção para o fato de que a produção fluminense era bem mais abundante e diversificada do que a baiana, tendo passado por um número bem menor de crises de subsistência. Além disso, segundo o autor, não possuía uma especialização geográfica tão nítida quanto sua congênere, misturando numa mesma região produções para o abastecimento e outras para a exportação.

Pessoalmente, não nos dedicaremos às crises que porventura tenham ocorrido no período que estudamos, por não se tratar do nosso objeto. Quanto ao perfil produtivo, a comparação entre períodos tão distintos servirá para enriquecer nossa análise, conforme veremos na tabela 1.

¹⁷ Silva, F. Carlos T. da, Idem.

TABELA 1: PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA FARINHA DE MANDIOCA NA PRODUÇÃO TOTAL (RIO DE JANEIRO E BAHIA, 1778,1796,1850/56)

Produção	Magé (1850-1856)	Rio de Janeiro (1778)	Bahia (1796)
Farinha	57,16	57,00	89,00
Outros	42,84	43,00	11,00

Fontes:

Para Magé: Inventários "post-mortem" do 1o. e 2o. Ofícios de Magé.

Para Rio de Janeiro e Bahia: Silva, Francisco C. T. da, Op. cit., p. 103.

OBS: para Magé, o ítem "outros" engloba tanto outras culturas alimentares quanto as ligadas à exportação, enquanto nos dados apresentados por Francisco Carlos aparecem apenas as produções alimentares.

A tabela 1 foi criada com a função de nos oferecer uma primeira aproximação com o perfil produtivo da área de Magé, numa perspectiva comparada. Neste sentido, o uso dos dados referentes às áreas do Rio de Janeiro e Bahia no século XVIII tem como finalidade ver de que forma este perfil

parecia-se ou não com aquele referente à região fluminense no século anterior. Obviamente, não podemos deixar de levar em conta a descontinuidade em termos de escala existente entre as duas áreas consideradas. O que pretendemos aqui, porém, não é comparar as duas regiões como se fossem a mesma coisa, mas tão-somente analisarmos se o perfil produtivo de Magé em meados do século passado equivalia ao da produção de alimentos da capitania em seu conjunto quase 100 anos antes. Em outras palavras, pretendemos comparar muito mais períodos do que regiões, com o fito de percebermos as tendências de longo prazo aí existentes. A inclusão da região baiana serve-nos assim de contraponto, uma forma de vermos com quem a Magé oitocentista mais se assemelhava.

Neste sentido, as informações contidas nas tabelas, ainda que concisas, possuem um importante significado. Salta aos olhos, em primeiro lugar, a semelhança absoluta encontrada entre a região de Magé, por um lado, e a capitania fluminense no século XVIII, por outro em termos da importância relativa da farinha de mandioca. As diferenças existentes, nas casas decimais, são consequência do arredondamento. Em ambos os casos temos a farinha respondendo por 57% da produção total, e os outros 43% restantes ocupados pelas demais culturas alimentares (e, no caso de Magé, também pelos produtos de exportação). Assim sendo, podemos afirmar que os números encontrados para a região de Magé expressam a continuação clara de uma tendência que, no século anterior, era de toda a capitania. Infelizmente, no entanto, não encontramos dados que

nos permitissem comparar a nossa área de estudo com outras regiões produtoras de alimentos no mesmo período, fazendo com que não tenhamos certeza acerca de sua representatividade no quadro geral. Mesmo assim, a coincidência de números presente na tabela 1 faz com que possamos afirmar, com razoável segurança, que Magé não se apresentava como uma exceção no quadro geral. Mas a que outras conclusões podemos chegar a partir da tabela 1, além da existência de uma tendência de longo prazo no perfil produtivo do "hinterland" carioca?

Em primeiro lugar, ressalte-se o papel esmagadoramente predominante da produção de farinha de mandioca sobre as demais. Afinal, tratava-se de um único produto respondendo por mais da metade da produção agrícola de alimentos (já que aí não são considerados aqueles de origem animal). Temos, assim, mais uma vez confirmada a grande importância do "pão da terra" na dieta alimentar de então. Quanto a isso, Afonso de Alencastro¹⁸ mostra-nos, baseado em Câmara Cascudo, que os principais itens na alimentação brasileira de então eram a mesma farinha de mandioca e o feijão (se possível acompanhado de carne seca). Este predomínio refletia-se, conseqüentemente, nas regiões produtoras de alimentos, que terminavam por privilegiar sua produção.

A produção da farinha de mandioca não predominava, porém, somente sobre as demais culturas alimentares em Magé,

¹⁸ Graça Filho, Afonso de A., op. cit., p.24

mas também no que se refere às produções voltadas para a exportação, sobretudo o café e a cana. Larissa Brown¹⁹ mostra-nos, a respeito, que no século XVIII e início do seguinte as freguesias de Magé "eram primariamente produtoras de gêneros de primeira necessidade", contando com apenas 6 engenhos de açúcar em 1778 e 10 em 1820. Nos inventários por nós analisados a esse respeito as referências a ambos os cultivos são escassas, sendo mais raras ainda no caso da cana-de-açúcar. No que tange aos cafezais, além dos valores encontrados serem bastante modestos, estes vinham em geral avaliados entre os "arvoredos frutíferos", o que parece apontar para uma escassa importância econômica dos mesmos. Talvez sua produção se destinasse mais para o consumo próprio do que para a venda. Seja como for, o fato é que sua participação era meramente residual no quadro das fortunas analisadas. Para este desenvolvimento tão incipiente do café em terras mageenses com certeza contribuíram as condições climáticas locais. Por ser uma área litorânea e de baixada, portanto com um clima bastante quente, Magé prestava-se mal para este tipo de cultivo. Além disso, a ocupação secular da área tornava seus solos empobrecidos, pouco úteis portanto para uma cultura tão exigente quanto o café.

¹⁹ Brown, Larissa, "Internal commerce in a colonial economy: Rio de Janeiro and its hinterland, 1790-1822". Virginia, University of Virginia, 1986, (Tese de doutorado), pp. 165-166.

Um exemplo concreto do caráter extremamente modesto dos cafezais mageenses é o inventário de João Esteves de Almeida²⁰, de 1860, o maior com que trabalhamos em tamanho de fortuna (mais de 11.000 libras), e o segundo maior em número de escravos (72). Segundo os dados aí apresentados, João Esteves teria investido modestíssimos 343\$000 em cafezais, e mesmo assim numa estimativa máxima, já que numa das avaliações (de 175\$000) o valor dos cafezais aparece misturado com o de outras árvores frutíferas. Já em mandioca, o mesmo inventariado possuía 5:980\$000 investidos. Em outras palavras, seus investimentos em café equivaliam a pouco mais de 5% daqueles investidos na produção principal. Mas não era só em relação à mandioca que o café encontrava-se em desvantagem. Neste mesmo inventário vemos que o total das inversões realizadas em outras culturas alimentares alcançava a cifra de 1:843\$000, dos quais 1:500\$000 referiam-se aos bananais. Essas proporções, ao repetirem-se nos demais inventários, explicitam o caráter residual que aquele tipo de cultura aí possuía.

O que mais nos impressionou, porém, foi o silêncio quase total dos inventários a respeito da produção de cana-de-açúcar. Esperávamos, pessoalmente, encontrar este cultivo mais disseminado, ainda que numa posição econômica secundária. Não foi, contudo, o que ocorreu. Além das raras referências em inventários, encontramos apenas 7 anunciantes no almanaque

²⁰ Inventário "post-mortem" de João Esteves de Almeida, 1860, Cartório do Segundo Ofício, s/n.

"Laemmert" que se denominavam donos de engenho de açúcar e/ou aguardente, entre 1850 e 1882. No caso do café, encontramos somente um anunciante que autodenominava-se "produtor de café e mandioca" (repare-se que o café vem aí acompanhado, não indicando a princípio qualquer predomínio em termos de produção). Obviamente, sabemos que estas não eram, provavelmente, as únicas pessoas que cultivavam tais gêneros. Mesmo assim, sua escassa participação entre os anunciantes do almanaque ao longo de todo o período deixa clara a importância secundária dessas culturas em termos econômicos.

Por fim, a tabela 1 mostra-nos, através dos dados referentes à Bahia, que a especialização produtiva nas áreas produtoras de alimentos podia ser tão ou mais radical do que a encontrada em áreas agroexportadoras. Mostra-nos também que, apesar do predomínio da produção de mandioca sobre os demais cultivos alimentares em Magé, essa região possuía, em meados do século passado, um perfil produtivo razoavelmente diversificado, sobretudo se comparado com esta mesma Bahia setecentista.

TABELA 2: PARTICIPAÇÃO DA FARINHA DE MANDIOCA E DEMAIS CULTURAS NA ESTRUTURA PRODUTIVA MAGEENSE : 1850/1886 (VALORES EM MIL-RÉIS)

Produtos	1850/1856		1860/1866		1870/1876		1880/1886	
	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%
mandioca	6:697\$	57	20:957\$	72	9:321\$	88	22:044\$	86
Outros	5:018\$	43	8:323\$	28	1:255\$	12	3:647\$	14
Total	11:715\$	100	29:280	100	10:576\$	100	25:691\$	100
N./ Inv.	39		49		34		57	

OBS: as três últimas casas decimais dos valores em mil-réis foram desprezadas para facilitar a compreensão da tabela.

N./Inv: Número de inventários.

Fontes: ver tabela 1.

Os números da tabela 2 mostram-nos claramente que a estrutura produtiva agrícola mageense sofreu uma grande transformação na segunda metade do século XIX. Transformação esta que poderíamos definir como um aumento da concentração dos investimentos agrícolas na produção da mandioca. Se tomarmos como base de comparação os períodos inicial e final (1850/56 e 1880/86, respectivamente), veremos que a agricultura mageense transitou de uma estrutura produtiva razoavelmente diversificada, policultora, ainda que com o predomínio da mandioca, para outra bem menos diversificada, onde esta cultura assume ares de uma quase-monocultura. Repare-se que os percentuais encontrados em Magé para este cultivo a partir da década de 1870 assemelham-se em muito com os encontrados para a região baiana, cem anos antes. Percentuais tão expressivos indicam claramente uma decisão

consciente dos agricultores mageenses em favor da especialização. Mas que razões os teriam levado a isto?

A primeira e mais evidente hipótese para explicar este comportamento liga-se às condições existentes de comercialização dos diversos produtos , notadamente no que se refere ao comportamento dos preços. Este ponto, porém, será por nós analisado na segunda parte deste capítulo, que trata exatamente de tais condições. Aqui, tentaremos estabelecer outras causas para a especialização verificada.

A mais importante dessas causas, no nosso ponto de vista, tem ligação com a queda de produtividade da terra verificada nas diversas freguesias, sobretudo naquelas já ocupadas desde o século XVI, como vimos. No sistema de plantio adotado no Brasil, com a utilização de queimadas e do pousio longo, o desgaste do solo após um certo período de uso era um dado invariante, que dotava a nossa agricultura de um caráter semi-intinerante. Não é de surpreender, portanto, que as freguesias mageenses a mais tempo ocupadas estivessem, na segunda metade do século passado, entrando num processo de decadência, sobretudo as de Nossa Senhora da Piedade e de São Nicolau de Suruí. Tal fato é atestado de diversas formas, a mais significativa das quais é a saída de escravos de ambas as áreas. E isto porque o escravo é, por definição, a mercadoria principal num sistema escravista, produtora de todas as demais. Assim, a diminuição de sua população numa determinada região era importante indicador da perda de pujança econômica sofrida por esta.

Neste sentido, vemos que Suruí²¹ desde a década de 1840 vê sua população escrava minguar, passando de 1.405 cativos neste ano para 610 em 1872. A freguesia de Piedade, por sua vez, viu o mesmo processo ocorrer a partir da década de 1850. Neste ano, possuía ainda 2.607 cativos, número que veria baixar para 1.338 em 1872. É importante frisar, a esse respeito, que entre 1850 e 1872 o número de escravos em todo o município aumentou de 6.930 para 7.418. Esses números serão analisados de forma bem mais aprofundada no quarto capítulo. Aqui, eles têm unicamente a função de comprovar a decadência ocorrida em algumas áreas de Magé. Falta, no entanto, relacionar tal decadência com o declínio da fertilidade do solo.

Para isso, há um inventário que consideramos exemplar. É o de Genoveva Theodolinda de Barcellos²², aberto ainda em 1850. Neste, vemos que o seu filho e inventariante, Paulino Bento de Barcellos, vende a fazenda que ficara na partilha para o seu irmão e tutelado. Vale a pena prestar atenção nos argumentos por ele utilizados para convencer o juiz da necessidade dessa venda. Segundo Paulino, a freguesia de Suruí, onde a propriedade localizava-se, encontrava-se em decadência, levando seus moradores a se transferirem para

²¹ Os dados aqui apresentados são das estimativas demográficas de 1840, 1850 e 1856 e do censo nacional de 1872.

²² Inventário "post-mortem" de Genoveva Theodolinda de Barcellos, 1850.

Cartório do Segundo Ofício, s/n.

outros locais, como a sua própria família, que estava mudando-se para o município de Cantagalo. Assim, não fazia sentido manter uma fazenda em Suruí. O fato do juiz aceitar tais argumentos e permitir a venda deixa evidente que a visão de Paulino nada tinha de pessoal, explicitando na verdade um consenso existente a respeito dos problemas da freguesia. Bastante esclarecedora também foi a dificuldade encontrada para a concretização da venda, por falta de interessados. A mesma acabou sendo feita para o já citado João Esteves, último grande fazendeiro da freguesia.

Também em outros inventários aparecem várias reclamações a respeito da qualidade do solo, que recebe os adjetivos de "ruim", "cansado", "fraco", etc.

Num quadro de queda da fertilidade do solo, a mandioca aparecia para os agricultores como um cultivo capaz de uma produtividade elevada mesmo em tais condições, como nos mostra Francisco Carlos da Silva²³:

"Malgrado a exaustão das terras em inúmeras áreas tradicionais de cultivo de mandioca, ainda hoje apresenta uma produtividade bastante elevada, algo em torno de 16 ton/ha."

Assim, a decisão dos agricultores mageenses de concentrarem seus esforços num único produto tinha por base um cálculo econômico preciso, que levava em conta tanto a

²³ Silva, F. Carlos T. da, op.cit., cap. 4, p.78.

experiência com o mesmo, sempre majoritário na região, como a necessidade de manter-se a lucratividade num quadro adverso, que incluía problemas locais (como a dita queda de fertilidade do solo) e outros mais gerais (como a crise da escravidão). Esta especialização teria, porém, o inconveniente de tornar a economia local excessivamente dependente de uma única cultura, o que não deixou de gerar graves consequências, como veremos mais abaixo.

TABELA 3: NÚMEROS TOTAIS E MÉDIAS DOS ESCRAVOS, DAS PRINCIPAIS CRIAÇÕES E DA PRODUÇÃO DE FARINHA (1850-1886).

Década	escravos sacas		bovinos	muares	suínos
1850- soma	420	4015	39	68	3
23- média	18,26	174,57	1,7	2,96	0,13
1860- soma	394	3950	43	79	101
29- média	13,59	136,21	1,48	2,72	3,48
1870- soma	161	1784	8	49	10
17- média	9,47	104,94	0,47	2,88	0,59
1880- soma	211	4698	25	77	51

28- média	7,54	167,79	0,89	2,75	1,82
-----------	------	--------	------	------	------

Fonte: 97 inventários "post-mortem".

OBS: O número que aparece ao lado da média é do total de inventários selecionados para cada período.

O item "sacas" refere-se à farinha de mandioca.

A tabela 3 foi montada tendo por base somente os inventários daqueles que dedicavam-se única ou principalmente à agricultura. Mostra-nos, assim, alguns dados bastante interessantes, que em parte confirmam o que dissemos anteriormente, mas que também nos ajudam a construir uma imagem mais ampla da estrutura produtiva de Magé e de sua evolução durante a crise do escravismo.

Em primeiro lugar, vejamos a evolução do número médio de escravos. Ressalte-se, no entanto, que essa é uma análise que faremos com mais vagar no segundo e, principalmente, no quarto capítulo. Aqui, preocupamo-nos apenas em estabelecer a tendência mais geral. Nesse sentido, podemos ver claramente que o número médio de escravos por inventariado tendeu a cair ao longo de todo o período. Repare-se que não há, em nenhum momento, um sinal de recuperação. A média de cada década é sempre menor do que a da anterior. Este fato vai ser de grande importância para a evolução do sistema agrário mageense, uma vez que irá obrigar os senhores a estabelecerem prioridades em

termos de investimentos, alocando sua mão-de-obra naquelas atividades que pudessem dar-lhe um melhor retorno.

Quanto a isso, os dados relativos à produção de farinha de mandioca são bastante significativos. Apesar das décadas de 1860 e 1870 apresentarem quedas em relação à de 1850, os anos 1880 apresentam uma recuperação, estabelecendo-se nos mesmos patamares desta última. É importante lembrar que os dados que temos disponíveis referem-se tão-somente àquela produção que ainda não havia sido ainda colhida no momento da avaliação, uma vez que a cultura da mandioca é temporária, ainda que tenha um ciclo longo de desenvolvimento. Portanto, devem ser vistos não enquanto valores absolutos, mas como indicadores de tendências. Dentro deste raciocínio vemos que, a longo prazo, a cultura da mandioca manteve-se nos mesmos patamares de produção. Se a estes dados agregarmos aqueles da tabela 2, veremos que o fato dos senhores terem concentrado seus investimentos na produção da farinha de mandioca não se deu, ao que parece, através de um aumento de produção da mesma. O que seria praticamente impossível tendo em vista a queda na média de escravos por inventário (bem como o envelhecimento destes, como veremos no capítulo 4), e sim por uma diminuição das demais produções, uma vez que cada escravo devia dedicar-se à produção de uma quantidade crescente de sacas de farinha. Enquanto entre 1850 e 1856 havia 9,56 sacas de farinha declaradas para cada escravo, entre 1880 e 1886 esse número aumenta para 22,27, um aumento de 132,9% no período.

Em relação à atividade pecuária temos, de forma geral, um quadro bastante indigente. As médias encontradas para as três principais criações existentes em Magé são bastante reduzidas para todo o período, ainda quando apresentem tendência ao crescimento. Índices como o de 1,7 bovino ou 0,13 porco por inventário em 1850, mostram que as criações tinham um caráter econômico muito pouco importante, estando provavelmente vinculadas mais a um autoconsumo do que à produção para o mercado. No caso dos muares, sua criação ligava-se claramente à necessidade de transporte para pessoas e cargas. Poucos são os inventários cujos rebanhos sejam em tamanho suficiente para ter uma conotação comercial mais clara. Entre estes temos o de Marianna Rosa dos Santos²⁴, falecida em 1860, onde encontramos um rebanho de 25 porcos. Um número bastante modesto, mas que já parece indicar um interesse mercantil nessa criação. Mesmo assim, seu investimento em animais (o qual incluía também cavalos e bois) alcançava a quantia irrisória de 70,95 libras, numa fortuna de 1.987,46 , ou seja, 3,57% do total. Já o maior rebanho bovino com o qual trabalhamos foi o de Luciano José Rodrigues²⁵, que possuía 30 cabeças, um número igualmente medíocre. O valor total investido por Rodrigues em animais (que incluíam ainda

²⁴ Inventário "post-mortem" de Marianna Rosa dos Santos, 1860, Cartório do Segundo Ofício, s/n.

²⁵ Inventário "post-mortem" de Luciano José Rodrigues, 1855, Cartório do Segundo Ofício, s/n.

21 carneiros, 9 burros e 2 cavalos) era de 106,22 libras, apenas 2,29% de uma fortuna total de 4.640,06 libras. Estes números deixam claro o caráter residual da pecuária para a região mageense, ao menos neste período, e reforçam a imagem de uma área tipicamente agrícola.

Se, no entanto, tomarmos cada um dos três rebanhos isoladamente, veremos que os mesmos apresentaram evoluções diversas. O rebanho bovino, que nunca fora expressivo, tendeu a diminuir ainda mais ao longo do tempo, passando da já citada média de 1,7 animal por inventário em 1850/56 para ínfimos 0,89 em 1880/86, numa redução de quase 50%. Na falta de outros dados, apenas podemos especular sobre as causas de tal decadência. Ao nosso ver, a razão principal seria a decisão de concentrar esforços na produção de mandioca. Dentro desse raciocínio, o gado bovino aparecia como um competidor, já que o pasto de que necessitava ocupava grandes extensões de terras. Aliás, essa necessidade de terras, característica da pecuária extensiva praticada no Brasil, era provavelmente a principal causa para o seu pouco desenvolvimento em Magé, uma vez que as propriedades fundiárias possuíam aí um caráter bastante diminuto, como veremos no capítulo 2.

Por outro lado a manutenção, por parte do gado mular, de médias sempre muito próximas, indica claramente a permanência da necessidade desse tipo de rebanho para o transporte de pessoas e cargas. No entanto, o pequeno número médio dos rebanhos demonstram que a criação destes era apenas para a utilização própria, sem nenhuma conotação comercial.

Por fim, a criação de suínos apresenta índices bastante variáveis, sendo difícil estabelecer uma tendência de longo prazo sobre o seu comportamento. Seja como for, seu peso econômico foi irrelevante no quadro geral, não só por conta do seu número pequeno, como por causa do seu baixo valor unitário (em média, uma vaca ou boi valia 5 ou 6 vezes mais do que um porco).

Temos, em consequência do que foi exposto até agora, como objeto de nosso estudo uma área tipicamente rural, onde a maioria da riqueza vinha do campo e, portanto, era este quem ditava o ritmo da sociedade e da economia em geral. Mais ainda, temos uma área com clara vocação agrícola, com a criação de animais tendo uma dimensão tão reduzida que não conseguia disfarçar o seu caráter residual, de investimento cuja principal razão parece ter sido o enriquecimento da dieta alimentar familiar (e, provavelmente, dos escravos), bem como o atendimento das necessidades de transporte.

Esta estrutura produtiva, no entanto, não deixou de apresentar importantes variações na segunda metade do século XIX. Entre estas destacaríamos, principalmente, a concentração crescente da produção em um único produto, a farinha de mandioca, levando esta região a perder o caráter policultor que apresentava até meados deste século. Em nenhum momento, porém, Magé perdeu sua principal característica: a de uma região produtora de alimento, e voltada para o abastecimento da Corte.

2) Características gerais da comercialização da produção.

A primeira coisa a dizer aqui é que não temos a pretensão de esgotar o tema da comercialização da produção mageense, pois este não é um objeto do nosso trabalho. Pretendemos apenas estabelecer as características mais gerais da mesma, para percebermos, a partir daí, a influência exercida por esta estrutura mercantil no seio da sociedade mageense, sobretudo no seu perfil produtivo. Uma análise mais profunda acerca da importância da atividade mercantil para o estabelecimento das hierarquias sociais em Magé será tema do nosso próximo capítulo.

Para esta primeira aproximação com a estrutura da comercialização em Magé fizemos uma análise das dívidas passivas encontradas nos inventários, o que nos possibilitou conhecer melhor as relações comerciais existentes no interior dessa sociedade.

A principal conclusão a que chegamos é que as fontes tanto de financiamento quanto de comercialização da produção eram basicamente locais. Entre 190 credores identificados, apenas 10 eram comerciantes do Rio de Janeiro e 2 eram moradores no município vizinho de Estrela (que em 1892 passou a fazer parte de Magé), mas não sabemos se eram comerciantes. Ou seja, apenas 6,32% dos credores não residiam no município,

e controlavam somente 10,41% da dívida passiva total (2.684,23 libras). Essa característica é reforçada pelo fato de que em nossa análise não levamos em conta certos tipos de dívidas, como gastos com enterros e tratamentos médicos, pagamento de aluguéis e arrendamentos, etc, que por suas próprias características locais aumentariam ainda mais esses percentuais.

Portanto, o que denominamos aqui de dívida passiva assume duas formas fundamentais: o empréstimo puro e simples, com juros em geral de 10% ao ano ou de 1% ao mês, e a conta-corrente, sistema através do qual o devedor abastecia-se de gêneros em uma determinada casa comercial e pagava o valor de suas compras periodicamente. No caso dos agricultores, que aqui nos interessa, esse pagamento era normalmente feito em produtos agrícolas. Um exemplo dessa prática está no inventário do já conhecido João Esteves de Almeida, de 1860. Neste, vemos que o inventariado possuía uma dívida com Vicente Estácio da Silva, grande comerciante de Suruí, com o valor inicial de 2:441\$872, que diminuiu para 1:120\$102 com a entrega de talhas de lenha e de sacas de farinha de mandioca, além do próprio aluguel da casa comercial ocupada pelo credor, e que pertencia ao inventariado.

Nem toda a produção, no entanto, era comercializada dessa forma. Não podemos esquecer da proximidade entre Magé e a Corte, o que permitia que o próprio agricultor fosse aí

vender sua produção. O almanaque Laemmert²⁶ era bem claro a respeito dessa facilidade de comunicação entre as duas cidades:

"Presentemente a comunicação diária com a Corte é feita por faluas, que pelo meio-dia partem da Praia dos Mineiros, chegam às 3 ou 4 horas na Piedade, e depois de pouca demora voltam outra vez à cidade (...). Brevemente serão todos obrigados a confessar que o porto da Piedade é da maior importância, não só pela sua posição geográfica, como pela salubridade de seu clima."

Além disso, tinha também importância local o porto de Suruí, que segundo o almanaque Laemmert de 1860²⁷ contava com 17 barcos navegando para a Corte "e além desses vão outros mais carregar no mesmo porto."

Outro exemplo dessa facilidade de comunicação entre as duas cidades está no fato de que encontramos, em Magé, alguns grandes agricultores que não se faziam anunciar no "Laemmert", frustrando assim nossa expectativa inicial de utilizar o almanaque como um indicativo do grau de mercantilização da produção. A razão para isto provavelmente encontra-se na proximidade existente entre as cidades, que acabaria por gerar o estabelecimento de relações mais pessoais

²⁶ B.N., Almanaque Laemmert, 1850, município de Magé, p. 126.

²⁷ B.N., Almanaque Laemmert, 1860, Município de Magé, p. 87.

entre os agricultores mageenses e os comerciantes da Corte, levando os primeiros a prescindirem dos gastos com publicidade.

A principal consequência dessa facilidade de comunicação era o fato de, como vimos na Introdução, o preço da farinha de mandioca (e, por analogia, dos demais produtos) ser igual nas duas cidades, significando de forma inequívoca a constituição de um único mercado englobando Magé e a Corte. O que permitia, sem dúvida alguma, uma maior lucratividade dos agricultores mageenses em comparação com os de outras regiões abastecedoras.

Fica claro, portanto, que a proximidade da cidade do Rio de Janeiro teve uma influência fundamental sobre as potencialidades econômicas locais. Para compreender esta importância é necessário ressaltar não só o tamanho considerável da população carioca de então, como o seu contínuo crescimento no período. Enquanto em 1821 tal população era de 112.695 pessoas, em 1872 esse total chegava a 274.972²⁸.

Achamos, no entanto que este capítulo não se completaria sem uma análise das variações do preço da farinha de mandioca, principal produto mageense, no período considerado.

²⁸ Dados retirados respectivamente de: Lobo, Eulália M. L., História do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, IBMEC, 1978, I, p.135; Estatísticas históricas do Brasil. Rio de Janeiro, IBGE, 1987, p.30.

TABELA 4: VARIAÇÃO DO PREÇO MÉDIO DA SACA DE FARINHA DE MANDIOCA EM MIL-RÉIS E EM LIBRAS (1850-1886).

Anos	P.M. (M-r)	P.M. (L)
1850/51	1\$800	0,22
1855/56	4\$500	0,52
1860/61	5\$375	0,58
1865/66	4\$600	0,48
1870/71	6\$000	0,57
1875/76	7\$000	0,79
1880/81	5\$830	0,56
1885/86	3\$700	0,29

OBS: M-r: Mil-réis; L: Libra; P.M.: Preço Médio

Fontes: Inventários "post-mortem"

A tabela 4 mostra-nos de forma bastante clara as diversas conjunturas que afetaram o preço da farinha de mandioca na segunda metade do século passado. Inicialmente, temos uma elevação de preço muito significativa entre 1850/51 e 1855/56. Na média, o valor da saca de farinha sofreu uma variação de 136,36% num espaço de apenas 4 anos. Entre esse último período e o de 1860/61, a variação é significativamente

menor, mas ainda importante (11,54%). A partir daí temos uma tendência de certa estabilização desse preço, em patamares elevados, até 1870/71, apesar da queda verificada em 1865/66. Em 1875/76, porém, temos nova e brusca elevação no índice (38,60%), que chega então ao seu ponto mais alto. Daí em diante, porém, tudo o que vemos são quedas bruscas e constantes (-29,11% até 1880/81 e -48,21% daí até 1885/86), com o retorno dos preços em 1885/86 aos mesmos patamares praticados em 1850/51.

As razões para este comportamento dos preços são variadas e complexas. Não é nosso interesse aqui aprofundarmos no assunto, uma vez que estamos muito mais preocupados com as consequências de tais variações sobre a evolução da agricultura mageense do que com suas causas. Mesmo assim, seguindo o que foi exposto por Afonso de Alencastro²⁹, teríamos duas causas principais para este comportamento. Em primeiro lugar teríamos, a nível internacional, uma fase A do segundo movimento de Kondratieff entre 1850/73, caracterizada pela elevação dos preços, e a partir daí uma fase B, em que os mesmos tenderiam a cair. Esses dados, contudo, pouco explicam por si só. Afinal, tratamos aqui de um produto voltado para o abastecimento interno, e portanto desvinculado de flutuações econômicas de âmbito internacional. Neste caso, porém, a influência dá-se de forma indireta. O fato de termos entrado, a partir de 1850, numa fase de elevação dos preços a nível

²⁹ Graça Filho, Afonso de, op.cit., cap. II.

internacional afetou diretamente o café, fazendo com que as regiões agroexportadoras se especializassem na sua produção, abandonando ou, pelo menos, diminuindo bastante a produção de alimentos. A consequência disso foi o incentivo a esse tipo de produção em áreas decadentes ou que já se dedicassem a ela, com o conseqüente fortalecimento de uma divisão regional do trabalho, com algumas áreas voltadas para a agroexportação e outras para o abastecimento interno. Essas mudanças, contudo, não foram simples e nem imediatas, havendo entre 1850 e 1857 um claro desnível entre oferta e demanda, o que explica a grande variação verificada por nós no preço da saca de farinha nesses mesmos anos. Entre os maiores beneficiários desse processo estão exatamente os agricultores magueenses, que há muito dedicavam-se à produção de alimentos e que conseguiam preços ainda mais altos por conta da proximidade com a Corte. Mais difícil, contudo, é explicar a queda verificada entre 1880/81 e 1885/86. Isto porque a ocorrência entre 1875/76 e o primeiro período não pode ser considerada propriamente uma queda, já que o nível então alcançado foi único, causado ao que parece pela diminuição das exportações de outras províncias, como o Rio Grande do Sul, e não caracterizou uma tendência de longo prazo. Já no período subsequente temos não só uma diminuição de preço acentuada, como uma verdadeira mudança de patamar dos mesmos, retornando-se ao praticado até 1850/51. A explicação para isso é difícil e complexa, pois embora estivéssemos num momento de crise das regiões agroexportadoras fluminenses, as mesmas foram aos poucos

convertendo-se em áreas criatórias, não vinculadas portanto à produção agrícola de alimentos. Não haveria, aparentemente, um aumento na produção de alimentos no interior da província. Nossa hipótese, na falta de dados mais concretos, é que tenha havido um significativo aumento na produção de outras províncias e, talvez, uma queda ao menos temporária na demanda, ligada ao fim da escravidão. Vale ressaltar, de qualquer forma, que o período por nós estudado é marcado em sua quase totalidade por uma tendência altista de longo prazo, o que teve, sem dúvida, uma influência decisiva na evolução da agricultura mageense.

Conclusão

Temos, assim, em nossas mãos uma sociedade tipicamente agrícola, voltada para a produção de alimentos e com tendências a especializar-se cada vez mais em uma única produção. Esse perfil estaria no entanto incompleto se esquecêssemos de um ponto fundamental: o alto grau de mercantilização da agricultura mageense. A proximidade com o Rio de Janeiro, as facilidades de comunicação entre as duas cidades, o tamanho e o constante crescimento populacional da Corte, a alta dos preços da farinha de mandioca, etc, tudo conspirava para que a economia local fosse voltada para o mercado, muito longe de qualquer "tendência ao autoconsumo",

como fica claro pela especialização cada vez maior da produção. A profunda hierarquização social decorrente desse alto grau de mercantilização é o tema do nosso próximo capítulo.

CAPÍTULO 2

O MONOPÓLIO DA TERRA E DA RIQUEZA: A HIERARQUIZAÇÃO SOCIAL EM MAGÉ NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX.

No capítulo anterior, esboçamos o perfil da agricultura mageense. Vimos que entre suas principais características tínhamos o alto grau de mercantilização de sua produção agrícola, voltada para o abastecimento da Corte, e a crescente especialização da mesma, cujo futuro estava cada vez mais nas mãos de um único produto: a farinha de mandioca. Neste capítulo, procuraremos descobrir que tipo de sociedade essa economia foi capaz de engendrar.

Para isto, utilizamo-nos mais uma vez dos inventários "post-mortem". Através da sua agregação em grupos de fortuna, pudemos estabelecer um perfil aproximado dessa sociedade, bem como das relações estabelecidas entre os diversos grupos aí existentes, que separamos de acordo com o tamanho de sua fortuna, montando então um painel das hierarquias sociais presentes entre a população livre. Por fim, utilizamos também como fonte os registros paroquiais de terras, fundamentais na análise da estrutura agrária propriamente dita da região, primeiro passo para compreendermos a hierarquização social aí

existente, uma vez que a terra, junto com o escravo, constituía-se em elemento de vital importância na reprodução do escravismo brasileiro. A análise desses dados permitiu-nos comprovar que a hierarquização existente na sociedade escravista brasileira, responsável pelo seu caráter indelevelmente excludente, não foi de forma alguma uma característica apenas das áreas exportadoras, espraiando-se na verdade por todas as suas atividades econômicas.

1. Estrutura fundiária e hierarquização social

a) A estrutura de posse da terra em Magé

A partir da década de 1980, os trabalhos realizados sobre regiões produtoras de alimentos na segunda metade do século passado têm se preocupado cada vez mais em desvendar a estrutura fundiária aí existente através dos registros paroquiais de terras. Entre estes trabalhos destacaríamos o de Hebe de Castro sobre Capivary, já citado, e o de Márcia Menendes Motta³⁰, sobre as então freguesias rurais de Niterói (Itaipú e São Gonçalo). Em ambos encontramos uma estrutura

³⁰ Motta, Márcia M. Menendes, "Pelos bandas d'além (fronteira fechada e arrendatários escravistas em uma região policultora - 1808-1888)". Niterói, UFF, 1989 (Dissertação de mestrado), cap 3.

fundiária extremamente concentrada. Segundo Hebe de Castro³¹, 15% dos proprietários de Capivary (aqueles com mais de 400 hectares declarados) controlavam nada menos que 75% da área total recenseada naquele município. Márcia Motta³², por sua vez encontra uma concentração da propriedade da terra ainda mais significativa. Segundo os seus dados, somente 5 declarantes (3,73% do total) controlavam 47,7% de toda a terra recenseada, com propriedades que tinham uma extensão média de 900 hectares. Ao mesmo tempo, os 52 proprietários com menos de 5 hectares (38,81% do total) controlavam em conjunto somente 0,8% da área levantada.

Esses dados servem-nos para uma primeira aproximação das características das regiões abastecedoras. Mostram-nos que, se nessas áreas não são frequentes as propriedades com milhares de hectares (que surgem aí muito mais como exceção), nem por isso deixamos de ter as suas sociedades transpassadas por diferenciações sociais profundas, das quais a estrutura de posse da terra é um dos indicadores mais importantes. Além disso, cabe-nos lembrar que a segunda metade do século XIX é

³¹ Castro, Hebe M. de, Ao sul da história. São Paulo, Brasiliense, 1987, pp. 11-13.

³² Motta, Márcia M. M., op.cit., p.117. Todas as citações a respeito da estrutura de posse da terra em São Gonçalo vem daí.

marcada, em diversas regiões³³, por uma crescente valorização da propriedade da terra, cujo controle ia tornando-se, aos poucos, no melhor instrumento para a elite agrária garantir a subordinação da mão-de-obra livre, num contexto de crise do escravismo. Portanto, estudarmos a forma como a propriedade fundiária se distribuía ajuda-nos a compreender as respostas que cada região deu a essa crise. Com a finalidade de sabermos como a posse da terra distribuía-se em Magé, montamos a tabela 1.

TABELA 1: ESTRUTURA DE POSSE DA TERRA EM MAGÉ POR FAIXAS DE TAMANHO DAS PROPRIEDADES (1855 -1857).

Faixas	Número	%	Hectares	%	Ha/dec.
até 1 ha	132	31,43	38,60	0,13	0,29
+1 a 10 ha	122	29,05	449,12	1,47	3,68
+10 a 50 ha	94	22,38	2.033,51	6,66	21,63
+50 a 200 ha	46	10,95	4.636,65	15,19	100,80
+200 a 1000	16	3,81	5.295,68	17,35	330,98

³³ Fragoso, João L. R., "Comerciantes, fazendeiros e formas de acumulação em uma economia escravista-colonial: Rio de Janeiro, 1790-1888." Niterói, UFF, 1990 (Tese de doutorado), p. 465.

+ 1.000 ha	10	2,38	18.073,75	59,20	1.807,38
Total	420	100,0	30.527,31	100,0	72,68

OBS: Ha/dec: hectares por declarante

O maior declarante encontrado, o Comendador Policarpo José Álvares de Azevedo, não foi incluído na tabela para não distorcê-la, uma vez que suas propriedades alcançavam um total de 25.657,89 hectares, correspondendo a mais de 45% da área total registrada.

Fontes: Registros paroquiais de terras, Magé , 1855-1857 (Arquivo estadual do Rio de Janeiro).

O quadro apresentado pela tabela acima não deixa dúvidas a respeito do caráter concentrador da estrutura de posse de terras em Magé, ainda mais significativo do que o encontrado em outras áreas, como São Gonçalo. Chamam a atenção especialmente os dois pólos da estrutura, ou seja, os menores e os maiores proprietários. Por um lado, temos aqueles declarantes com propriedades de até 1 hectare. O tamanho ridículo dessas propriedades não impedia que tivéssemos aí o maior percentual de proprietários, quase um terço dos mesmos, que no entanto controlavam pouco mais de 0,1% da área total. Caso agreguemos estes números aos daqueles proprietários que possuíam de +1 a 10 hectares, teremos representados mais de 60% de todos os declarantes, que controlavam tão-somente 1,60% de toda a extensão declarada, com uma propriedade média de 1,92 hectare. Ao mesmo tempo, essa faixa de proprietários em

São Gonçalo representava 52,99% do total de declarantes, respondiam por 2,2% da extensão declarada e tinham uma propriedade média de 2,98 hectares. Tais números apontam, de maneira insofismável, para a existência de uma grande maioria de microfunditários nas duas áreas, cujas propriedades dificilmente seriam capazes de responderem sozinhas pelo sustento de seus proprietários e suas famílias, quando houvessem. É em Magé, no entanto, que este quadro apresenta-se mais dramático, como resultado provavelmente da ocupação já secular da área e do sistema de herança aqui adotado, onde todos os descendentes eram considerados herdeiros com direitos iguais, fazendo com que as propriedades fossem sucessivamente retalhadas ao longo das gerações. Assim, para aqueles descendentes que não conseguissem adquirir novas extensões de terras, restavam as opções de contentarem-se com estes microfúndios ou vendê-los, o que provavelmente agravava ainda mais o quadro de concentração fundiária. Temos aqui, portanto, um primeiro retrato da pobreza rural mageense, que no entanto ainda encontra-se subestimada, já que não inclui os não-proprietários de terras, muito provavelmente a maioria da população.

No outro pólo, temos os proprietários com propriedades acima de 1.000 hectares, que possuíam em conjunto quase 60% de toda a área declarada, embora fossem menos de 3% dos declarantes. A extensão média de suas propriedades, 1.800 hectares, era o dobro do valor encontrado para São Gonçalo na faixa dos proprietários com mais de 500 hectares de terras,

como vimos. É importante frisar que no caso de Magé os proprietários que tinham entre 500 e 1.000 hectares foram colocados por nós numa faixa anterior. Se fossem incluídos no grupo dos maiores proprietários teríamos então uma concentração ainda maior da posse da terra. Merece uma menção a parte o Comendador Policarpo, cujas propriedades equivaliam a quase a metade de toda a área recenseada. Seus investimentos concentravam-se em duas freguesias: Santo Antônio do Paquequer e Guapimirim. Segundo o Almanaque Laemmert de 1856³⁴, o Comendador seria o dono de dois dos três bairros existentes na então nascente povoação de Teresópolis. Desgraçadamente, no entanto, não conseguimos localizar seu inventário, ficando assim a dúvida sobre a que atividade(s) dedicava-se. No Laemmert aparece apenas como fazendeiro. Caso o incluíssemos entre os maiores proprietários, teríamos então este grupo, formado por apenas 11 proprietários, controlando 77,83% da área levantada. Uma concentração digna de áreas agroexportadoras. Em Campos³⁵, por exemplo, os proprietários com mais de 1.000 hectares controlavam em torno de 40% da área total, e correspondiam a pouco mais de 1% dos declarantes, enquanto aqueles cujas propriedades tinham até 50 hectares eram em torno de 80% dos declarantes, controlando pouco mais de 10% da área total recenseada. Se fizermos os cálculos para

³⁴ B.N., Almanack Laemmert, 1856, Município de Magé, pp. 188-189.

³⁵ Faria, Sheila S. de C., "Terra e trabalho em Campos dos Goitacazes (1850-1920)". Niterói, UFF, 1986 (Dissertação de mestrado), p. 137.

Magé, veremos que os proprietários com até 50 hectares correspondiam a 82,86% do total, e controlavam tão-somente 8,26% da área recenseada.

Os demais proprietários tinham uma participação mais discreta neste quadro. Destacamos aqui aqueles que denominamos de minifundiários (com propriedades entre mais de 10 e 50 hectares). Nesta faixa encontramos quase 1/4 dos proprietários controlando, porém, pouco mais de 6% das terras. Entre os proprietários de médio porte (entre mais de 50 e 1.000 ha.), por sua vez, encontramos as primeiras participações significativas no que se refere à propriedade da terra, mas com uma queda brutal em termos de participação no número de proprietários.

As razões que explicam, ao nosso ver, esse alto grau de concentração fundiária em Magé estão ligadas tanto a fatores mais gerais, que mostram ser este um fenômeno comum às áreas escravistas, como os casos de São Gonçalo e Capivary deixam claro, como a outros que lhe são próprios, relacionados com o processo de ocupação de suas freguesias.

Como fator mais geral apontariamos o próprio caráter da sociedade escravista brasileira, hierarquizada e excludente. Como nos mostram Fragoso e Florentino³⁶ esta sociedade, ao gerar mecanismos de exclusão social vinculados às atividades mercantis, não estabelecia uma distinção apenas

³⁶ Fragoso, João e Florentino, Manolo, O arcaísmo como projeto. Rio de Janeiro, Diadorim, 1993.

entre estas atividades e aquelas ligadas à produção, sobretudo agrícola. Gerava também uma diferenciação acentuada no interior de cada atividade, fruto por sua vez de uma acumulação prévia diferenciada, realizada por alguns através do comércio e por outros via trabalho agrícola. O resultado é que em cada região encontramos diferenciações sociais marcantes entre os diversos grupos sociais, mas que vão sempre no sentido de estabelecer um claro controle dos dois principais elementos constitutivos do sistema agrário (terras e escravos) pela elite local. No caso de Magé chegamos a um autêntico monopólio fundiário por parte desta mesma elite, que retinha em suas mãos nada menos que 3/4 de toda a área declarada.

As características da estrutura de posse da terra na região não refletem, porém, apenas estes aspectos mais gerais dos mecanismos de diferenciação da sociedade brasileira de então, revestindo-se também de fortes cores locais. A melhor forma de chegarmos a estas características próprias é, sem dúvida, através da análise dos dados disponíveis por freguesia.

Tal análise traz, contudo, um primeiro problema. Os dados referentes à freguesia de Santo Antônio do Paquequer, criada em 1855, estão juntos com os da freguesia de Piedade. Assim, será necessária muita atenção ao trabalharmos com os mesmos, já que não foi possível desagregá-los totalmente.

Mas o que nos mostram, afinal, os registros paroquiais de terras? Mostram uma fotografia do panorama

agrário no momento em que foram feitos. Em outras palavras, através deles sabemos com razoável precisão como se distribuía a posse da terra em Magé em meados do século passado. Esta fotografia, porém, longe de deixar-nos presos a um determinado momento, permite-nos ver, pelo menos em parte, como este sistema fundiário evoluira até então. Neste sentido, Magé apresenta um quadro rico em possibilidades, uma vez que possuía freguesias em estágios bem diferenciados de ocupação, como já vimos.

Tomemos, em primeiro lugar, os dados referentes à freguesia de Suruí. Esta freguesia, uma das mais antigas em termos de ocupação, junto com a de Piedade, apresenta um quadro fundiário indigente. Nada menos que 59 dos seus 117 declarantes (50,43% do total) possuíam até 1 hectare, 23 (19,66%) entre mais de 1 a 10 hectares, e somente um declarante (o tão falado João Esteves de Almeida) possuía mais de 200 ha, sendo o maior proprietário local. O controle da maior parte das terras declaradas não estava, contudo, em suas mãos, e sim nas dos que possuíam propriedades com mais de 50 até 200 hectares, um dado sem dúvida surpreendente e original. Para explicar este quadro, contamos com o fato de que esta freguesia é também a que apresenta maior riqueza de informações no que se refere às formas de aquisição da terra.

TABELA 2: FORMAS DE AQUISIÇÃO DA TERRA EM SÃO NICOLAU DE SURUÍ EM VALORES ABSOLUTOS E PERCENTUAIS (1855-1857)

Formas de aquisição	N.	%
Próprias	4	5,0
Compra	22	27,5
Posse	6	7,5
Herança	42	52,5
Doação	1	1,25
Outra	5	6,25
Total	80	100,

Fonte: Registros Paroquiais de terras, Freguesia de São Nicolau de Suruí, 1855/57 (Arquivo Estadual, Rio de Janeiro).

Os dados acima apresentados apontam para uma área cuja fronteira agrícola encontra-se já fechada, como nos mostram as principais formas de aquisição encontradas, a compra e a herança, que juntas somavam 80% das formas declaradas. Já a simples posse da terra, característica de áreas cujas fronteiras ainda encontram-se abertas³⁷, tem uma participação aqui de menos de 10%. De onde podemos concluir que o excessivo parcelamento da terra aqui apresentado deriva,

³⁷ Faria, Sheila S. de C., op. cit., pp. 116-141. A autora apresenta uma discussão muito interessante acerca das características das áreas com fronteira agrícola aberta ou fechada.

como dissemos acima, do sistema de heranças existente e da ocupação antiga da área.

Se, por sua vez, tomarmos para análise os dados da freguesia de Guapimirim, encontraremos aí um quadro um tanto diverso. Em primeiro lugar, temos uma queda brutal do percentual de proprietários com menos de 1 hectare, tanto em relação à freguesia de Suruí quanto ao município como um todo. Dos 109 declarantes levantados, somente 15 (13,76% do total) estavam nesta faixa. As faixas que apresentam aí maiores participações são a de mais de 1 até 10 ha., com 36 declarantes (33,03%) e a de mais de 10 a 50 ha., com 33 declarantes (30,28%). Caso tomemos os grandes proprietários, porém, veremos que a concentração da propriedade da terra permanece. Apenas 4 declarantes estavam na faixa com mais de 1.000 hectares, representando 3,67% do total e controlando 75,88% da área. Ressalte-se que o Comendador Policarpo enfeixava em suas mãos o controle de 55,62% de todas as terras. Quanto às formas de aquisição, Guapimirim mostrou-se menos generoso do que Suruí no fornecimento de informações. Encontramos apenas 37 declarações com informações quanto a este quesito. Mesmo assim, vale ressaltar que destas, 13 (35,14%) referiam-se a terras próprias e outras 13 a posses. Apenas 7 proprietários dizem ter adquirido suas terras por herança, e um único por compra. Apesar do tamanho diminuto da amostragem, a mesma nos ajuda a vislumbrar, junto com a distribuição de posse da terra, uma ocupação mais recente desta freguesia, onde muitas propriedades se formaram a partir

da simples ocupação de uma determinada área. Além disso, o percentualmente elevado número de declarantes que fizeram questão de afirmarem-se como proprietários parece indicar que não desejavam ser confundidos com simples posseiros.

Na freguesia de Piedade, temos um quadro especial, que como dissemos acima, exige bastante atenção. Em termos agregados, temos uma participação dos proprietários com até 1 hectare de 29,74% (58 declarantes num total de 195). Aqueles com mais de 1 até 10 hectares somavam 63 (32,31% do total). Portanto, só esses dois grupos somavam mais de 60% do total de declarantes. No outro extremo, por sua vez, o grupo de proprietários com mais de 1.000 hectares era composto apenas por sete pessoas, que controlavam mais de 84% da terra declarada. Cabe destacar aqui mais uma vez a importância do Comendador Policarpo, dono de 14.709,76 hectares, ou 42,92% de toda a área aí declarada.

Segundo esses dados, teríamos para Piedade uma situação parecida com a de Guapimirim em termos de concentração da terra nas mãos de uma reduzidíssima elite. Por outro lado, teríamos uma posição intermediária de Piedade em relação a esta freguesia e à de Suruí quanto à participação dos microfunditários no total de proprietários, embora mais próxima a Suruí. Contudo, é necessário separarmos os dados referentes à freguesia de Santo Antônio do Paquequer para contarmos com dados mais confiáveis. Infelizmente, a separação completa não foi possível, porque nem sempre contávamos com a localização exata das propriedades. Assim, a fizemos apenas

para os maiores proprietários, pois as dúvidas aqui são mais facilmente solucionadas através do recurso a outras fontes, como os inventários e os almanaques "Laemmert".

Em primeiro lugar, temos o próprio Comendador Policarpo, cujas terras localizavam-se em Teresópolis, bem como outros dois grandes proprietários, num total de 23.821,27 hectares. Em outras palavras, ao retiramos estes proprietários do total relativo à freguesia de Piedade, veremos que os seus maiores fazendeiros controlavam 47,60% das terras sobrantes, percentual que sem dúvida aumentaria se retirássemos também do meio dos proprietários menores aqueles que tinham terras em Teresópolis. Mesmo assim, um número bastante significativo, já que estamos falando do controle de pelo menos metade da terra agricultável de uma freguesia por um grupo de 4 pessoas.

Que conclusões podemos tirar a partir daí? Inicialmente, temos como uma realidade presente em todas as freguesias o controle das terras por uma minoria, e uma esmagadora maioria de microfunditários. As variações mais significativas ficam por conta dos tamanhos médios das propriedades destes proprietários, que era de 2,82 ha. em Guapimirim, 1,15 ha. em Suruí e 2,06 em Piedade e Teresópolis. Já o tamanho médio das maiores propriedades permanecia sempre em torno de 1.000 ha, com as exceções do Comendador Policarpo e de um outro proprietário, que não conseguimos identificar, com 8.100 ha. Em outras palavras, temos uma elite agrária que controla a posse da terra em cada freguesia mesmo quando estas ainda possuem sua fronteira agrícola aberta ou em fechamento

(casos de Guapimirim e Teresópolis), e que mantém este controle ao longo do tempo, inclusive quando a fronteira já se apresenta fechada. Ou seja, o retalhamento das propriedades causado pelas sucessivas partilhas não os afeta a longo prazo, e sim àqueles que não possuíam condições de acumulação de capitais que lhes permitissem, através da compra de novas terras, minimizar ou mesmo anular os efeitos nocivos do parcelamento da propriedade original³⁸.

A esse respeito, cabe aqui uma observação que nos parece da maior importância. Na análise que fez da evolução de Paraíba do Sul na segunda metade do século XIX, João Fragoso³⁹ denominou de "elite agrária" ao grupo de fazendeiros que, entre outras características, possuía propriedades com mais de 1.000 hectares. Se tivermos em conta a grande diferença existente entre as duas elites em termos de riqueza, veremos que a insistência da elite mageense em manter a propriedade de grandes extensões de terras, semelhantes àquelas presentes em áreas agroexportadoras e de ocupação mais recente, liga-se a um cálculo econômico bastante preciso. Num sistema agrícola em que o aumento da produção se dá de forma extensiva (ou seja, pela incorporação de mais terras e escravos), é fácil imaginar que papel desempenhava esse verdadeiro monopólio fundiário em

³⁸ É claro que muitas famílias de grandes proprietários viram-se aos poucos despojadas desta condição. No entanto, falamos aqui não de pessoas, mas de grupos sociais que conseguem se manter ao longo do tempo.

³⁹ Fragoso, João L.R., "Comerciantes...", p.474.

termos de diferenciação social. Com o fechamento da fronteira agrícola tal quadro tendia a se agravar, e a propriedade da terra podia significar então nada menos do que a diferença entre a existência ou não de uma possibilidade de futuro para os diversos proprietários. Assim sendo, a importância dessa propriedade em cada sistema agrário não pode ser resumida apenas no valor de troca que eventualmente possuísse. Na verdade, constituía-se num mecanismo vital de diferenciação no interior desse mesmo sistema e, conseqüentemente, de manutenção de sua elite agrária.

Por outro lado, o sistema de plantio então utilizado no Brasil fazia com que a exploração de uma dada região tivesse seus limites marcados pela perda de fertilidade do solo e pelo fim das matas virgens, quando então os capitais disponíveis migravam para áreas pouco ou nada exploradas. O caso de Suruí parece marcar bem a existência deste limite. A inexistência de grandes proprietários é um dos sintomas da perda de dinamismo econômico por parte desta freguesia, que também vê sua população escrava diminuir desde pelo menos a década de 1840⁴⁰. Ainda assim, não deve nos passar despercebido a permanência aí de um padrão concentrador da propriedade da terra, ainda que num novo patamar, comprovando o caráter estrutural da exclusão enquanto principal aspecto da hierarquização social escravista.

⁴⁰ Ver Capítulo 4.

b) O sistema de arrendamento

O monopólio da terra por parte da elite agrária local gerava, como uma de suas principais consequências, um sistema de arrendamento aparentemente amplo, que por sua vez gerava uma diferenciação social ainda maior.

Para o nosso azar, não contamos com dados a respeito desse tema em quantidade razoável. Não foi possível localizar nenhuma documentação comercial que contivesse dados a respeito de arrendamentos. Os dados aqui apresentados referem-se, assim, somente aos inventários, cujas informações nem sempre eram claras o suficiente. Por isso mesmo, são merecedoras de todas as críticas. Ainda assim, permitem-nos a única abordagem que nos foi possível do tema, e servem para estabelecer as linhas gerais do mesmo. Estabeleceremos, portanto, apenas um panorama geral das características desse sistema em Magé, por não termos condições de nos aprofundarmos.

Analisando criteriosamente os inventários, conseguimos encontrar 40 arrendatários, que foram divididos em três grupos de fortuna: grupo A (com fortunas acima de 3.000 libras), grupo B (entre 3.000 e 1.000 libras) e grupo C (abaixo de 1.000 libras). Após isto, analisamos a participação de cada grupo no total de arrendatários. O grupo A é,

naturalmente, aquele que apresenta menor participação. Apenas 2 arrendatários (5% do total) pertenciam a este grupo. O grupo B, por sua vez, apresenta 6 arrendatários (15%) e o grupo C é o com maior participação, 75%. Os outros dois arrendatários não puderam ter seus grupos determinados.

O quadro aqui apresentado era previsível. O grupo com maiores fortunas era em geral o dos grandes proprietários. Além disso, aqueles desse grupo que não tivessem terras na quantidade que julgassem necessária teriam, pelo tamanho de suas fortunas, maiores possibilidades de comprá-las. O grupo C, por sua vez, era o que tinha maiores dificuldades, já que o capital de que dispunha era muitas vezes insuficiente para que pudesse ampliar a sua produção. Em relação aos arrendadores, o quadro é ainda mais precário. Conseguimos levantar somente 15, dos quais 13 foram identificados (ou seja, conseguimos informações sobre eles em outras fontes). Destes, 7 apareceram no almanaque "Laemmert" como fazendeiros, 3 estão nos registros de terras como grandes proprietários, e 3 aparecem nos inventários, 2 do grupo A de fortuna e o outro do grupo C. Teríamos, então, o grupo dos arrendadores formado pelos fazendeiros de maior poder econômico e/ou com laços comerciais mais fortes com o mercado do Rio de Janeiro.

As diferenças apresentadas entre arrendatários e arrendadores deixam claro o papel do arrendamento como mais um mecanismo de exclusão presente na estrutura social. Isto porque representava uma transferência líquida de renda dos setores mais empobrecidos para aqueles mais abastados,

aumentando assim a concentração existente. Ao entregarem parte do seu sobretrabalho (ou de seus escravos) para os donos das terras, os arrendatários diminuam conseqüentemente o seu poder de acumulação de capital, acabando por perpetuar a própria relação de dependência a que se viam submetidos. Mais importante, no entanto, do que o aspecto puramente econômico desse sistema era a utilidade do mesmo enquanto instrumento de poder da elite agrária, uma vez que significava a possibilidade de controle, por parte da mesma, de parcela importante da população livre mais pobre, que frente à carência de terras via-se praticamente obrigada a inserir-se nessas relações.

É importante notar, contudo, que nem sempre essa diferenciação se estabelece entre membros de grupos sociais distintos. Um exemplo do que dizemos é o inventário de Genoveva Theodolinda de Barcellos⁴¹. Neste, vemos que a inventariada era dona de somente 18 hectares de terras na freguesia de Suruí, localidade de Conceição. A maior parte de suas plantações, contudo, encontrava-se em outras localidades da mesma freguesia, como Paciência, Landim, Mato Virgem, etc. As terras onde estas plantações se localizavam não foram avaliadas, o que indica que não pertenciam à inventariada. Não encontramos menção ao pagamento de arrendamentos, mas esta só aparecia quando o mesmo encontrava-se em atraso. E Dona

⁴¹ Inventário "post-mortem" de Genoveva Theodolinda de Barcellos, 1850, Cartório do Segundo Ofício, s/n.

Genoveva não tinha motivos para atrasá-lo. Seu inventário é o de maior valor encontrado para o ano de 1850, totalizando uma fortuna de 4.233,43 libras, em valor bruto. Além disso, ela possuía 56 cativos. E, o que é mais interessante, após sua morte suas terras são arrendadas para João Esteves de Almeida, maior fazendeiro de Suruí, antes dele comprá-las em 1855.

A partir desse exemplo, podemos tirar duas importantes conclusões: em primeiro lugar, a propriedade legal de terras não era condição "sine qua non" para a constituição de fortunas locais. O sistema de arrendamentos permitia que aqueles mais afortunados que não possuissem terras (ou as possuissem em quantidade insuficiente) tivessem acesso às mesmas. A segunda conclusão é que este sistema, generoso na aparência, acabava por formar uma diferenciação no interior da própria elite agrária.

Outra razão que nos levou a estudar o sistema de arrendamentos em Magé foi tentar analisar de que forma este teria evoluído para dar conta da crescente falta de mão-de-obra a partir de 1850. Tínhamos em mente principalmente o exemplo de Capivary⁴², onde a partir de meados do século XIX, com o avanço da crise do escravismo, os principais fazendeiros tentam estabelecer um maior controle sobre a propriedade da terra, modificando suas relações com os posseiros e arrendatários aí existentes, num contexto de capitalização da propriedade rústica. Apesar dos dados insuficientes,

⁴² Castro, Hebe M. de, op. cit., Cap. 4.

arriscaríamos dizer, através de uma cuidadosa análise dos inventários, que a evolução em Magé processou-se de forma diferente. Do início ao fim do período estudado tivemos aí um mesmo padrão de relacionamento entre arrendatários e proprietários. Padrão este que passava pelo reconhecimento por parte do dono da terra dos direitos do arrendatário às benfeitorias, fossem casas, plantações ou outros tipos de edificações porventura realizadas, como indica o fato dessas aparecerem avaliadas nos inventários dos arrendatários. Além disso, o fato dessas benfeitorias possuírem um valor monetário indica a existência de um mercado para as mesmas, e portanto uma estabilidade na posse destas. Em outras palavras, o arrendatário aparecia como pleno proprietário daquilo que construísse ou produzísse, ainda que a terra permanecesse como propriedade de outrem.

Um exemplo disso seria, além do inventário de Dona Genoveva, o de Maria Angélica Caldas, também de 1850⁴³. A inventariada não possuía terras próprias. Todos os seus bens situavam-se em terras arrendadas aos Religiosos do Carmo. O que não impediu que fossem avaliados e partilhados pelos herdeiros. Outro bom exemplo seria o inventário de Gaspar Gonçalves Rabello, aberto em 1886⁴⁴. Aqui conseguimos uma cópia

⁴³ Inventário "post-mortem" de Maria Angélica Caldas, 1850, Cartório do Segundo Ofício, s/n.

⁴⁴ Inventário "post-mortem" de Gaspar Gonçalves Rabello, 1886, Cartório do Segundo Ofício, s/n.

do contrato de arrendamento das terras ocupadas por Gaspar. Este contrato estipula, em primeiro lugar, um prazo indeterminado para sua duração ("enquanto nos convenha"), bem como a indenização por parte da proprietária das benfeitorias realizadas por Gaspar, em caso de rompimento do mesmo. Fica claro, a partir desse exemplo tardio, que os arrendamentos mantinham as mesmas características iniciais. Poderíamos citar inúmeros outros exemplos, já que todos os inventários de arrendatários seguem o mesmo padrão. O que nos cabe reter aqui, porém, são os significados disso. Por um lado, temos um indício claro de estabilidade no acesso à terra para parte daqueles que não a possuíam ou a tinham em quantidade insuficiente face às suas necessidades. Tal fato deve ter agido como um elemento de compensação num sistema fundiário tão concentrado, pois ao permitir o acesso de alguns (embora não como proprietários), diminuía as possibilidades de uma generalização da insatisfação. Por outro lado, a posse das benfeitorias pelo arrendatário reduzia a renda potencial a ser auferida pelo proprietário, que acabava resumindo-se apenas ao pagamento anual do arrendamento.

A não-ocorrência de mudanças significativas neste sistema em todo este período é um sinal óbvio da funcionalidade do mesmo no interior da estrutura social mageense. Além de garantir uma fonte extra de renda para os proprietários de terras, o arrendamento surgia também (e principalmente) como um mecanismo de absorção de mão-de-obra, no momento em que a reposição da mesma transformava-se num

problema crucial. Conseqüentemente, e embora não tenhamos dados mais concretos para afirmá-lo, acreditamos que tal permanência tenha influenciado a transição para o trabalho livre em Magé, que provavelmente não se baseou no assalariamento.

A análise de uma determinada estrutura fundiária não se encerra, porém, nela mesma. É necessário buscar os mecanismos que geraram as características de tal estrutura, bem como as das demais estruturas sociais. Até porque a desigualdade na distribuição da propriedade da terra é o resultado de uma desigualdade anterior, cujo surgimento e forma de funcionamento devem ser explicados.

2. Distribuição da riqueza e formas de acumulação numa economia escravista.

Em sua tese de doutorado, João Fragoso⁴⁵ demonstrou, de forma bastante clara, não só a profunda hierarquização existente no seio da população livre, como os instrumentos que geravam o que denominou de "diferenciação excludente". Segundo o autor, o "pecado original" existente na formação de quaisquer sistemas agrários no interior da sociedade brasileira estava no fato de que a mesma pressupunha uma

⁴⁵ Fragoso, João Luís R., op. cit., Capítulos 5 e 6.

prévia acumulação de capitais, principalmente por causa da necessidade de se comprar a mão-de-obra necessária (os escravos). A possibilidade dessa acumulação, por sua vez, dependia da forma de inserção dos diversos indivíduos nos circuitos mercantis. Conseqüentemente, o que veremos em cada uma das regiões é que a elite agrária das mesmas será composta por fazendeiros cuja fortuna tem sua origem numa participação destes no comércio.

O caráter altamente concentrado do mercado então existente, característico de sua natureza pré-capitalista, tinha como sua principal consequência o monopólio das atividades mercantis nas mãos de um reduzido número de grandes comerciantes (os "comerciantes de grosso trato"), que conseqüentemente controlavam também as possibilidades de acumulação de capitais.

Ao converter suas fortunas em bens agrários, tais comerciantes acabavam por gerar, na área rural, uma diferenciação social tão profunda quanto a existente nas atividades mercantis. Como esta conversão era frequente (uma vez que raros comerciantes de grosso trato permaneciam na atividade mercantil até a sua morte), temos a recriação constante, nas áreas cuja fronteira agrícola encontrava-se aberta, de sistemas agrários perpassados de cima a baixo por enormes diferenciações sociais. Além disso, veremos que muitos dos herdeiros destes grandes comerciantes também se utilizavam do comércio e da usura para permanecerem no topo da hierarquia social, tendendo a abandonar tais atividades quando atingiam

seu objetivo. Obviamente, a utilização destes mecanismos permitia a perpetuação e mesmo o aprofundamento da estrutura hierárquica existente em tal sociedade. E outro não era, sem dúvida, o desejo da elite agrária.

Tendo em vista este quadro inicial, fica-nos a pergunta: até que ponto o mesmo é válido para as áreas produtoras de alimentos? A fim de averiguarmos as especificidades das mesmas, optamos aqui por nos aprofundarmos na análise da estrutura social mageense, para estudarmos as clivagens existentes entre os diversos grupos, bem como conhecer os instrumentos que permitiam o estabelecimento da hierarquização aí presente, de forma a percebermos as possíveis semelhanças e/ou diferenças em relação às áreas agroexportadoras. Com essa intenção montamos as tabelas 3.1 a 3.4, 4 e 5.

TABELA 3.1: PARTICIPAÇÃO DOS GRUPOS DE FORTUNA NOS PRINCIPAIS ITENS DOS INVENTÁRIOS (1850-1856). VALORES EM LIBRAS.

Grupo	Inv	%	F.Total	%	B.raiz	%	escravo	%
A	4	10	19810,75	48	6022,04	45	11589,89	51
B	8	20	13373,69	32	4528,31	34	6961,29	30
C	27	70	8337,75	20	2776,78	21	4303,15	19
Total	39	100	41522,19	100	13327,13	100	22854,33	100

Ações	%	D.Públ	%	D.ativa	%	D.Pass.	%
-----	--	538,13	36	148,23	20	1830,12	24
-----	--	956,67	64	399,43	56	2370,17	32
-----	--	-----	--	171,16	24	3264,28	44
-----	--	1494,80	100	718,82	100	7464,57	100

Grupo A: +3.000 libras

Grupo B: 1.000 a 3.000 l

Grupo C: - 1.000 l

Fontes: Inventários "post-mortem" dos Cartórios do Primeiro e Segundo Ofícios de Magé.

OBS: F. total: Fortuna Total

Inv.: Número de inventários

B. Raiz: Bens de raiz

D. Pass: Dívida Passiva

D. Públ: Dívida Pública

TABELA 3.2: PARTICIPAÇÃO DOS GRUPOS DE FORTUNA NOS PRINCIPAIS ÍTENS DOS INVENTÁRIOS (1860-66). VALORES EM LIBRAS.

Grupo	Inv	%	F.Total	%	B.raiz	%	escravo	%
A	5	10	32532,64	51	9554,95	57	18457,71	52
B	12	25	19498,43	31	4549,59	27	10104,76	29
C	32	65	11763,42	18	2701,27	16	6518,86	19
Total	49	100	63794,49	100	16805,81	100	35081,33	100

Ações	%	D.Públ	%	D.ativa	%	D.Pass.	%
139,75	100	-----	--	2185,07	41	524,82	5
-----	--	-----	--	1964,35	37	5962,90	63
-----	--	-----	--	1159,91	22	3008,15	32
139,75	100	-----	--	5309,33	100	9495,87	100

Fontes: ver tabela 3.1

OBS: Um dos inventários do grupo A não apresentou as declarações sobre dívidas ativas/passivas. Os dados relativos ao grupo devem ser vistos, portanto, com reservas quanto a esses itens.

TABELA 3.3: PARTICIPAÇÃO DOS GRUPOS DE FORTUNA NOS PRINCIPAIS ITENS DOS INVENTÁRIOS (1870-76). VALORES EM LIBRAS.

Grupo	Inv	%	F.Total	%	B.raiz	%	escravo	%
A	4	12	19585,09	48	4460,01	29	4030,52	31
B	8	23	12669,45	31	2155,62	23	4852,55	37
C	22	65	8285,03	21	2556,87	28	4259,63	32
Total	34	100	40539,57	100	9172,50	100	13142,70	100

Ações	%	D.Públ	%	D.ativa	%	D.Pass.	%
5860,28	96	-----	--	1736,47	62	648,52	18
218,28	4	565,00	71	683,87	24	1716,38	49
-----	--	226,00	29	404,18	14	1177,24	33
6078,56	100	791,00	100	2824,52	100	3542,14	100

Fontes: ver tabela 3.1.

TABELA 3.4: PARTICIPAÇÃO DOS GRUPOS DE FORTUNA NOS PRINCIPAIS ITENS DOS INVENTÁRIOS (1880-1886). VALORES EM LIBRAS.

Grupo	Inv	%	F.Total	%	B.raiz	%	escravo	%
A	1	2	4356,87	15	1809,18	20	1478,96	15
B	6	10	10475,98	37	2764,13	31	3202,48	34
C	50	88	13544,20	48	4333,13	49	4818,75	51

Total	57	100	28377,05	100	8906,44	100	9500,19	100
--------------	----	-----	----------	-----	---------	-----	---------	-----

Ações	%	D.Públ	%	D.ativa	%	D.Pass.	%
-----	--	112,11	4	657,48	17	-----	--
-----		2140,28	87	1015,81	26	558,76	11
39,67	100	215,12	9	2175,49	57	4724,07	89
39,67	100	2467,51	100	3848,78	100	5282,83	100

Fontes: ver tabela 3.1.

TABELA 4: PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS PRINCIPAIS ITENS DOS INVENTÁRIOS NA FORTUNA DE CADA GRUPO (1850-1886).

Anos	Grupo	raiz	Escra	Ações	D.Públ	D Ativa	D. Pass
1850	A	30,40	58,50	----	2,72	0,75	9,24
/	B	33,86	52,05	----	7,15	2,99	17,72
1856	C	33,30	51,61	----	----	2,05	39,15
1860	A	29,37	56,74	0,43	----	6,72	1,61
/	B	23,33	51,82	----	----	10,07	30,58
1866	C	22,96	55,42	----	----	9,86	25,57
1870	A	35,23	35,31	12,18	----	11,79	6,32
/	B	17,01	38,30	1,72	4,46	5,40	13,55
1876	C	30,86	51,41	----	2,73	4,88	14,21
1880	A	41,52	33,95	----	2,57	15,09	----
/	B	26,39	30,57	----	20,43	9,70	5,33
1886	C	31,99	35,58	0,29	1,59	16,06	34,88

Fontes: ver tabela 3.1.

OBS: No período 1870/76, retiramos do total o maior inventário, com uma fortuna de 9.320,36 libras⁴⁶, pois o seu perfil de investimentos destoava dos demais, estando concentrado em ações (50%) e em dinheiro (29%), não havendo investimentos em bens agrários.

TABELA 5: PREÇO MÉDIO DOS ESCRAVOS E NÚMERO MÉDIO DE CATIVOS POR INVENTÁRIO (1850-1886).

Anos	P.M.	M/I
1850/51	37,94	12,95
1855/56	69,40	10,88
1860/61	95,40	7,52
1865/66	61,90	11,38
1870/71	61,58	7,18
1875/76	82,80	4,00
1880/81	55,15	4,38
1885/86	19,50	4,57

Fontes: ver tabela 3.1.

OBS: P.M.: Preço médio em libras dos escravos

M/I: Número médio de escravos por inventário

⁴⁶ Inventário "post-mortem" de Marianna Ernestina de Azevedo Leite, 1876, Cartório do Segundo Ofício de Magé, s/n.

As tabelas apresentadas acima foram montadas com o intuito de nos ajudar na compreensão da evolução do sistema agrário mageense. Assim sendo, optamos por inserir nas mesmas os itens que consideramos mais importantes para esta compreensão. O investimento em bens de raiz e em escravos estava ligado mais diretamente à própria manutenção do sistema agrário. Tendo em vista o caráter extensivo da agricultura brasileira nesse período, o investimento em terras e escravos apareciam sempre como os mais importantes em participação nas fortunas agrárias. O termo "bens de raiz" não engloba, contudo, apenas os investimentos em terras, mas também aqueles realizados em plantações e construções, como casas e engenhos de farinha, parecendo-nos portanto o mais indicado para a análise dos investimentos realizados nas unidades agrícolas. Já os investimentos em dívida pública, ações e dívida ativa pareceram-nos importantes não só por conta de seus percentuais, frequentemente elevados, como por servirem para explicitar as estratégias de atuação dos grupos de fortuna. O estudo das dívidas passivas, por sua vez, é importante para o conhecimento do grau de endividamento dos diversos grupos e da economia como um todo e, portanto, de sua capacidade de reprodução a longo prazo. Por fim, como estamos trabalhando com um universo pequeno de dados, os percentuais aqui apresentados devem ser vistos sobretudo enquanto indicativos de tendências e características mais gerais, e não como

números absolutamente precisos. Feitas essas considerações iniciais, veremos que a análise das tabelas mostram-nos uma evolução até certo ponto surpreendente.

A primeira coisa que nos salta aos olhos, ao analisarmos a tabela 3.1, é o grau de concentração da riqueza. Não mais do que 10% dos inventariados controlavam metade de toda a riqueza levantada, enquanto os 70% mais pobres controlavam apenas 20%. Se levarmos em conta que os inventários, por definição, não englobam aqueles que não possuíam riquezas para inventariar (e, portanto, não representam o quadro geral existente na sociedade), veremos que esta concentração era, na realidade, ainda maior. O que estamos falando não é, sem dúvida, uma novidade. Reflete, na verdade, o mesmo quadro que João Fragoso encontrou tanto para a cidade do Rio de Janeiro como para o município de Paraíba do Sul. Neste último, segundo o autor, o grupo A de fortuna (também composto por 10% dos inventariados) concentrava 52% do Monte-bruto total em 1855/60⁴⁷. É fundamental lembrarmos, porém, que o denominado grupo A deste município era composto por fortunas acima de 10.000 libras, muito superiores portanto às encontradas em Magé, onde apenas um dos inventários analisados possuía fortuna superior a esse valor. Assim sendo, temos em ambas as áreas uma concentração idêntica em termos percentuais, ainda que bastante distinta quanto aos níveis de riqueza apresentados. Em outras palavras, o que esta

⁴⁷ Fragoso, João Luís R., op. cit., p.597.

comparação deixa claro é o caráter estrutural da concentração de riqueza, já apontado por Fragoso, e que era fundamental para a manutenção de um sistema social cujas relações de produção eram também relações de poder.

Assim sendo, não nos surpreende que o controle da elite mageense sobre a economia local se fizesse sentir principalmente na propriedade dos bens de raiz e dos escravos. Como dissemos, é nesses dois itens que encontramos a chave para a reprodução do sistema agrário. Ao controlá-los, o grupo A passa a concentrar em suas mãos a própria capacidade de reprodução desse sistema, ditando o ritmo e a forma em que a mesma dar-se-ia. Por outro lado, no que se refere a outros tipos de investimentos, desvinculados do universo propriamente agrário, como os ligados às ações e dívidas públicas, vemos um interesse ínfimo por parte dessa elite (expresso no percentual de 3,47% de participação desses itens em sua fortuna total, segundo a tabela 4), que prefere concentrar-se naquilo que é sua própria razão de ser, ou seja, a atividade agrária escravista (onde estão 88,9% de seus investimentos), permitindo assim que os outros grupos predominem nesse tipo de aplicação. Seguia, assim, o padrão de comportamento de outras elites agrárias, como a de Paraíba do Sul, que pouco se utilizavam do mercado como instrumento de acumulação após a montagem de suas unidades produtivas, limitando-se praticamente a vender sua produção e comprar novos cativos. Por fim, o seu grau de endividamento era significativamente menor do que os dos outros grupos, tanto em termos absolutos

quanto em percentual, garantindo-lhe assim a sua reprodução e consequente manutenção do "status" de grupo privilegiado no interior da sociedade.

Quanto ao grupo B de fortuna, somos tentados a defini-lo como uma espécie de setor médio dessa sociedade nesse período inicial, com todos os riscos que este termo tão impreciso possa possuir. E isto porque ele representava, ao menos em meados do século XIX, um meio termo entre os dois pólos de riqueza. Em primeiro lugar, não podemos considerá-lo como um grande responsável pela concentração de riqueza. Afinal, os 20% dos inventariados pertencentes a tal grupo controlavam apenas 32% de toda a fortuna levantada no período. Não enfeixavam em suas mãos, portanto, o controle da reprodução do sistema, mas bem que gostariam. Seu perfil de investimentos é bastante semelhante com o encontrado no grupo A, concentrando-se em bens de raiz e escravos. Além disso, controlavam os investimentos em dívida pública e em dívida ativa, apesar dos valores pouco significativos. Possuía, no entanto, uma maior necessidade de recursos para investir, o que levava-o a um endividamento significativo, equivalente a quase 1/5 de sua fortuna total. Tratava-se de um grupo que buscava, portanto, ascender socialmente através do uso dos mecanismos de mercado.

Por fim, temos no grupo C os representantes da pobreza local (ainda que não de toda ela). Os 70% de infelizes que a ele pertenciam controlavam tão-somente 20% da riqueza total. A sua principal característica é, sem

dúvida, a carência. É o grupo que menos investe em terras, animais, edificações ou escravos. Além disso, como vimos, a maioria dos arrendatários pertencia a ele. Para aqueles que não dispunham de capital para investimentos, o arrendamento podia tornar-se não o melhor, mas o único meio de acesso à terra. Mesmo assim, esse grupo vai seguir o padrão ditado pela elite local, e também concentrará os seus investimentos em bens de raiz e em escravos. A falta de capital, contudo, não deixará de cobrar seu alto preço. A consequência é que o setor mais pobre dos inventariados apresenta um grau de endividamento bastante elevado, correspondendo a praticamente a metade de todas as dívidas levantadas, e comprometendo quase 40% de sua fortuna total, um índice sem dúvida elevado, e que aponta para um empobrecimento ainda maior deste grupo a longo prazo.

Nesse ponto, já podemos avançar algumas conclusões iniciais. Em primeiro lugar, salta aos olhos o elevado nível de concentração da riqueza encontrado, bem como a hierarquização social daí decorrente. Estamos diante de uma sociedade que apenas consegue reproduzir-se a partir da exclusão da maioria dos seus membros, livres e escravos. Exclusão esta que, para a população livre e pobre, não significava necessariamente a não-propriedade absoluta (quanto a estes, os miseráveis, não temos condições de medir sua participação na população total). Significava, isso sim, a impossibilidade de uma atuação verdadeiramente importante no nível macroeconômico, uma vez que não exercia qualquer

controle sobre os mecanismos de comercialização ou sobre os principais fatores de produção, terras e homens.

Além disso, estamos diante de uma sociedade que opera sob duas lógicas claramente distintas: uma, a da empresa escravista mercantil, representada sobretudo pelo grupo A e, secundariamente, pelo grupo B. O melhor item para nos mostrar o funcionamento dessa lógica é exatamente o perfil escravista desse setor, uma vez que aí estava a maior parte dos seus investimentos. No grupo A temos, entre 1850 e 1856, um plantel médio de 51 escravos, com uma razão de masculinidade de 167 e 55,17% dos quais com idades entre 14 e 40 anos. Tais números deixam claro que a reprodução do plantel e, por extensão, da própria empresa, dava-se sobretudo através da inserção da mesma nos circuitos mercantis de abastecimento da Corte. Já no grupo B temos, para esse mesmo período, uma média de 17,63 escravos por plantel, com uma razão de masculinidade de 122 e 52,14% dos cativos com idades entre 14 e 40 anos. Números sem dúvida menos brilhantes do que aqueles do grupo A, mas ainda indicadores de uma importante participação do mercado na composição dessa empresa.

Estamos longe, portanto, de qualquer caracterização da sociedade mageense como "camponesa", ou seja, uma sociedade em que as diferenciações sociais seriam inexistentes ou mínimas, voltada para a produção agrícola e utilizando fundamentalmente a mão-de-obra familiar. Ao contrário, temos aí uma sociedade altamente hierarquizada, onde uma elite agrária possui o virtual monopólio da terra e da riqueza, e

onde a parte principal da produção cabe aos escravos. Por outro lado, no entanto, a grande massa existente de pequenos proprietários de terras e cativos, bem como dos despossuídos, obriga-nos a considerar que, se a sociedade não é camponesa, parte importante da mesma o é, já que conta apenas (ou principalmente) com seu próprio trabalho para sobreviver, ao mesmo tempo em que consegue um acesso aparentemente fácil à terra através do sistema de arrendamento. Tais fatos nos indicam, a partir daí, a existência de uma forma de reprodução e de uma racionalidade econômica vinculadas a essa unidade produtiva e distintas daquelas da empresa escravista. Desenvolveremos melhor esse ponto no próximo capítulo.

Por fim, destacaríamos o padrão de endividamento existente, inversamente proporcional ao tamanho da fortuna. Esse padrão, extremamente perverso pois concentrava ainda mais a renda (lembramos que a maioria dos credores era de Magé), era a garantia de que o sistema econômico manter-se-ia ao longo do tempo com o mesmo caráter hierarquizado e excludente.

Ao analisarmos a tabela 3.2 encontraremos, grosso modo, o mesmo padrão anterior. Mais uma vez é o grupo A quem controla a metade de toda a riqueza inventariada, com o seu domínio baseado nos bens de raiz e nos escravos. Infelizmente, não temos para este grupo informações confiáveis a respeito de suas dívidas ativas ou passivas, o que torna nossa análise um tanto imperfeita. Mesmo assim podemos constatar, a partir dos 4 inventários que apresentam tais informações, um grau de endividamento expressivamente menor, de apenas 1,61% de sua

fortuna total. Além disso, o investimento do grupo em dívidas ativas ganha maior vulto, tornando-se então o principal beneficiário da usura, se bem que tais dívidas ainda tivessem uma participação muito reduzida na composição do seu patrimônio.

Por sua vez, o grupo B apresenta uma situação um tanto distinta. Embora mantenha o mesmo padrão de investimento do período anterior, o seu grau de endividamento alcança níveis um tanto mais elevados, de praticamente $2/3$ do endividamento total e $1/3$ da composição de sua fortuna. Cresce também, no entanto, o percentual aplicado em dívidas ativas. Poderíamos concluir daí que o grupo B aumenta a sua participação no mercado, aparentemente a fim de captar recursos para serem investidos na atividade agrária, cujos índices de participação nos investimentos mantêm-se razoavelmente estáveis, com uma queda razoável nas inversões em bens de raiz.

Já o grupo C apresenta um perfil até certo ponto surpreendente, tanto em comparação com o grupo B quanto em relação ao período anterior, com um grau de endividamento bem menor do que o possuído antes e um aumento razoável no item das dívidas ativas.

O panorama geral, contudo, apresentava modificações mais profundas nos anos 70, conforme vemos na tabela 3.3. A princípio, o quadro de concentração da riqueza total não mudara. O grupo A permanecia controlando a metade de todo o monte-mor. No entanto, temos pela primeira vez esse grupo

abrindo mão do controle dos bens fundamentais para a atividade agrícola escravista, qual seja, os bens de raiz e os escravos. Em ambos os casos, passamos a ter uma distribuição mais uniforme de sua propriedade, com os mesmos estando distribuídos de forma quase idêntica entre os três grupos. Pela tabela 4, podemos perceber que o grupo A passa a investir menos em escravos do que antes, embora mantenha o mesmo padrão em relação aos bens de raiz. Por outro lado, porém, mais de 1/5 de suas inversões passam a destinar-se às ações e às dívidas ativas, numa inconfundível ampliação do seu leque de investimentos. Também no grupo B verificamos indícios desse novo direcionamento, mas num grau bem menor do que o anterior. Aqui, mais da metade de todas as inversões ainda estão ligadas aos bens de raiz e escravos, e o perfil dos investimentos permanece bem pouco diversificado. O mais interessante, porém, é o caso do grupo C. Aparentemente alheio às novas tendências de investimentos da elite local, esse grupo insiste em manter o padrão anterior de inversões, concentrando mais de 80% de suas fortunas em bens agrários. Caso tomemos o valor investido em terras por cada grupo, veremos que o mesmo correspondia a menos de 5% da fortuna total do grupo A, a 8,4% para o grupo B, e alcançava 13% no caso do grupo C.

Por fim, temos nos anos 80 uma mudança ainda mais radical de cenário. Pela primeira vez o grupo A não controla ao menos metade de toda a riqueza. E isso não se dá porque o mesmo grupo tenha empobrecido, mas sim porque praticamente sumiu, havendo apenas um representante do mesmo (que ainda

assim controla 15% da fortuna total). Também pela primeira vez temos o grupo C controlando a maior parte da riqueza levantada, e da mesma forma que a elite agrária fizera até pelo menos a década de 1860: concentrando seus investimentos em escravos e bens de raiz, onde alocara então 3/4 de todo o seu investimento. O grupo B, por sua vez, prefere dividir seus investimentos entre estes itens e outros talvez menos lucrativos, mas com certeza mais seguros num momento em que o escravismo enfrenta sua agonia final. Assim, praticamente 1/3 de sua fortuna encontra-se alocada em dívidas ativas e, principalmente, em apólices da dívida pública. O perfil do representante isolado do grupo A assemelha-se ao padrão apresentado no período anterior, apesar da menor diversificação dos investimentos, o que parece garantir a sua representatividade. Seu papel mais importante para nós é o de mostrar a fraqueza econômica desse grupo nos últimos momentos da escravidão.

A primeira coisa a assinalar a respeito do quadro aqui descrito é a sua originalidade em relação ao ocorrido em outras regiões. Se tomarmos como exemplo as áreas agroexportadoras, veremos que a evolução econômica deu-se aí de forma oposta, havendo a longo prazo um aumento da concentração tanto da fortuna total como em particular dos bens agrários, como no caso já citado de Paraíba do Sul, onde o grupo A de fortuna passa a controlar no período de 1880/85 72% do monte-bruto, 50% do valor das terras, 75% dos cafezais,

e 54,7% do total de escravos⁴⁸. Em outras palavras, não só manteve como ampliou o seu controle sobre o sistema agrário local, deixando clara assim sua opção de reproduzir-se enquanto elite agrária, cuja sorte vinculava-se aos azares não só da agricultura como do escravismo, apesar do enfraquecimento então evidente deste. Concentração ainda maior da riqueza encontramos em Cantagalo⁴⁹, onde o grupo A (composto pelas fortunas acima de 15.000 libras), controlava em 1880 84,7% do Monte-bruto e 62,2% do valor total dos bens de raiz. Apesar de não contarmos com dados equivalentes para outras áreas ligadas ao abastecimento interno, acreditávamos que em Magé o quadro desenvolver-se-ia de forma similar, guardadas as devidas proporções, por conta inclusive das semelhanças iniciais. Encontramos, porém, um quadro bastante diverso, que ao mesmo tempo em que enriquece o nosso conhecimento acerca desse período, exige-nos um esforço explicativo redobrado. Vamos então por partes.

Analisando os dez anos decorridos entre 1850/56 e 1860/66, percebemos uma tendência ao enriquecimento nos grupos A e C, expressa no aumento do valor médio do inventário em cada grupo e na diminuição do grau de endividamento de ambos. O mesmo, porém, não ocorre com o grupo B, cujo valor médio do

⁴⁸ Idem, Ibidem.

⁴⁹ Vinhaes, Eliana M.G., "Cantagalo: as formas de organização e acumulação da terra e da riqueza local." Rio de Janeiro, UFRJ, 1992 (Dissertação de mestrado), pp.55-6.

inventário se mantém e que se vê cada vez mais onerado por dívidas, enquanto diminui pela metade seu investimento em terras, que cai de 17% para 9% de sua fortuna total.

A razão principal para essa evolução "sui generis" parece estar numa dificuldade crescente deste último grupo em manter sua posição na hierarquia social local, sobretudo enquanto senhores escravistas, por conta principalmente do aumento do valor dos cativos, que entre 1850/51 e 1860/61 elevou-se em mais de 150% em Magé, segundo a tabela 5. Poder-se-ia, naturalmente, argumentar que no mesmo período o preço da farinha de mandioca, artigo básico da economia mageense, elevou-se em 163%⁵⁰ no mesmo período, o que garantiria, assim, a reposição tranquila da mão-de-obra cativa. Ocorre, porém, que a média apresentada na tabela 5 tem como base todos os escravos presentes nos inventários, sem distinção de sexo ou idade, o que não nos permite perceber as variações ocorridas na composição dessa população. Se, no entanto, agregarmos tais dados à nossa análise, veremos uma situação um tanto diferente. Em termos de participação feminina, veremos que ela pouco se modifica, mantendo-se sempre em torno dos 40% da população total. A diferença maior refere-se à composição etária da população. Nesse ponto, veremos que o percentual de escravos entre 14 e 40 anos (os mais valorizados) diminuiu, nesse período de 51,79% do total para 43,43%. Ou seja, tornaram-se minoria entre a população cativa. Podemos então

⁵⁰ Ver Capítulo 1.

afirmar que, se a população cativa local tivesse mantido a mesma composição, a variação no seu preço médio teria sido ainda maior. Dentro desse quadro, o grupo B aparece como o maior atingido. A sua média de cativos por inventário cai de 17,63 para 10 (-43,28%) em 1860/66, enquanto o percentual daqueles com idades entre 14 e 40 anos passa a 41,18%. Tudo isso ocorre apesar desse grupo manter mais de 50% de sua fortuna total investida em cativos. É importante ter em conta que o fato do número de escravos plenamente produtivos ter-se tornado minoritário frente aos demais resultava numa diminuição da produtividade e, portanto, da lucratividade da empresa escravista, levando-a muitas vezes a ter que aumentar seu endividamento para conseguir manter-se, o que a longo prazo acabava por dificultar a própria reprodução do grupo B.

Esses inventariados, assim, acabavam por ocupar uma posição frágil, já que boa parte de seu (aparente) patrimônio pertencia na verdade a terceiros. O exemplo mais flagrante desse processo é o inventário de Marianna Rosa dos Santos⁵¹, falecida em 1860 e moradora em Teresópolis. Nesse, vemos que de uma fortuna total de 1.987,46 libras, nada menos que 1.756,37 libras (88,37% do total) eram fruto de uma hipoteca feita pelo marido e inventariante de Marianna, Antônio Ignácio dos Santos, com um comerciante sediado no Rio de Janeiro, valor esse que Antônio pretendia pagar com o fornecimento

⁵¹ Inventário "post-mortem" de Marianna Rosa dos Santos, 1860, Cartório do Segundo Ofício de Magé, s/n.

de gêneros. Sem este empréstimo, Antônio e sua esposa estariam entre os mais modestos agricultores do grupo C, com uma fortuna total de mais ou menos 200 libras.

Já a evolução dos outros dois grupos parece estar ligada aos papéis que desempenhavam nessa sociedade. O grupo A, como controlador da economia local, era o que tinha menores dificuldades em manter seus padrões de investimentos em bens de raiz e escravos. Nesse último quesito, vemos que esta elite manteve um plantel médio de 54,5 escravos por inventário⁵², com uma razão de masculinidade de 174. O problema aparecia, no entanto, na proporção de escravos entre 14 e 40 anos, que então já haviam se tornado minoria (44,39%). Ou seja, mesmo a elite local enfrenta dificuldades para manter a propriedade escrava nos padrões anteriores, e para consegui-lo dependeu da manutenção dos seus escravos mais velhos e do nascimento de novos, ponto que veremos com mais cuidado no Capítulo 4. Seja como for, vemos que nesse momento essa elite não enfrenta maiores problemas para se reproduzir, uma vez que suas dívidas passivas se reduzem, graças tanto à conjuntura favorável do preço da farinha de mandioca, quanto ao controle que exercia sobre os principais fatores de produção e sua inserção nos circuitos mercantis, que lhe permitiam ampliar sua produção com maior tranquilidade.

Quanto ao grupo C, vemos que os seus plantéis se reduzem paulatinamente de uma média de 4,15 escravos por

⁵² Excetuando-se o inventário de um negociante, que possuía apenas 7 escravos.

inventário em 1850/56 para 2,72 em 1860/66 (-34,49%), ainda quando o percentual de sua fortuna investido neste item apresente um ligeiro aumento. Para este grupo, porém, essa perda parece assumir um tom bem menos catastrófico do que aquele encontrado no grupo B. Isso porque esta parcela dos inventariados, como vimos, possuía uma racionalidade distinta daquela da empresa escravista, uma vez que para ele o trabalho escravo era, em geral, um complemento do trabalho familiar. Assim, a reprodução de suas unidades econômicas dependia muito menos do mercado para a reposição da mão-de-obra do que as dos grupos mais ricos. O que, numa conjuntura de preços agrícolas favoráveis, permitiu-lhe melhorar sua situação econômica.

A evolução ocorrida nos dez anos seguintes é marcante em vários aspectos. E isso porque assistimos a uma importante mudança na orientação dos investimentos da elite agrária, que passa a diversificar mais suas aplicações. A principal participação na composição de sua fortuna total continua cabendo aos escravos e bens de raiz, mas as inversões realizadas em ações e dívidas ativas ganham pela primeira vez um vulto significativo. O que aponta para um novo tipo de cálculo econômico, ainda ligado à reprodução da atividade agrária, mas que aos poucos distancia-se da escravidão. Veja-se que não só diminui o percentual investido em escravos como, principalmente, o plantel médio dessa faixa de fortuna, que cai abruptamente de um número médio de 45 escravos por inventário para não mais de 12,5 (-72%), o que sem dúvida contribui de forma significativa para a diminuição da média

geral. A mesma queda no plantel médio verifica-se também no grupo B, mas de forma bem menos dramática, indo de 10 cativos por inventário para 8,38 , enquanto o grupo C apresenta um surpreendente crescimento de 22% em seu plantel médio, que passa de 2,72 para 3,32. É também o único grupo que mantém mais da metade de sua fortuna investida nesse item.

Temos, portanto, uma elite agrária que se mantém enquanto tal, mas que paulatinamente abre mão do seu caráter de proprietária escravista. A partir dos anos 70, os grandes plantéis tornam-se coisa do passado, e os grandes agricultores preferem destinar parte do dinheiro antes investido em escravos para aplicações mais seguras (como as dívidas ativas) ou com perspectiva de bom lucro, como as ações, apesar do risco inerente. Em outras palavras, perdem a confiança na continuação da empresa escravista.

Para explicar tal fato, devemos primeiro dizer que não se trata de um fenômeno exclusivo de Magé. Na verdade, a comparativamente modesta elite mageense estava acompanhada em suas decisões por alguns dos mais ilustres fazendeiros do império. Em artigo ainda inédito, João Fragoso e Ana Maria Lugão⁵³ analisam o caso do Comendador Manoel Vallim, que ao morrer em 1878 possuía um patrimônio cujo valor alcançava a impressionante soma de 271.667 libras esterlinas. Este Comendador, apesar de retirar o grosso de seus rendimentos da

⁵³ Fragoso, João L. R., e Rios, Ana M. L. "Comendador Manoel de Aguiar Vallim: um empresário brasileiro nos oitocentos." texto inédito.

atividade agrícola desenvolvida por seus 650 escravos, tinha apenas cerca de 30% de sua fortuna aí investida ao morrer. E isso porque a partir de meados da década de 60 deixara de aplicar os lucros de seus cafezais e empréstimos (já que era também capitalista) na aquisição de mais terras e escravos. O Comendador não era, no entanto, o único a fazê-lo, pois o mesmo caminho era trilhado, entre outros, pelo Barão de Nova Friburgo, que também na mesma época decidiu investir seus lucros em imóveis urbanos, apólices da dívida pública e no comércio. Ou seja, ambos estão abandonando a escravidão.

O que não significa dizer que todos os grandes fazendeiros tenham tomado as mesmas decisões. É o mesmo Fragoso⁵⁴ quem nos informa que, em Paraíba do Sul, mesmo em 1880-85 a fazenda escravista continuava sendo o principal setor da economia local, com o seu valor correspondendo a 82,1% da riqueza inventariada.

A explicação para essas orientações divergentes estaria, segundo Fragoso e Lugão, na existência de cálculos econômicos diferenciados no interior da elite agrária. Por um lado, teríamos aqueles que se baseavam na conjuntura favorável do café, bem como na falta de opções alternativas tanto em termos de investimentos mais lucrativos como de mão-de-obra. Além disso, a forte coesão existente na defesa da escravidão por parte dos grandes senhores, bem como a concentração cada vez maior da propriedade cativa nas mãos dos mesmos, parecia

⁵⁴ Fragoso, João L.R., op.cit., p.526.

garantir um futuro ainda longo para a instituição escravista. Por outro lado, no entanto, a crise da escravidão já se fazia notar. Desde a década de 50, com a extinção do tráfico atlântico, o número de escravos só fazia diminuir, enquanto a agricultura cafeeira mantinha sua expansão em direção ao oeste paulista. Acresça-se a isso o fato de que no Vale do Paraíba o fim das terras virgens e o declínio da fertilidade do solo eram uma realidade que só tendia a piorar, por conta do sistema de plantio adotado. Todos esses fatos teriam levado, assim, vários grandes fazendeiros a se precaverem de algo que sabiam inevitável a longo prazo: o fim da escravidão.

No caso de Magé a situação mostra-se um tanto distinta. Se temos aí uma queda no investimento em escravos, temos também a manutenção da atividade agrícola como a principal da elite local. O que se comprova não só pela análise do perfil de seus investimentos, como pela forma de inserção dessa mesma elite no almanaque Laemmert.

Dos 14 inventariados pertencentes a esse grupo, encontramos 10 (71%) anunciando no almanaque ao longo de todo o período. Desses, 9 aparecem sempre como fazendeiros e apenas um como padeiro e, mais tarde, como negociante e proprietário. Nenhum inventariado aparece inicialmente como comerciante ou capitalista e depois como fazendeiro/lavrador. Apenas nos inventários "especiais" (aqueles levantados fora dos períodos determinados) encontramos um exemplo desse tipo de trajetória

na pessoa do Comendador Manoel Pinto de Carvalho⁵⁵, falecido em 1882. De 1852 a 1874, o Comendador aparece unicamente como negociante e proprietário. Em 1876, porém, anuncia-se também como fazendeiro. Em 1878 sua empresa comercial aparece em liquidação, e em 1880 e 1882 encontramos-lo somente entre os fazendeiros. Mesmo assim, ao morrer, o Comendador ainda concentrava 61% de sua fortuna de mais de 11.000 libras em dívidas ativas, cujas origens estavam, em sua maioria, nas atividades usurárias, além de 9% em ações. Apenas 1/5 de todas as suas aplicações encontrava-se localizada em bens de raiz e escravos, sendo que destes últimos o Comendador era um modesto proprietário, se levarmos em conta sua fortuna, com somente 17 cativos em seu plantel.

Ou seja, temos uma elite que mantém-se vinculada o tempo todo à atividade agrária mas não à escravidão, e que praticamente não se utiliza do comércio como mecanismo de acumulação⁵⁶.

Para explicar esse quadro enfrentamos as mesmas dificuldades que Fragoso e Lugão, visto que o preço médio da farinha de mandioca, assim como o do café, encontrava-se numa

⁵⁵ Inventário "post-mortem" de Manoel Pinto de Carvalho, 1882, Cartório do Segundo Ofício de Magé, s/n.

⁵⁶ Não devemos ser muito incisivos, porém, quanto a esse ponto, uma vez que a acumulação dos capitais pertencentes a essa elite pode ter se dado no comércio da Corte.

conjuntura favorável⁵⁷ desde de meados da década de 50, tendo atingido seu ponto máximo exatamente em 1875/76. Além disso, enquanto o preço da farinha sobe 163,64% entre 1850/51 e 1860/61, o preço médio do escravo aumenta no mesmo período 151,45%, permitindo assim aos agricultores mageenses que acompanhassem, ao menos até certo ponto, a variação do custo de aquisição de mão-de-obra. Por esse lado, portanto, os agricultores mageenses não teriam motivos aparentes para abrir mão de seus escravos, uma vez que continuavam sendo bem remunerados pelo seu principal produto. Precisamos, portanto, procurar as razões em outro lugar.

A principal causa, ao nosso ver, encontramos no esgotamento da capacidade de reprodução do sistema agrário mageense, causado pelo fim das terras virgens e pela queda da fertilidade do solo. Vimos no capítulo anterior como, já em meados do século, os agricultores locais reclamavam da pequena vitalidade da terra. Consequência perversa de um sistema de plantio predador, o esgotamento do solo vinha cobrar sua conta após quase 3 séculos de ocupação, principalmente nas freguesias mais antigas. Assim sendo, pouco adiantava para o agricultor manter uma paridade entre o preço do que produzia e o custo de reposição da mão-de-obra se não era mais capaz de produzir a mesma quantidade de outrora.

Caberia questionar aqui porque a agricultura mageense não expandiu-se, ao menos de forma significativa, para a

⁵⁷ Ver Capítulo 1.

freguesia de Santo Antônio do Paquequer. Embora a população desta freguesia tenha crescido entre 1856 e 1872 de 1.955 para 3.457 pessoas (76,83%), a região permaneceu durante todo o período em foco com o caráter de subpovoada. Se a terra das demais freguesias de Magé encontravam-se esgotadas, Santo Antônio do Paquequer oferecia a possibilidade de expansão em terras ainda virgens.

Não é, no entanto, o que ocorre. Analisando os inventários específicos dessa freguesia não encontramos nenhum sinal de uma prosperidade local maior. Pelo contrário. A maioria das grandes fortunas inventariadas encontrava-se nas áreas "velhas", e Paquequer parece permanecer como uma área de fronteira, onde predominavam os pequenos proprietários⁵⁸. Não que não houvessem pessoas ricas na freguesia, mas essas não eram em geral grandes proprietárias de terras nem de escravos, concentrando suas fortunas em lotes urbanos, dinheiro e dívidas ativas.

A explicação para o fenômeno, ao nosso ver, está na teoria da renda de Marx. Mais especificamente, naquilo que este chamou de renda diferencial I⁵⁹, ligada à fertilidade e situação da terra. Ou seja, o aumento da produção resultante do uso de terras mais férteis geraria uma renda adicional para

⁵⁸ Lembremos aqui que o Comendador Policarpo monopolizava boa parte das terras da freguesia.

⁵⁹ Uma ótima discussão a respeito da teoria da renda em Marx está em Cardoso, Ciro, Agricultura, escravidão e capitalismo. Petrópolis, Vozes, 1979, Cap. I.

os agricultores estabelecidos em Teresópolis frente aos das demais freguesias de Magé. Essa renda adicional não seria, no entanto, suficiente para compensar o aumento no custo do transporte (ou era suficiente apenas para isto). Francisco Carlos⁶⁰, em sua tese, afirma:

"Muitas vezes trocava-se um rendimento superior, da dimensão de 1/3 a 50%, por outro menor em função de um gasto menor com o transporte. Uma curiosa combinação de fatores poderia levar à anulação do rendimento proporcionado pela terra mais fértil em virtude do custo do transporte a partir da terra com pior (mais longe) localização."

No caso de Magé, a diferença em termos de transporte era evidente. Enquanto as três freguesias da região de baixada (Suruí, Piedade e Guapimirim) contavam com vários rios navegáveis, que garantiam uma ligação direta e de baixo custo com a Corte, para chegar-se a Teresópolis era necessária uma viagem de dois dias no mínimo, na qual tinha-se que vencer uma subida de 970 metros por uma estrada em péssimas condições. O problema dos transportes era tão essencial para a região que

⁶⁰ Silva, Francisco C.T. da, A morfologia da escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil-colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790)." Niterói, UFF, 1990 (Tese de doutorado), p. 163.

esta só desenvolveu-se a partir de finais do século XIX, com a chegada da estrada de ferro.

Devemos nos lembrar, no entanto, que Guapimirim ainda possuía uma razoável capacidade de expansão, como nos comprova o aumento de mais de 100% de sua população cativa entre 1856 e 1872.⁶¹ O que permitiu ao sistema agrário mageense, num primeiro momento, resolver o seu problema de carência de terras novas.

A partir da década de 70, porém, a situação deteriora-se, como podemos ver pela queda constante do número médio de escravos por inventário apresentada pela tabela 5. Guapimirim parece ter chegado ao seu limite em termos de expansão, entrando, ao nosso ver, no processo de decadência das outras freguesias, como indica a ausência, aí, de grandes proprietários escravistas a partir desse período, com a exceção de um único inventário com 37 escravos em 1880. Outro aspecto negativo para a evolução da agricultura local que merece destaque é a promulgação da chamada "lei do ventre livre", que considerava livres os filhos de escravas nascidos após 1872. Isso porque, como veremos no Capítulo 4, a reprodução dos escravos em Magé após 1850 deu-se fundamentalmente de forma endógena. O surgimento do "ventre livre", portanto, significou para estes senhores um forte desestímulo ao investimento em escravos, já que só poderiam utilizar o trabalho dos novos membros do plantel até a idade

⁶¹ Para uma análise mais detalhada da demografia escrava, veja o Capítulo 4.

de 21 anos. Ou seja, o período improdutivo destes (13/14 anos) seria maior do que o produtivo (7/8 anos). Um tiro de morte, portanto, para uma agricultura que já não podia dar-se ao luxo de repor sua mão-de-obra cativa através do mercado, ficando assim dependente da reprodução daqueles a quem lhe cabia, paradoxalmente, explorar.

Conclusão

A partir do que foi exposto, torna-se mais fácil compreendermos as transformações verificadas nos últimos anos do escravismo. A princípio, estranharíamos o quase-desaparecimento do grupo A de fortuna, da elite agrária local enfim, que se encontrava representada por um único inventário no período, indicando que parte da mesma tenha empobrecido então. No entanto, se tomarmos as dívidas passivas desse grupo no período anterior, veremos que as mesmas eram pouco significativas frente ao patrimônio levantado. Não é aí, então, que encontraremos a resposta.

Na verdade, a principal causa desse empobrecimento foi a desvalorização sofrida pelos principais itens que compunham a fortuna dessa elite. Se, por um lado, ela aos poucos abria mão da propriedade de seus escravos (uma vez que não conseguia repô-los), por outro aqueles que lhe restavam perdiam aceleradamente o seu valor, chegando a atingir em

1885/86 praticamente a metade do que valiam, em libras esterlinas, em 1850/51, por causa principalmente do envelhecimento do plantel. Quanto ao preço da farinha de mandioca, devemos lembrar⁶² que o mesmo também apresenta redução em 1885/86, quando retorna aos patamares de 1850/51. Por fim, temos as terras, cuja evolução em termos de preço não pudemos infelizmente levantar, já que as informações disponíveis nos inventários nem sempre são completas em relação à área avaliada. Mesmo assim, podemos imaginar que o valor das mesmas dificilmente deixou de cair, por conta do seu esgotamento.

Ou seja, a elite agrária mageense não entrou em decadência por conta de dificuldades financeiras como, por exemplo, um acúmulo de dívidas passivas, mas sim porque o sistema agrário local já não era capaz de garantir-lhe a reprodução no mesmo padrão anterior. O que não deve, de forma alguma, ser confundido com uma diminuição do grau de hierarquização existente nessa sociedade. Em verdade, o que ocorreu foi o que poderíamos denominar de uma mudança de patamar. A elite agrária continuou a existir e a controlar os principais fatores de produção, ainda que empobrecida. Qualquer dúvida, basta que reexaminemos a tabela 3.4. Nesta, vemos que a "nova elite" é composta pelo que sobrou do antigo grupo A de fortuna e pelo grupo B. Juntos, ambos os grupos contam com somente 12% dos inventariados, mas controlam 52% da

⁶² Ver Capítulo 1.

fortuna total levantada, 51% das inversões em bens de raiz e 49% daquelas em escravos. Aos outros 88% dos inventariados (o que dizer da população total?) restava a exclusão.

CAPÍTULO 3

CAMPONÊS E SENHOR: A PEQUENA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS EM MAGÉ NA CRISE DO ESCRAVISMO.

A utilização do termo "camponês" para a análise da pobreza no período escravista nunca foi tranquilo. Em primeiro lugar, porque durante muito tempo não se sabia sequer sobre o que se pretendia falar. Afinal, a própria existência de uma definição positiva para o "homem livre pobre" do período escravista é algo ainda recente. A indefinição em relação ao objeto de estudo acabava por criar dificuldades a respeito de sua conceituação. Em segundo lugar, devemos sempre ter em conta as dificuldades inerentes ao próprio termo, usado indiscriminadamente para dar conta das mais diversas realidades, o que acaba por torná-lo excessivamente vago. Ou seja, ao tentar dar conta de tudo, o termo pode acabar não explicando nada.

Assim, para fugirmos às armadilhas devemos primeiramente definir, de forma muito clara, como entendemos

este conceito. Para tanto, nos utilizamos da definição dada por Ciro Cardoso.⁶³

Segundo o autor, quatro características principais definem, do ponto de vista econômico, a estrutura camponesa: "1) acesso estável à terra, seja em forma de propriedade, seja mediante algum tipo de usufruto; 2) trabalho predominantemente familiar - o que não exclui, em certos casos e circunstâncias, o recurso a uma força de trabalho adicional, externa ao núcleo familiar; 3) economia fundamentalmente de subsistência, sem excluir por isto a vinculação (eventual ou permanente) ao mercado; 4) certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas, ou seja, nas decisões sobre o que plantar e quando, de que maneira, sobre a disposição dos excedentes eventuais, etc."

Mesmo esta clara definição, no entanto, pode causar polêmica, sobretudo no que se refere ao tipo de mão-de-obra

⁶³ Cardoso, Ciro F.S., Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas américas. São Paulo, Brasiliense, 1987, pp. 56-57. Ver também: Chayanov, Alexander, "Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas" in: Silva, J. e Stolke, V., A questão agrária. São Paulo, Brasiliense, 1981, pp. 133-163, e o excelente trabalho organizado por Teodor Shanin: Shanin, T.(Editor), Peasants and peasant societies. New York, Penguin Books, 1976 4a. ed.).

utilizada. A partir dela, Márcia Motta⁶⁴ nega a possibilidade de se denominar de camponeses aos pequenos produtores escravistas, já que o escravo era para estes a sua principal riqueza, e não simplesmente uma mão-de-obra adicional. As relações de produção existentes entre ambos não teriam, assim, qualquer caráter "camponês". Esquece-se a autora, no entanto, que as mesmas pessoas podem estar inseridas em relações de produção diversas⁶⁵. Assim como o escravo podia ser também camponês (e isso, longe de ameaçar, até fortalecia o sistema escravista), também o camponês podia ser senhor de escravos. O que importa aqui é diferenciarmos aquele pequeno agricultor que vivia exclusiva ou principalmente do fruto da atividade de seus cativos daquele para o qual a posse do mesmo significava um acréscimo na mão-de-obra disponível, com uma conseqüente elevação de seu padrão de vida, mas sem levar por isto a um abandono da lide agrícola por parte do mesmo ou de sua família. Além do que, para estes últimos a própria aquisição de escravos era conseqüência de uma acumulação de capital resultante do trabalho familiar. Por fim, como vimos acima⁶⁶, os trabalhos mais recentes relacionados ao tema comprovam que a posse ou não de um pequeno número de cativos não era o

⁶⁴ Motta, Márcia M. M., "Pelos bandas d'além (fronteira fechada e arrendatários escravistas em uma região policultora - 1808-1888)". Niterói, UFF, 1989 (Dissertação de mestrado), p.11.

⁶⁵ Cardoso, Ciro F.S., op.cit., p. 58.

⁶⁶ Ver Introdução.

elemento central para a definição do padrão de riqueza de cada indivíduo, estando este muito mais ligado ao ciclo familiar do mesmo.

A partir daí, nossa preocupação maior aqui não é manter a suposta "pureza" do conceito, mas sim adaptá-lo à realidade encontrada no Brasil, onde muitos pequenos senhores de escravos eram quase tão excluídos socialmente quanto os seus próprios cativos. Torná-lo, enfim, um instrumento útil para pensarmos a experiência concreta de vida de um grupo social específico, distinto dos demais que compunham a sociedade escravista brasileira.

Com este propósito, selecionamos 87 inventários⁶⁷ entre todos os levantados, a partir de 3 critérios principais: 1) a posse de um máximo de 4 cativos; 2) o pertencimento ao grupo C de fortuna; 3) a dedicação preferencial ou exclusiva à atividade agrícola. Com tais critérios pretendemos aproximar-nos ao máximo do que seria o campesinato mageense na segunda metade do século XIX. O primeiro busca, assim, selecionar aqueles inventariados (e respectivas famílias) para os quais a posse de escravos não era o fator principal para a sua reprodução enquanto grupo. O segundo critério pretende separar, entre os pequenos proprietários, os que eram donos de

⁶⁷ Que representavam 48,60% dos 179 inventários levantados, ou seja, praticamente a metade. Se levarmos em conta que os inventariados representavam apenas a camada mais abonada da sociedade, podemos pelo menos imaginar o peso que este campesinato devia ter na população total de Magé.

fortunas consideráveis, e para os quais a posse de poucos cativos não se encontra ligada a qualquer limitação de ordem financeira, e sim a uma racionalidade econômica tipicamente empresarial, preocupada em alocar os recursos nas aplicações mais rentáveis e/ou seguras. Muito distinta, portanto, daquela existente entre os camponeses. Por fim, o terceiro critério tenta separar, entre os proprietários mais pobres, aqueles que se dedicavam a atividades urbanas daqueles ligados ao mundo rural. Esta foi a distinção mais difícil de estabelecer, já que nem sempre as atividades econômicas desenvolvidas pelo inventariado eram muito claras. Ainda assim, como o número de inventários "duvidosos" é pequeno, acreditamos ter alcançado um nível razoável de precisão. E, o que é mais importante, ao fazermos uma comparação entre estes inventários e o total dos selecionados vimos que os dados dos mesmos não distorcem a amostragem nos diversos aspectos com que trabalhamos (percentual de investimento em cada item, número médio de escravos, etc.). A partir dessas considerações iniciais, nos aproximamos do nosso objeto de estudo.

1) O acesso à terra.

O acesso estável à terra, em suas diversas formas, é uma pré-condição essencial para a própria existência do camponês, pois é o que o diferencia de outras categorias de trabalhadores rurais. Este acesso é fundamental para que se possa forjar uma identidade própria, além de estabelecer um

certo grau de autonomia frente a outros grupos sociais, sobretudo os mais poderosos. Portanto, é a partir da análise desse acesso, bem como das formas como este se dá, que devemos iniciar nossa análise.

TABELA 1: PARTICIPAÇÃO DOS INVENTARIADOS COM OU SEM TERRAS NO TOTAL, EM TERMOS ABSOLUTOS E PERCENTUAIS (1850-1886).

Tipos de inventários	1850-1866		1870-1886	
	N	%	N	%
Com terras	11	28,95	27	55,10
Sem terras	27	71,05	22	44,90
Total	38	100,0	49	100,0

fontes; 87 inventários "post-mortem" dos Cartórios do Primeiro e Segundo Ofícios de Magé.

À primeira vista, a tabela 1 parece bater de frente com a nossa intenção de encontrarmos exemplos de um campesinato nos inventários selecionados. Se o acesso à terra

é condição "sine qua non" para a definição de camponês, como se explica o fato dos escolhidos serem, em sua imensa maioria, não-proprietários de terras? Para melhor explicarmos esse ponto devemos lembrar, inicialmente, que a posse da terra, baseada mais no costume do que na lei, era relativamente fácil e tranqüila até pelo menos meados do século passado. Num estudo recente de Hebe de Castro a respeito dos camponeses em Campos⁶⁸ durante o período escravista vemos que, na década de 1820, em torno de 1/4 dos mesmos eram proprietários de terras. No entanto, estamos lidando aqui com um período posterior a este, para o qual a região de Campos já apresentava mais da metade de seus pequenos agricultores como proprietários, consequência da capitalização crescente da propriedade fundiária. Para compreendermos tais diferenças devemos nos ater às características próprias da região mageense.

Vimos, no capítulo anterior, o elevado grau de concentração da propriedade da terra existente em Magé, principalmente nas regiões de ocupação mais antiga, onde uma massa de micro e minifundiários convivia com uma reduzida elite de grandes proprietários. Se a este fato agregarmos o dado de que 28 dos 38 inventariados do período entre 1850 e 1866 são destas freguesias (73,68% do total), teremos claro que a ausência de terras para estes inventariados decorria tanto do

⁶⁸ Castro, Hebe M. G. de, "Trabalho familiar e escravidão: um ensaio de interpretação a partir de inventários 'post-mortem'." Cadernos do ICHF, n.23. Niterói, UFF, agosto de 1990 (mimeografado), pp. 37-47.

fechamento da fronteira nestas regiões quanto da elevada hierarquização existente nesta sociedade que, ao garantir mecanismos de perpetuação de sua elite agrária, o faz às expensas dos setores mais empobrecidos. Resgatando um argumento utilizado no capítulo anterior, teríamos nas áreas de fronteira fechada uma maioria de agricultores vendo suas propriedades diminuírem de tamanho ao longo das gerações, até alcançarem dimensões ridículas. Manter propriedades muitas vezes com áreas inferiores a 1 hectare era mais um ônus do que uma vantagem, já que limitava a mobilidade de seu dono, ao mesmo tempo que não lhe permitia produzir seu sustento e de sua família de forma integral (ou seja, sem precisar arrendar ou comprar novas terras). Assim, mostrava-se mais interessante para este agricultor arrendar a propriedade de outrem, o que lhe permitia maiores possibilidades de escolhas, além de um acesso estável à terra. A existência de um sistema de arrendamento em Magé com regras consolidadas quanto aos direitos do arrendatário favorecia essa opção.

Quanto à evolução posterior, vemos a situação se inverter, com a presença agora de uma maior quantidade de proprietários, que se transformam em maioria no quadro geral. Para explicarmos esta mudança devemos em primeiro lugar levar em conta a participação das diversas freguesias na amostragem. Assim, veremos que a participação de Teresópolis e Guapimirim no total aumenta para 48,98% do total (24 inventários num total de 49). Por serem estas freguesias de ocupação mais recente e, portanto, apresentarem ainda uma menor fragmentação da

propriedade da terra, favoreciam a existência de uma maior proporção de camponeses proprietários do que as de ocupação mais precoce. Devemos lembrar aqui o caráter subpovoado da freguesia de Teresópolis durante todo esse período, o que muito provavelmente facilitava o acesso dos mais pobres à propriedade da terra. Infelizmente não somos capazes de dizer se estas mudanças na participação relativa das freguesias é causada por uma transferência de grande parte dessa população entre as freguesias ou, como julgamos mais provável, pelo empobrecimento do campesinato das áreas mais antigas, que por isso já não faziam inventários.

Seja como for, isso não explica tudo, até porque o crescimento percentual dos proprietários é maior do que o da participação destas freguesias no total de inventários. Aqui entra, então, o segundo fator explicativo de grande importância, que é o empobrecimento de toda a região mageense, verificada a partir da década de 1870⁶⁹. Tal fato fez com que o setor camponês mageense fosse alimentado continuamente com pessoas e grupos que vinham empobrecendo, mas que se mantinham enquanto proprietárias de terras (visto que os setores mais abonados investiam, em geral, um percentual maior de sua fortuna em terras do que os mais pobres). Quanto a isso, veja-se que o período com maior número de inventários selecionados é o de 1880-1886, com um total de 32. Ou seja, mais de 1/3 dos mesmos situam-se no final do período estudado, o que é por si

⁶⁹ ver capítulo 2.

só um sinal eloquente da decadência enfrentada por esta região, e do conseqüente processo de camponeização de uma importante parcela de sua população. Por fim, não devemos nos esquecer que a transformação gradativa da terra em capital, ocorrida durante toda a segunda metade do século XIX, fez com que a propriedade legal da terra ganhasse uma importância até então inédita.

2) Perfil familiar e posse de escravos.

Segundo Hebe de Castro⁷⁰, a família "é o capital social básico de que se necessita para a experiência histórica camponesa no Brasil escravista." Para ela, a facilidade de acesso à terra, existente até pelo menos 1850, fazia com que o fator essencial para a prosperidade do camponês não fosse o acesso à terra e sim à família. Acesso este que podia, inclusive, lhe facilitar a aquisição de escravos. Veja-se que estamos falando de pessoas que dificilmente tiveram a possibilidade de acumular capital através de atividades mercantis/usurárias, como ocorria com a elite agrária. Assim sendo, sua possibilidade de realizar tal acumulação dependia fundamentalmente do ciclo familiar, ou seja, da proporção entre pessoas produtivas e improdutivas existentes no seio da

⁷⁰ Castro, Hebe M.G. de, "Trabalho...", p.25.

família em cada momento. Tendo em vista a importância crucial da família não é, portanto, de se estranhar o fato de que mais de 70% dos homens e mulheres casados tivessem 4 ou mais filhos⁷¹. Quanto maior fosse o número de filhos, maior seria o número de braços para trabalhar na lavoura. Essa opção representava, porém, um alto investimento inicial, já que apenas a partir de uma certa idade os filhos tornavam-se plenamente produtivos (ou seja, eram capazes de produzir mais do que consumiam). Com a finalidade de comparar as duas realidades, montamos as tabelas a seguir.

TABELA 2.1: DIVISÃO DOS INVENTARIADOS CONFORME O ESTADO CIVIL E O NÚMERO DE FILHOS (1850-1886).

Núm. de filhos	Homens			Mulheres		
	cas/viu	solt.	ind	cas/viu	solt.	ind
zero	3	7	--	7	5	--
1 a 3	17	1	--	14	2	7
4 a 6	10	1	1	8	1	1

⁷¹ As informações apresentadas a partir daqui a respeito da família camponesa em Campos são de: Castro, Hebe, "Trabalho...", pp.18-19.

+ 6	8	1	--	2	---	--
Total	38	10	1	31	8	8

Fontes: ver tabela 1.

OBS: O número de inventariados é maior do que o número de inventários porque em alguns casos inventariava-se os bens após a morte dos dois.

cas/viu: inventariados casados ou viúvos

solt: solteiro

Ind: indeterminado

TABELA 2.2: DIVISÃO DOS INVENTARIADOS CASADOS OU VIÚVOS CONFORME O NÚMERO DE FILHOS (1850-1886).

Núm. de filhos	casados/viúvos	
	N	%
zero	10	14,49
1 a 3	31	44,93
4 a 6	18	26,09
+ 6	10	14,49
Total	69	100,0

Fontes: ver tabela 1.

TABELA 3: RELAÇÃO ENTRE O NÚMERO DE FILHOS , A POSSE DE ESCRAVOS E A FORTUNA MÉDIA (1850-1886).

Número de filhos	1850 - 1866		1870 - 1886	
	P.M.	F.M.	P.M.	F.M.
0	1,90	120,80	0,73	223,10
1 - 3	1,53	169,54	1,74	220,16
4 - 6	2,00	303,46	1,14	198,46
+ 6	2,20	270,05	0,80	185,45

Fontes: ver tabela 1.

OBS: P.M.: Plantel médio

F.M.: Fortuna média

As tabelas 2.1 e 2.2 mostram-nos, de forma clara, que em Magé a constituição de uma família era fundamental para a formação das unidades produtivas camponesas. Praticamente 3/4 dos inventariados selecionados eram casados ou viúvos, e dentre estes mais de 80% tinham filhos. É importante ter em conta que estamos falando apenas das uniões legitimadas perante a Igreja. Se a estes dados agregarmos aqueles relativos a pessoas solteiras com filhos (que, em sua maioria, deviam viver em uniões consensuais com outras pessoas) teremos praticamente 90%

dos inventariados vivendo em uniões formais ou consensuais ou, pelo menos, constituindo famílias matrifocais e, talvez (embora consideremos duvidoso), patrifocais⁷².

Quanto ao número médio de filhos por casal veremos que o seu valor é baixo, caso comparemos com o caso campista. Enquanto nessa última região predominavam os casais com 4 ou mais filhos (75% do total, dos quais 40% tinham mais de 6 filhos), em Magé a maioria dos casais pesquisados tinha entre 1 e 6 filhos (quase a metade, porém, não passava dos 3 filhos). As razões para essa discrepância são de difícil averiguação, até porque estamos falando de filhos sobreviventes (aqueles que encontravam-se vivos na época de abertura do inventário), o que portanto não leva em conta as taxas de mortalidade existentes para cada região e época, sobretudo as ligadas à população infantil. De qualquer forma, podemos imaginar que o fato do número médio de filhos presentes nos inventários ser tão distinto para as duas áreas ligue-se a uma incapacidade ou a um desinteresse maior dos camponeses mageenses em manter famílias numerosas. Pessoalmente nos inclinamos para a segunda hipótese. Isso porque não era provavelmente interessante para os agricultores locais que suas parcas propriedades fossem divididas entre um grande número de pessoas ao passarem de

⁷² Aqui, cabe lembrar que entre os inventariados solteiros e sem filhos muitos provavelmente viviam na companhia de familiares, como irmãos, sobrinhos, etc, mas esta é uma informação de difícil recuperação.

geração em geração.⁷³ Afinal, a segunda metade do século XIX vai ser marcada tanto por uma crescente valorização da posse da terra⁷⁴ quanto dos escravos, bens fundamentais nesse tipo de sociedade agrária. Como para este grupo a aquisição via mercado vai ser muito mais uma exceção do que uma regra, seus componentes vão tentar evitar ao máximo a ocorrência de um empobrecimento das gerações mais novas, fazendo com que o tamanho das mesmas pouco varie ao longo do tempo. Poder-se-ia argumentar que o pequeno número de filhos dificultava a própria reprodução do camponês enquanto tal, uma vez que estes eram sua principal fonte de mão-de-obra. Veremos, porém, que na maioria dos casos contava-se com o auxílio de uma outra família, que tinha sobre a principal a vantagem de não poder reivindicar direitos ou vantagens.

A tabela 3, por sua vez, deixa-nos claro que a relação entre o tamanho da família e a capacidade de acumulação das unidades camponesas apresenta dois momentos distintos ao longo do período estudado. Em outras palavras, poderíamos dizer

⁷³ Ao contrário do que foi encontrado para outras áreas e épocas, em Magé a partilha dos bens fazia-se geralmente de forma igual para todos os herdeiros. Dos 49 inventários de camponeses que apresentam partilha, em 35 (71,43%) a divisão é feita dessa forma, sendo que em 6 desses um dos herdeiros compra os direitos dos demais.

⁷⁴ Não nos referimos aqui a uma valorização no sentido monetário, mas sim ao aumento da importância da posse da terra num momento em que a mesma está passando por um processo de capitalização.

que o papel da família enquanto capital social básico desta unidade muda ao longo do tempo.

Num primeiro período, entre 1850 e 1866, temos um quadro já esperado, no qual o tamanho da fortuna e o número de escravos apresenta uma relação direta com o número de filhos, ou seja, quanto maior esse número, maior a fortuna e o tamanho do plantel(o que fica mais claro se agruparmos as faixas em somente duas, uma de 0 a 3 filhos e outra de 4 ou mais). Repare-se que a maior diferença não está no plantel médio, que varia geralmente em torno de dois por inventário, e sim na fortuna média, bastante superior nas famílias mais numerosas do que nas outras. Tal fato parece indicar a existência de uma racionalidade própria, segundo a qual haveria um número ótimo de escravos a serem adquiridos, que situar-se-ia em torno de 2 ou 3, e a partir do qual seria mais importante direcionar o capital acumulado para outros investimentos. Seja como for, temos aí, de forma clara, estabelecido o papel da família camponesa como motor da acumulação de capital.

O período, seguinte, porém, vai apresentar-nos um quadro bastante distinto, que servirá para questionar os pressupostos do que afirmamos acima. Afinal, o que teremos aí é uma verdadeira inversão do quadro anterior, com as famílias menos numerosas apresentando um capital superior à das mais numerosas, ao mesmo tempo em que tanto os com mais de 6 filhos como aqueles com nenhum apresentarão os menores plantéis médios. A explicação para uma evolução aparentemente tão esdrúxula está no fenômeno a que nos referimos acima, da

transferência de grupos empobrecidos das camadas mais altas para o campesinato. Tal fato fazia com que esses "novos camponeses" se situassem na camada mais afortunada do campesinato, ao mesmo tempo em que o seu número médio de filhos era menor do que o dos camponeses propriamente ditos, uma vez que para eles a família não tinha, até então, o papel de capital social básico da unidade econômica. Ao mesmo tempo, os antigos camponeses empobreciam-se e perdiam escravos, mas não abriam mão de uma família numerosa, pois sabiam estar aí a chave para a própria manutenção de seu "status" individual e coletivo. Em outras palavras, o que estes dados parecem mostrar é um momento de transição, em que os novos grupos incorporados ao campesinato ainda não assimilaram a lógica aí presente, até porque estamos falando de espaços temporais bastante curtos.

TABELA 4.1: DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DA POPULAÇÃO ESCRAVA (1850-1866).

Sexo	- 14 anos		14-40 anos		+ 40 anos		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
homens	9	13,24	12	17,65	14	20,59	35	51,47

mulheres	10	14,70	19	27,94	4	5,88	33	48,53
Total	19	27,94	31	45,59	18	26,47	68	100,0

Fontes: Ver tabela 1.

TABELA 4.2: DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DA POPULAÇÃO ESCRAVA (1870-1886).

Sexo	- 14 anos		14-40 anos		+ 40 anos		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
homens	2	3,17	9	14,29	17	26,98	28	44,44
mulheres	4	6,35	15	23,81	16	25,40	35	55,56
Total	6	9,52	24	38,10	33	52,38	63	100,0

Fontes: ver tabela 1.

As tabelas acima, embora um tanto precárias por conta do pequeno número tanto de inventários quanto de escravos envolvidos, permitem-nos vislumbrar ao menos as características mais gerais da posse de escravos entre os camponeses mageenses na segunda metade do século passado. Nesta análise distinguem-se claramente dois períodos em relação às suas características quanto às distribuições etária e sexual dos escravos.

Num momento inicial, entre 1850 e 1866, temos uma distribuição consideravelmente ampla da posse de escravos entre

os camponeses inventariados. Somente 8 inventários desse período não possuíam nenhum escravo (21,05% do total). A distribuição etária e sexual desses cativos é, contudo, bastante peculiar. Veja-se, em primeiro lugar, que a proporção de escravos produtivos (ou plenamente produtivos), aqueles entre 14 e 40 anos, é sempre inferior à metade. Não devemos, é claro, exagerar em nossa interpretação desses dados. É difícil imaginar que o senhor permitisse que seus escravos menores fossem totalmente improdutivos até a idade de 14 anos, ou que após os 40 os mesmos abandonassem o trabalho. No entanto, claro está que estas duas faixas etárias não possuíam a capacidade produtiva da intermediária, como o próprio preço dos escravos não nos deixa esquecer. Assim, o fato da maioria dos escravos pesquisados não se encontrarem na faixa mais produtiva, junto com o dado de que a maioria dos que aí se situavam eram do sexo feminino, tinha como consequência uma pequena lucratividade da unidade econômica camponesa. O resultado era que o camponês encontrava dificuldade em repor sua mão-de-obra escrava via mercado, já que a menor lucratividade dificultava a acumulação de um capital que, a partir de meados do século, havia se tornado substancial. O que explica outros fatos apontados pela tabela, como a grande proporção de crianças e a pequena razão de masculinidade apresentada (106 homens para cada 100 mulheres). O que temos aqui é uma reprodução da mão-de-obra escrava de caráter endógeno. Ou seja, ao não conseguir adquirir novos escravos através da compra, o camponês estimulava a reprodução natural dos cativos que já possuía. O que acabava

por gerar um ciclo vicioso, pois ao incentivar tal tipo de reprodução o senhor via sua lucratividade reduzir-se ainda mais e, conseqüentemente, aumentar sua incapacidade de comprar novos escravos. Ressalte-se, porém, que a família escrava surgida desse tipo de reprodução será bem diferente daquela presente sobretudo nos grandes plantéis⁷⁵. Se levarmos em conta a média de escravos para cada senhor (2,27), veremos que a família escrava aí existente constituía-se em geral apenas de uma mulher com 1 ou 2 filhos.

A década de 1870, porém, vai marcar o início de importantes transformações nas características da posse de escravos pelos camponeses mageenses. Destacariamos como fundamental nesse processo a promulgação da "lei do ventre livre", em 1871. Vimos seus efeitos negativos sobre a economia de Magé como um todo no capítulo anterior. O processo não será diferente entre o campesinato. Ao considerar os filhos de escravas como livres, esta lei acabou por desarticular totalmente os que dependiam desse tipo de reprodução. A consequência disso é que não só a proporção de camponeses proprietários de escravos se reduz⁷⁶, como aqueles que conseguem manter-se enquanto tais vêem seus plantéis envelhecerem. A média de escravos por senhor, contudo, não se reduz, sendo de 2,33 para o período. O que nos mostra o

⁷⁵ Para uma discussão mais aprofundada acerca do tema da família escrava, veja o capítulo 4.

⁷⁶ Dos 49 inventários do período, 22 (44,90%) não apresentam escravos.

estabelecimento de uma clara diferenciação no interior do próprio campesinato, com um grupo cada vez menor controlando os poucos escravos restantes.

Temos, assim, um setor camponês onde, pelo menos na sua elite (aqueles que tinham algo a inventariar) a presença da mão-de-obra escrava era de grande importância. Não porque fosse dono de um plantel expressivo⁷⁷, mas porque o peso relativo deste tornava-se maior devido ao número relativamente pequeno de filhos por inventário. Nem por isso, no entanto, este grupo se descaracteriza enquanto camponês, uma vez que a média de pessoas livres (considerados apenas os pais e filhos) por inventário era bem superior, situando-se sempre entre 4 e 5. Resta-nos saber, porém, como este grupo vai reagir às mudanças que se processam rapidamente nesse período.

3) Perfil dos investimentos e racionalidade econômica.

Capitalização da terra, crise do escravismo após 1850 (e, principalmente, após 1870), diminuição da fertilidade da terra nas áreas com fronteira agrícola fechada, queda nos preços da farinha de mandioca, etc. A segunda metade do século XIX foi, sem dúvida alguma, uma época de grandes transformações estruturais para o Brasil como um todo e

⁷⁷ O número médio de escravos por inventário é de 1,51 para todo o período.

particularmente para Magé. Já vimos como a elite agrária local reage a tais transformações, diminuindo seus investimentos em escravos mas mantendo-os em bens de raiz. Ou seja, deixando aos poucos de ser escravista mas permanecendo agrária. O que não a impedia, obviamente, de diversificar suas aplicações, transferindo parte das mesmas para as apólices de dívida pública e principalmente para a atividade usurária. Procurava, enfim, portos mais seguros para o seu dinheiro sem deixar, por isso, de ser senhora de terras e (ainda) de homens.

Aqueles dos quais trataremos aqui diferiam muito, no entanto, deste grupo privilegiado. Eram, na verdade, homens rudes, com pouca instrução, frequentemente analfabetos. Como José Ignácio de Moura⁷⁸, falecido em 1850, cuja maior riqueza eram os 9 filhos havidos em 2 casamentos. Além desses, José possuía 13 braças de terras na freguesia de Piedade, algumas roças de mandioca e 3 escravos (1 homem e 2 mulheres), dos quais 2 estavam doentes. Pessoas como José Ignácio não tinham condições financeiras, tempo e muito menos conhecimento suficiente para investirem em ações, apólices, etc. O grande desafio desse grupo será, na verdade, o de responder ao desafio do empobrecimento que marca a região após 1870 e sobretudo 1880, dentro de um quadro de opções bastante limitado.

⁷⁸ Inventário "post-mortem" de José Ignácio de Moura, 1850, Cartório do Segundo Ofício de Magé, s/n.

TABELA 5: PERFIL DOS PRINCIPAIS INVESTIMENTOS DOS CAMPONESES (1850-1886).

Períodos	F. Total	B.Raiz %	Escra %	D.Ativa %	D.Pass %	Valor Médio
1850/66	7528,99	25,68	58,27	4,71	16,73	164,98
1870/86	10342,89	37,26	29,83	8,37	28,19	156,72

Fontes: ver tabela 1.

OBS:

F. Total: Fortuna Total

B. raiz: Bens de raiz

Escra: Escravos

Valor Médio: já descontado o valor das dívidas passivas

Nos itens relativos a dívidas ativas/passivas do segundo período omitiu-se, para efeito de cálculo, um inventário com valores muito acima da média para ambas.

Poderíamos aqui dizer que, na falta de melhores opções, os camponeses mageenses esforçam-se por se manterem enquanto tais e, dentro do possível, também enquanto senhores de escravos. Por um lado, não há praticamente investimentos ligados ao mercado financeiro, como os em apólices da dívida pública (apenas 2 casos em todo o período) ou em ações (apenas 1). Quanto ao investimento em usura, representado pelas dívidas ativas, vemos que, embora tenha sua participação aumentada, permanecia de pequena monta, e envolvia geralmente parentes ou pessoas conhecidas. Por fim, as dívidas passivas

apresentam uma clara tendência ao crescimento ao longo do tempo. Se desagregarmos os dados, veremos que a variação mais significativa está justamente no período final, 1880/86, quando as dívidas passivas passam a equivaler a 43% da fortuna total. Infelizmente, não contamos com elementos suficientes para explicar tal fato, mas acreditamos que esteja relacionado com a queda de produtividade causada pelo envelhecimento dos plantéis. É importante lembrar que, numa área em que a média de filhos por família era relativamente baixa, a participação dos cativos era de grande importância na geração da riqueza familiar. A diminuição da produtividade destes causava, portanto, uma importante queda na produtividade da unidade familiar camponesa. Ao analisarmos 10 inventários deste período com alto nível de endividamento, vemos que 9 dos mesmos apresentavam escravos, enquanto em 7 os inventariados tinham filhos com 14 anos ou menos. A perversa combinação entre crianças livres e escravos velhos acabava, sem dúvida, por comprometer a própria reprodução da unidade econômica.

Um exemplo do que dizemos está no inventário de Alfredo da Silva Leitão, aberto em 1885⁷⁹, e segundo o qual Alfredo possuía, além de 5 filhos (o mais velho com 5 anos), dívidas em valores superiores aos seus poucos bens, entre os quais contavam-se 2 escravos, 1 com 34 e o outro com 44 anos. Ou seja, temos aí 4 adultos (se considerarmos também a viúva)

⁷⁹ Inventário "post-mortem" de Alfredo da Silva Leitão, 1885, Cartório do Segundo Ofício de Notas, s/n.

responsáveis por garantir não só o seu próprio sustento quanto o de 5 crianças em idade improdutiva. É esse desequilíbrio sem dúvida o responsável pelas dívidas de Alfredo, já que nenhum de seus bens parece ter sido adquirido recentemente, exceto o escravo de 44 anos, comprado no ano anterior à sua morte, mas cujo valor não correspondia sequer a 20% do total das dívidas.

Por outro lado, vemos que os camponeses preferem aumentar seus investimentos em bens de raiz entre os dois períodos. Este aumento, porém, não se limita apenas ao quesito terra, pois engloba também as casas em que moravam e mesmo as benfeitorias destinadas ao beneficiamento da produção. A propriedade de bens de raiz logo torna-se estratégica para o camponês que pretenda manter sua autonomia, uma vez que as relações de propriedade adquirem cada vez mais um nítido caráter capitalista. Além do que, o ocaso da escravidão em Magé após 1870 significou a liberação de parte do capital aí investido para novas aplicações. O fato de que boa parte do mesmo tenha sido investido em bens agrários deixa-nos claro que os seus donos moviam-se quase exclusivamente no universo rural, e que pretendiam conservar sua posição neste mesmo universo. Um exemplo dessa trajetória é a história de José Francisco Xavier.

A primeira vez que encontramos José é no inventário de sua primeira esposa, falecida aos 18 anos de idade em

1856⁸⁰. Neste, vemos que o casal concentrava mais de 80% de seus investimentos em seus escravos, ou melhor, em sua escrava Joaquina e seus três filhos, ficando os outros 20% com os bens de raiz, que se resumiam a terras. Na segunda vez que encontramos José, o mesmo é citado no inventário de sua segunda esposa como já falecido⁸¹. Neste segundo inventário, porém, as diferenças são gritantes. Em primeiro lugar, porque não há escravos. Em segundo, porque quase todo o valor do mesmo (96%) encontra-se investido em bens de raiz. Pode-se, é claro, argumentar que os escravos talvez tenham sido dados como pagamento aos filhos tidos nesse segundo casamento, quando José morreu. Ainda que isso seja verdade, não é capaz de esconder o fato de que o valor investido em bens de raiz aumentou de 38,04 libras em 1856 para 315,90 em 1871. E enquanto no primeiro ano este valor representava apenas o investimento em terras, no segundo englobava também uma casa de vivenda, um moinho e outras benfeitorias.

Quanto às inversões em escravos, vemos que os camponeses locais esforçam-se para se manterem enquanto senhores. Até meados da década de 1860 mais da metade de sua fortuna estava comprometida com esse item e, conseqüentemente,

⁸⁰ Inventário "post-mortem" de Maria Francisca Ferreira, 1856, Cartório do Primeiro Ofício de Magé, M:24, P:592.

⁸¹ Inventário "post-mortem" de Raquel Francisca Xavier, 1871, Cartório do Segundo Ofício de Magé, s/n.

com a própria manutenção do escravismo. A relativamente pequena proporção de não-proprietários (apenas 21%) num grupo tão pobre aponta para o fato de que aqueles que conseguiam acumular algum capital investiam-no preferencialmente em cativos. A partir da década de 70, contudo, a queda verificada no investimento em cativos vai representar, na verdade, o estabelecimento de uma ruptura no interior do próprio setor camponês, com um pequeno grupo mantendo a propriedade de escravos e uma maioria (se considerarmos os "não-inventariáveis") totalmente despossuída da mesma. Temos portanto, ironicamente, a repetição do processo de concentração social da propriedade escrava, verificada em todo o império, dando-se também entre os setores mais humildes da sociedade mageense.

Conclusão

O estudo do campesinato existente em Magé permitiu-nos chegarmos a algumas importantes conclusões. Em primeiro lugar, parece ter-nos ficado claro que os camponeses existentes em nossa área de estudo não diferiam fundamentalmente daqueles encontrados em outra áreas, como é o caso de Campos, tão citado aqui. Tanto uns como outros tinham como sua unidade econômica básica a família, responsável não

só pela sua existência, mas o próprio eixo central de sua reprodução. E isso porque os camponeses não se destacavam por sua atuação no mercado, que em geral limitava-se aos papéis de produtor e de consumidor. Ou seja, dificilmente encontramos nesse grupo exemplos de pessoas que tenham realizado algum tipo de acumulação prévia em atividades mercantis ou usurárias, para depois se dedicarem à atividade agrícola. Por isso, achamos que Hebe de Castro acerta em cheio ao dizer que a família constituía o capital social básico do camponês brasileiro no período escravista.

As diferenças existentes ficam por conta, principalmente, da importância do escravo em cada época e região específica. No caso de Magé, fica claro que o tamanho menor de sua família camponesa fazia com que os escravos adquirissem aí um peso relativo maior. De uma maneira bastante genérica, poderíamos dizer que a família escrava tinha, em Magé, o papel primordial de complementar a renda da família camponesa sem que isso representasse, no futuro, direitos sobre os poucos bens existentes. Um cálculo econômico que mostra de maneira insofismável como era possível ser senhor sem deixar de ser camponês.

CAPÍTULO 4

A ESCRAVIDÃO EM MAGÉ

Nosso objetivo neste capítulo é analisar as características principais da escravidão e sua evolução em Magé na segunda metade do século XIX.

Para esta análise, os materiais mais importantes utilizados foram as estimativas demográficas, o censo de 1872 e os inventários, através dos quais conseguimos estabelecer as principais variáveis demográficas e a estrutura de posse da população escrava mageense. Devemos ressaltar que, devido às características das fontes com que trabalhamos e pela exiguidade do tempo de que dispusemos, não foi nossa pretensão adentrarmos no estudo da vida cotidiana do cativo, de suas lutas, seus valores, etc. Trata-se de um campo sem dúvida bastante fértil, e que vem sendo bem explorado nos últimos anos por diversos autores, como João J. Reis⁸². Seja como for, temos a firme convicção de que esta análise microhistórica só adquire verdadeira inteligibilidade se for baseada em dados estatísticos sólidos, que permitam mensurar a

⁸² Reis, João J. e Silva, Eduardo, Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo, Cia. das Letras, 1989.).

representatividade dos fatos estudados. Até porque a própria vida do escravo dependia destes fatores. Era muito diferente, para este, pertencer a pequenos ou grandes plantéis; fazer parte de uma comunidade onde o tráfico atlântico e/ou interno ainda influenciasse de forma importante as suas características demográficas ou, pelo contrário, onde este comércio tivesse pouca importância, permitindo uma evolução demográfica mais natural, com maior equilíbrio entre os sexos e as faixas etárias. Poderíamos citar outros fatores que influenciavam no cotidiano do cativo, numa lista quase interminável. O mais importante, no entanto, é deixarmos claro que estes fatores marcavam os limites dentro dos quais o escravo construía a sua existência concreta, não devendo ser entendidos enquanto obstáculos, e sim como um leque de possibilidades a serem exploradas.

Isto não significa dizer que existissem diversas "escravidades", tantas quanto as particularidades de cada região e época permitissem. Pelo contrário, temos claro para nós que o sistema escravista, não só no Brasil como no conjunto da América, formava uma totalidade. A partir daí, o estudo de cada realidade concreta tem por finalidade não a fragmentação do conhecimento, e sim o seu enriquecimento. Como nos diz Ciro Cardoso⁸³:

⁸³ Cardoso, Ciro F. S., Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas américas. São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 29.

"(...) a multiplicação de estudos regionais adequados pode levar de volta à generalização, mas esta se fará, então, sobre bases muito mais sólidas. De fato, o método correto consiste em oscilar entre os dois níveis permanentemente. A região não é explicável fora da totalidade de que faz parte e que lhe dá sentido, e as generalizações não verificadas localmente costumam ser muito menos gerais do que se acredita.

A nossa intenção com este trabalho é, assim, a de contribuir para o debate, esclarecendo as características da escravidão numa região produtora de alimentos e a transição deste para o trabalho livre. Esta análise ganha importância ao percebermos que a maioria dos trabalhos hoje existentes para o período concentram-se no exame das áreas agroexportadoras, e aqueles ligados ao tema do abastecimento interno nem sempre se aprofundam no estudo da escravidão, concentrando-se na maioria das vezes nos escravos em idade produtiva⁸⁴.

Os dados por nós coligidos foram agregados de forma a permitirem um estudo das diferentes variáveis em sua evolução no tempo, evitando-se assim generalizações para todo o

⁸⁴ Como exemplos dessa postura, temos: Castro, Hebe, Ao sul da história. São Paulo, Brasiliense, 1987, e Motta, Márcia, "Pelos bandos d'além: fronteira fechada e arrendatários escravistas em uma região policultora - 1808/1888", Niterói, UFF, 1989 (dissertação de mestrado).

período. As diferenças encontradas para cada momento trabalhado parecem confirmar o acerto da medida. Além disso, tivemos a preocupação constante de utilizarmos o método comparativo, a fim de estabelecer claramente a representatividade dos dados e um quadro teórico que desse conta de totalidades mais vastas.

1) A estrutura da posse de escravos em Magé

Conforme dissemos acima, os estudos realizados nos últimos anos acerca da estrutura de posse de escravos nos mais diversos locais e períodos têm demonstrado de maneira constante que essa posse era bem mais difundida entre a população livre do que se podia imaginar há pouco tempo. Conseqüentemente, a própria noção de que a escravidão interessava apenas a uma elite restrita vai sendo gradativamente abandonada em favor da percepção de um consenso, na parcela livre desta sociedade, segundo o qual a instituição escravista era não só natural, inerente a esta mesma sociedade, como necessária. Consenso este que João J. Reis⁸⁵ chamou apropriadamente de "paradigma ideológico", cuja quebra vai ter influencia decisiva na campanha abolicionista. Por outro lado, tais obras contribuíram também, e de maneira

⁸⁵ Reis, João J. e Silva, Eduardo, op. cit., , Cap. IV.

decisiva, para o delineamento das características das áreas ligadas ao abastecimento interno, ao confirmarem o caráter escravista das mesmas.

Pelos dados encontrados até agora, vemos tratar-se de áreas onde predominavam os pequenos plantéis, com no máximo 5 escravos, enquanto escravarias com 20 ou mais cativos configurar-se-iam em exceções. Esta "desvantagem comparativa", por assim dizer, entre a produção voltada para o abastecimento interno e aquela ligada à exportação, onde predominavam os grandes plantéis, relaciona-se com a menor lucratividade em geral da produção de alimentos. Vimos no primeiro capítulo que esta menor lucratividade devia-se não só aos próprios preços das mercadorias, mas também a diversos outros fatores, muitos externos à própria produção, como o tabelamento de preços pelo governo, etc. Portanto, é natural que a maioria dos capitais disponíveis fosse aplicada na agroexportação, ficando a produção de alimentos com aqueles que não tinham condições para alçar vôos maiores.

Outro aspecto que, através do estudo desta estrutura, tem merecido a maior atenção é a forma pela qual a mesma influenciava concretamente na vida do cativo. O que já ficou claro é que o tamanho do plantel ao qual o escravo pertencia (e de forma ampliada, a estrutura de posse da região em que este plantel se inseria), marcava de forma importante a realidade vivenciada por ele. Trabalhos como o de Vidal Luna e

Iraci da Costa⁸⁶, comprovam que as possibilidades de casamentos (legais ou consensuais), de procriação (ou, de forma mais ampla, de relacionamentos sexuais), bem como a própria relação entre senhor e escravo, entre outros aspectos do cotidiano, apresentavam variações significativas conforme o tamanho do plantel. Em geral, vemos que os escravos dos maiores plantéis tendiam a estabelecer relações endogâmicas (ou seja, no interior do próprio plantel), enquanto aqueles pertencentes aos menores eram praticamente obrigados a atuar num quadro social mais amplo, estabelecendo relações tanto com escravos de outros plantéis como até mesmo com a população livre.

Ao nos debruçarmos pessoalmente sobre o tema pretendemos, portanto, não somente estabelecermos com clareza a lógica inerente ao sistema escravista, que se expressa nesta estrutura de posse, como realizarmos uma primeira aproximação da realidade cotidiana dos escravos.

TABELA 1: ESTRUTURA DE POSSE DE ESCRAVOS, SEGUNDO AS FAIXAS DE TAMANHO DOS PLANTÉIS.

⁸⁶ Costa, Iraci e Luna, F. Vidal , "Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX" in Estudos econômicos, vol. 13. São Paulo, Fipe, 1983.

faixas de tamanho de plantéis	Magé (1850/1856)				Curitiba (1804)		sul de Minas (1831-1838)		Reconcâvo açucareiro (1816-7)	
	escr		prop.		escr. prop		escr. prop.		esc. prop	
	N	%	N	%						
1 a 5	34	7	14	40	31,7	70,5	23,6	64	---	---
6 a 10	55	12	8	23	28,8	19,7	21,9	18,5	24,9	76,5
11 a 20	105	23	7	20	20,0	6,6	25,9	11,5	15,2	11,5
mais de 20	263	58	6	17	19,5	3,2	28,6	6,0	59,9	12,0
TOTAL	457	100	35	100	100	100	100	100	100	100

OBS: No caso de Magé, a primeira faixa é de 1 a 4 escravos e a segunda de 5 a 10. Para o recôncavo açucareiro as faixas de plantel são: de 1 a 9, de 10 a 19 e de 20 ou mais escravos.

Esc: escravo

Prop.: Proprietário

FONTES: Para Magé: Inventários "post-mortem" do Cartório do 1o. e 2o. Ofícios.

Para Curitiba: Luna, Francisco V. e Costa, Iraci, op. cit., pp. 216-217; para o sul de Minas: Libby, Douglas C., Transformação e trabalho ..., pp.105- 108.; para o recôncavo baiano, Schwartz, Stuart B., Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo, Cia das Letras/CNPQ, 1988, p. 374.

A análise da tabela 1 permite-nos um estudo aprofundado do tema tratado, a partir da comparação entre três regiões produtoras de alimentos, por um lado, e uma região agroexportadora, por outro. Repare-se que o corte temporal estabelecido refere-se, no caso do sul de Minas Gerais e de Curitiba, à primeira metade do século XIX, e no caso de Magé e Livramento, ao início da segunda metade. Nossa intenção com isso foi a de tentar captar a forma como se dava a distribuição da posse de escravos nestas áreas no momento em que o modo de produção escravista ainda não entrara em sua crise definitiva, vitimado pelo fim do tráfico negreiro.

Os dados coligidos pelos historiadores para as regiões voltadas para a produção de alimentos têm demonstrado sistematicamente uma estrutura de posse onde a maioria dos escravos vivia em pequenos e médios plantéis (até 10 escravos), enquanto os proprietários possuíam majoritariamente entre 1 e 5 cativos⁸⁷. A partir daí concluiu-se que as regiões abastecedoras eram dominadas por estes pequenos proprietários até porque, como já dissemos, os grandes capitais não se interessavam normalmente pela produção de alimentos.

⁸⁷ Por exemplo: Luna, F. Vidal, e Costa, Iraci, op.cit. ; Libby, Douglas C., Transformação e Trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX. São Paulo, Brasiliense, 1988.; Schwartz, Stuart, Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo, Cia. das Letras, 1988.

Na nossa tabela temos como exemplo claro do que afirmamos as regiões do sul de Minas Gerais e de Curitiba, principalmente esta última. Em ambas as regiões mais de 60% dos proprietários de escravos tinham no máximo cinco cativos. Quanto à distribuição dos escravos, as diferenças são mais marcantes, concentrando-se os mesmos nos pequenos plantéis, no caso de Curitiba, e nos grandes, no caso do sul de Minas Gerais. Trata-se, de qualquer forma, de duas regiões cujas estruturas de posse são representativas do padrão encontrado nas áreas abastecedoras. Poderíamos representar este padrão como uma pirâmide, com uma base larga e um cimo estreito, no que se refere à distribuição dos proprietários entre os tamanhos de plantéis. Já o percentual de escravos, embora marcante nos pequenos plantéis, tende a distribuir-se mais igualmente. Há que levar-se em conta também que nestas áreas poucas vezes encontramos plantéis com mais de 30 escravos, o que define a terceira característica de nossa pirâmide: a sua baixa altura, por causa da existência de poucas faixas de tamanho de plantéis realmente significativas.

No entanto, nossas plácidas certezas se esfumaçam, ao determos nossa análise sobre o caso de Magé. Se quiséssemos descrever sua estrutura de posse com a mesma figura da pirâmide, teríamos que reconhecer que ela se encontra invertida, no que se refere à distribuição dos escravos em cada faixa de plantel. Enquanto menos de 10% destes viviam em plantéis com 1 a 5 cativos, mais de 50% estavam em plantéis com mais de 20 escravos, sendo que se levamos em conta apenas

os plantéis com mais de 30 (não discriminados na tabela), teremos aí 52,30% do total de cativos.

A distribuição dos proprietários é, por sua vez, bem mais equilibrada do que nas regiões anteriormente estudadas. Apenas 40% do total de proprietários possui entre 1 e 5 cativos, enquanto os outros 60% distribuem-se de maneira quase idêntica entre as demais faixas de tamanho.

A partir desses dados, vemos que a estrutura mageense de posse de escravos na segunda metade do século passado não assemelhava-se em praticamente nada ao que encontramos nas demais regiões produtoras de alimentos. Classificaríamos mesmo esta estrutura de inédita para regiões desse tipo, estando muito mais próxima do que encontramos para as regiões ligadas à agroexportação. Neste sentido, a comparação com as freguesias açucareiras do recôncavo baiano é exemplar, por ser esta uma área dedicada à agroexportação desde o século XVI⁸⁸.

Através da comparação entre as duas áreas chega-se a algumas conclusões até certo ponto surpreendentes. De uma maneira mais geral, o que a tabela 1 nos mostra é uma importância relativa dos grandes plantéis igual tanto em Magé quanto na tradicional região açucareira. Enquanto no primeiro caso, temos 58% dos cativos vivendo em plantéis com mais de 20 escravos, na área baiana esse percentual era de 59,9%. Já em relação aos pequenos plantéis, vemos que a sua importância era maior nessa última região, concentrando em torno de 1/4 de

⁸⁸ Schwartz, Stuart B., op.cit., Caps. 7 e 15.

todos os escravos e 3/4 dos proprietários. Já na área mageense, apenas 1/5 dos mesmos estavam nessa faixa de plantel, que englobava 2/3 dos proprietários. A causa para essas diferenças está na participação dos plantéis médios (entre 11 e 20 escravos), maior em Magé. Ou seja, temos aqui duas regiões cujas estruturas de distribuição da posse de escravos praticamente equivalem-se, com uma pequena diferença na participação dos pequenos plantéis, surpreendentemente menos importantes em Magé do que na área baiana. Tudo isso, apesar da diferença em relação ao perfil produtivo de ambas as regiões, contrariando, assim, o que os trabalhos sobre o tema encontraram até hoje⁸⁹.

Do que foi exposto, temos que no panorama geral das regiões produtoras de alimentos, a área mageense aparece como uma importante exceção, uma vez que conta com uma estrutura de posse de escravos digna de regiões ligadas à exportação. Como explicar, no entanto, tais diferenças?

As tentativas de explicação atualmente existentes em nossa historiografia não são, ao nosso ver, satisfatórias. A visão mais corrente relaciona a estrutura de posse de escravos em cada região com o (suposto) grau de mercantilização de sua cultura principal. Assim, as regiões que produziam alimentos seriam dominadas pelos pequenos proprietários e escravos, uma

⁸⁹ Um exemplo, além dos já citados, é o próprio Schwartz, que mostra o caráter de pequena produção da agricultura voltada para a produção de alimentos.

Schwartz, Stuart, op. cit., Cap. 16.

vez que estes produtos tinham um baixo grau de mercantilização (afinal, para a maioria de nossa historiografia, trata-se de uma "agricultura de subsistência"), e só o excedente de produção (que teria um caráter eventual) era comercializado. Já vimos, no capítulo 1, o quanto esta argumentação é falaciosa, não possuindo uma base concreta.

Não se trata, na verdade, da existência de diferentes graus de mercantilização das diversas produções agrícolas, e sim de graus distintos de lucratividade. Em outras palavras, produtos mais "nobres" como o açúcar e, mais tarde, o café, possibilitavam uma lucratividade mais elevada para aqueles que neles investissem do que outros, como a farinha de mandioca e os alimentos em geral, e por isso atraíam vultosos capitais, o que em geral não ocorria com estes últimos. Além disso, com uma lucratividade menor, a acumulação endógena de capitais também dava-se em escala muito limitada nas áreas abastecedoras. O resultado disso era que aqueles que dispunham-se a investir na produção de alimentos eram geralmente os que tinham menor disponibilidade de capitais. O que não é uma regra de ouro: vemos que haviam grandes plantéis nestas áreas, assim como muitos agricultores modestos tinham suas plantações de cana e/ou café.

Esta análise mais geral que tentamos fazer ainda não nos explica, contudo, as diferenças encontradas entre as três áreas produtoras de alimentos presentes em nossa tabela, e menos ainda as semelhanças encontradas entre Magé e

Livramento. Para darmos conta desses dados, teremos que nos voltar para as características próprias de cada região e época consideradas.

Das quatro regiões por nós estudadas, Curitiba é, sem dúvida, a que apresenta de maneira mais forte as características de pequena produção escravista, com raros plantéis cima de 20 escravos. Segundo Luna e Costa⁹⁰, essa era uma região produtora de alimentos no início do século XIX, não possuindo então nenhum engenho de açúcar. E, sobretudo, estava muito distante do eixo de colonização da região centro-sul neste período, que englobava fundamentalmente Rio de Janeiro e Minas Gerais, deixando-a assim de fora das principais rotas comerciais. Não é de se estranhar, portanto, que essa região possuisse então um caráter subpovoado.

O sul de Minas Gerais, por sua vez, onde encontramos uma maior concentração de escravos nos grandes plantéis em relação a Curitiba, era uma região cuja ocupação já se completara neste período, tendo se iniciado ainda no século anterior, com a finalidade de abastecer a área mineradora. Com a decadência desta atividade ainda no século XVIII, direcionou então sua produção para a cidade do Rio de Janeiro, que apresentava um grande desenvolvimento neste mesmo período e, sobretudo, após a chegada da família real portuguesa ao

⁹⁰ Luna, F. Vidal e Costa, Iraci, op.cit., p. 214.

Brasil. Alcir Lenharo⁹¹ mostrou-nos que esta região na década de 1830 tinha não só uma grande influência econômica, respondendo por boa parte do abastecimento da Corte, como também gozava de importante influência política, participando ativamente das lutas pela construção do Estado nacional. O fato de, mesmo assim, a imensa maioria dos proprietários possuírem apenas até 5 escravos deve ser vinculado ao perfil produtivo da região, ligada principalmente à pecuária de corte, que exigia uma quantidade consideravelmente menor de mão-de-obra do que a agricultura.

O recôncavo baiano, por sua vez, estabeleceu desde os seus primórdios uma clara diferenciação entre as freguesias açucareiras e aquelas voltadas para o abastecimento interno. No caso das primeiras, vemos que, após um período de decadência, causada por uma conjuntura desfavorável ao preço do açúcar, as mesmas voltam a se recuperar a partir de finais do século XVIII, e no início do seguinte já haviam superado as dificuldades existentes anteriormente. Assim sendo, vemos que a região estudada constituía-se num exemplo acabado de uma economia voltada para a exportação, e que passava por um momento econômico favorável, o que se refletia em sua estrutura de posse de escravos, dominada pelos senhores de engenhos, apesar da grande proporção de pequenos

⁹¹ Lenharo, Alcir, As tropas da moderação. Rio de Janeiro, Secretaria municipal de cultura, 1992.

proprietários. Para explicar-se essa estrutura, contudo, deve-se levar em conta também as características próprias da produção açucareira, que demandava uma grande quantidade de mão-de-obra em todas as suas etapas.

A região de Magé era, como vimos nos capítulos anteriores, voltada para a produção agrícola de alimentos, sobretudo de farinha de mandioca, com a pecuária e os produtos de exportação ocupando um papel bastante secundário. Sua estrutura de posse de escravos vem comprovar, mais uma vez, que a proximidade em relação ao mercado consumidor (no caso, a Corte), formando com este na prática um só mercado, gerava uma renda diferencial que compensava, em parte, o baixo preço dos produtos alimentares. Outro dado confirmado por esta estrutura é de que Magé, apesar de ser um centro comercial de importância razoável, centralizando produtos vindos de outros municípios e enviando-os para a Corte, era uma área tipicamente rural, pois aquelas mais intensamente urbanizadas tinham o predomínio dos pequenos plantéis, por conta de suas próprias características produtivas.

Vemos, assim, que a estrutura de posse de escravos em cada região considerada é fruto de uma evolução que lhe é própria, e não apenas de seu perfil produtivo. Somente através do estudo desta evolução podemos, portanto, compreendê-la de uma maneira orgânica. Resta-nos, porém, saber de que maneira essa estrutura de posse de escravos evoluiu na segunda metade do século XIX.

TABELA 2: ESTRUTURA DE POSSE DE ESCRAVOS EM MAGÉ AO LONGO DO PERÍODO(1850-1886).

FTP	1850 - 1856				1860 - 1866				1870 - 1876				1880 - 1886			
	prop.		escr.		prop.		escr.		prop.		escr.		prop.		escr.	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
s/esc	4	10	--	-	7	14	--	--	7	21	--	--	17	30	--	--
1/4	14	36	34	7	23	47	50	12	14	41	27	14	25	44	55	22
5/10	8	21	55	12	9	18	73	17	4	12	30	16	7	12	47	18
11/20	7	18	105	23	7	14	110	25	8	23	110	58	5	9	68	27
+ 20	6	15	263	58	3	6	199	46	1	3	23	12	3	5	85	33
TOTAL	39	100	457	100	49	100	432	100	34	100	190	100	57	100	255	100

Fontes: Inventários dos cartórios do primeiro e segundo ofícios de Magé.

Esta nova tabela mostra-nos uma mudança bastante significativa na estrutura de posse de escravos em Magé durante as três décadas trabalhadas, e que precedem o momento da abolição definitiva da escravidão. Passamos, segundo estes dados, de uma concentração da população escrava em grandes plantéis na década de 1850, para um novo perfil escravista, onde esses mesmos plantéis (ou seja, aqueles acima de 20 escravos) detinham apenas um terço de todos os escravos. Já os plantéis menores, com até 4 escravos, tiveram a sua participação aumentada no mesmo período, tanto no total de

escravos possuídos como no de proprietários. Todas as demais faixas de tamanho diminuíram, por sua vez, a participação no total de proprietários. Outro dado da maior importância é, ao nosso ver, o expressivo aumento ocorrido no percentual de inventariados sem escravos, que praticamente triplicou no período.

Para melhor compreendermos esta evolução é necessário que tenhamos em linha de conta alguns outros dados. Em primeiro lugar, este é um período marcado, como veremos adiante, por um crescimento da população escrava até pelo menos o início da década de 1870 e, a partir daí, pelo seu decréscimo contínuo. Em segundo lugar, devemos lembrar que outra característica desse mesmo período foi a diminuição percentual do investimento feito pela elite agrária mageense em escravos, enquanto as amadas menos favorecidas da população esforçavam-se por manter, a todo custo, a propriedade escrava. A partir daí podemos concluir que a evolução ocorrida na estrutura escravista de Magé está relacionada a uma diminuição constante e progressiva dos plantéis maiores, cujos proprietários não conseguem ou não querem mantê-los com o mesmo tamanho, sobretudo na década de 1880, quando a elite local entra em profunda decadência. É significativo, a esse respeito, que dos 9 inventários por nós levantados com mais de 30 escravos, 5 deles sejam relativos à década de 1850, 3 da década seguinte e apenas 1 da década de 1880.

Esta evolução mageense permite-nos algumas reflexões importantes, uma vez que a historiografia brasileira tem

normalmente encontrado, sobretudo nas áreas agroexportadoras, uma concentração social da propriedade escrava após 1850, que em termos sociais significou a abertura de um fosso cada vez maior entre uma minoria de proprietários com grandes plantéis de escravos e uma imensa maioria com poucos ou nenhum cativo. Esta concentração era, neste sentido, mais um instrumento econômico que visava garantir a sobrevivência do modo de produção escravista. Douglas Libby⁹², ao se deparar com o mesmo processo por nós descrito, de crescimento da participação dos pequenos plantéis no total de escravos (no município de Aguapé, sul de Minas Gerais), não conseguiu explicar o fenômeno, pondo em dúvida inclusive a própria validade da amostra por ele trabalhada.

Para nós, estas transformações vêm comprovar mais uma vez que após a metade do século passado e, sobretudo, a partir da década de 1870, o sistema agrário mageense, bem como os de outras regiões, esbarrou nos limites de sua capacidade de reprodução, principalmente no que se refere à sua elite agrária, cujo empobrecimento então se evidencia. Se tomarmos como base os anos entre 1880 e 1886, veremos que é esta elite, representada fundamentalmente pelos proprietários com mais de 20 escravos, quem diminui a sua participação no total de cativos. Por outro lado, o grande aumento do número de inventariados sem escravos deixa claro que a posse dos

⁹² Libby, Douglas C., op. cit., pp. 108-109.

mesmos, tão difundida até o fim do tráfico atlântico, tendeu a concentrar-se cada vez mais a partir daí. A diferença, portanto, entre Magé (e, provavelmente, outras áreas abastecedoras) e as regiões agroexportadoras não estava no fato em si da existência de um processo de concentração da propriedade de escravos, que seria comum a ambas, e sim em que esta concentração tenha se dado, em Magé, nos pequenos plantéis e nas outras regiões nos grandes plantéis.

Para finalizar, é importante dizer que as transformações ocorridas em Magé, embora tenham o sabor inconfundível da decadência do sistema escravista, não devem ser exageradas em seus efeitos. Magé não transformou-se, a partir daí, num mar de agricultores sem escravos. Se considerarmos, para a década de 1880, apenas os proprietários de escravos, veremos que a estrutura de posse de então assemelhava-se ao que foi encontrado para outras áreas abastecedoras antes do fim do tráfico negreiro. O total de proprietários com até 4 escravos era de 62,5%, por exemplo, e aqueles com mais de 20 eram 7,5% do total, números muito próximos aos que encontramos para Curitiba ou para o sul de Minas Gerais, ainda na primeira metade do século XIX.

2) Perfil demográfico e evolução da população escrava em Magé

O campo da demografia tem sido um dos mais visitados nos últimos anos por aqueles que se dedicam ao estudo da escravidão. As consequências deste interesse têm sido das mais

proveitosas. Passou-se de forma acelerada de uma época em que se faziam generalizações pouco precisas sobre o tema para um grau de conhecimento bem mais profundo e abrangente, embora ainda haja muito o que explorar.

A principal mudança ocorrida, no nosso entender, foi a passagem de uma ênfase, até certo ponto exagerada, nos efeitos do tráfico internacional sobre a demografia escrava (visto, na prática, quase como único fator explicativo), até o reconhecimento de uma dinâmica demográfica própria dos escravos, que se não era totalmente desvinculada deste, guardava, todavia, um grau variável de independência. Trabalhos como os de Fragoso e Florentino, e o de Ana Maria Lugão⁹³ demonstram que os escravos possuíam uma lógica de produção/reprodução de sua vida muito distinta daquela da "plantation". Estabeleciam relações entre eles e deles com seu senhor que configuravam a formação de uma autêntica comunidade⁹⁴:

⁹³ Fragoso, João e Florentino, Manolo, "Marcelino, filho de Inocência crioula, neto de Joana Cabinda: um estudo sobre famílias escravas em Paraíba do sul (1835-1872)" in: Estudos econômicos vol. 17. São Paulo, Fipe, 1987., e Lugão, Ana Maria, "Família e transição: famílias negras em Paraíba do Sul (1872-1920)." Niterói, UFF, 1990 (Dissertação de mestrado).

⁹⁴ Fragoso, João e Florentino, Manolo, op. cit. , p.171.

"Comunidade e plantation não são elementos excludentes. Na verdade, a empresa escravista mercantil. seria fruto da combinação e interpenetração dessas duas realidades. A comunidade de escravos se impõe aos mecanismos de funcionamento da plantation em graus variáveis, de acordo com a época e o local

Estes dois níveis distintos da empresa escravista geravam também demografias distintas. Teríamos por um lado a "demografia dos escravos", caracterizada por uma reprodução endógena, baseada nas relações estabelecidas pelos cativos no interior de suas próprias comunidades (casamentos, uniões consensuais, compadrios, etc.). Por outro lado, teríamos a "demografia da plantation" (pessoalmente, preferimos denominar de "agricultura escravista"), cuja reprodução era de caráter exógeno, baseada na aquisição de novos escravos através de compras. É da síntese dessas duas demografias, cada uma com pesos variáveis conforme a realidade estudada, que nasce a demografia escrava propriamente dita.

Foi esta a perspectiva que guiou nossa pesquisa. Através dela, tentamos nos aproximar do que significava o "ser escravo" na sociedade mageense, sobretudo num período de grandes transformações na própria instituição escravista. Neste sentido, os dados por nós reunidos são analisados como os resultados não somente das leis econômicas que regiam a escravidão, como também da luta cotidiana dos escravos para

construir, dentro das limitações existentes, uma esfera própria de atuação.

Para realizarmos esta aproximação, analisamos as principais variáveis demográficas que conformavam a população escrava: a distribuição entre faixas etárias, a razão de masculinidade, os laços de parentesco, etc. Os tipos de fontes utilizados para esta análise foram fundamentalmente o censo, as estimativas demográficas e os inventários. Sempre que podíamos trabalhar a mesma variável em ambos os tipos de fontes optamos pelos censos, por julgá-los mais representativos. A grande exceção a esta regra refere-se à distribuição da população escrava entre as diversas faixas etárias. Isto porque verificamos que na comparação entre o censo de 1872 e a estimativa de 1856 a população escrava acima de 40 anos teria sofrido uma brutal diminuição, não só em termos relativos como absolutos. De forma geral, enquanto este grupo representava mais de 20% do total de escravos em 1856, em 1872 representaria tão-somente 10% desse mesmo total, sendo que na freguesia de Suruí sua participação seria de apenas 2%, o que nos pareceu muito pouco verosímil. Esses dados são claramente contrários aos que encontramos nos inventários que, como veremos, indicam uma forte tendência ao envelhecimento da população escrava durante todo o período em questão. No entanto, o que mais nos chamou a atenção foi que, segundo os números coletados, o mesmo processo ter-se-ia dado com a população livre, dando-nos a certeza da existência de problemas no levantamento deste item no censo de 1872 para

Magé. Tendo em vista tais dificuldades, preferimos trabalhar, no que se refere ao tema, com os dados dos inventários, que se mostraram representativos na comparação com as estimativas de 1850 e 1856.

O trabalho com as demais variáveis não apresentou, felizmente, o mesmo grau de dificuldade. De qualquer maneira, nossa preocupação foi sempre no sentido de nos assegurarmos da fidedignidade dos dados, sem esquecer por isso do enfoque comparativo, sempre necessário para a compreensão de uma determinada realidade local.

TABELA 3: PARTICIPAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DE ESCRAVOS E LIVRES NA POPULAÇÃO MAGEENSE (1850-1872)

Condição	1850		1856		1872	
	N	%	N	%	N	%
Livres	6.683	49,09	7.653	57,01	11.319	60,41
Escravos	6.930	50,91	5.770	42,99	7.418	39,59
Total	13.613	100,0	13.423	100,0	18.737	100,0

Fontes: Estimativas demográficas de 1850 e 1856 e censo de 1872.

OBS: nestes totais não estão incluídos os números relativos à freguesia de Aparecida.

A tabela 3 foi montada com a função de introduzirmos no estudo da população escrava mageense. Sem dúvida, o primeiro passo a ser dado em qualquer pesquisa acerca de uma determinada população é a análise de como a mesma evolui no tempo. Neste sentido, esta tabela nos traz informações preciosas.

Devemos ressaltar, em primeiro lugar, o crescimento da população escrava, verificado entre 1850 e 1872. Apesar de modesto (meros 7,04%), este crescimento é em si mesmo bastante significativo. Isto porque a segunda metade do século XIX é marcada, como sabemos, por uma queda constante do número de escravos em todo o Brasil. Apenas nas áreas economicamente mais dinâmicas, sobretudo naquelas vinculadas à produção de café, este número aumentou neste período. O que fez com que muitos historiadores vinculassem uma evolução positiva da população escrava a atividades agroexportadoras que passassem por conjunturas favoráveis, sobretudo em relação ao preço de seus produtos. Como já vimos, o trabalho dos irmãos Martins veio negar este vínculo, mostrando claramente que a província de Minas Gerais, apesar de não estar, em sua maior parte, ligada a atividades de exportação, apresentou uma variação positiva da população escrava neste mesmo período. Seja como for, o fato é que na maioria das regiões, sobretudo naquelas ligadas ao abastecimento interno, a população escrava reduziu-

se substancialmente no período. Em Capivary, por exemplo⁹⁵, o total de escravos passou de 5.999 em 1856 para 3.903 em 1872.

Dentro deste panorama, o crescimento demográfico dos escravos em Magé deixa-nos clara a capacidade de resistência desta sociedade escravista às fortes mudanças em curso. O que é reforçado pelo fato de que em 1872 os escravos representavam ainda cerca de 40% da população mageense. Um número sem dúvida expressivo, ainda mais se levarmos em conta que no mesmo ano apenas 22% da população recenseada em Capivary era escrava, número que em São Gonçalo chegava a 31,21%⁹⁶.

Esses números, porém, podem ser enganosos. Ao desagruparmos os dados por freguesias, veremos que coexistiam realidades bem diferentes em 1872. Por um lado, temos a freguesia de Guapimirim, onde a escravidão ainda deitava fortes raízes, fazendo com que os escravos representassem, nesse ano, 64% da população total, além de terem apresentado um crescimento entre 1856 e 1872 de 117,54%. Em situação praticamente oposta encontramos as outras 3 freguesias, onde a população mancípia situava-se em pouco mais de 20% do total, tendo sofrido perdas tanto em termos absolutos quanto relativos as freguesias de Piedade e Suruí.

Podemos considerar, então, que a resistência dessa sociedade escravista (entendida enquanto capacidade de

⁹⁵ Castro, Hebe de, op. cit., p.41

⁹⁶ Castro, Hebe de, idem, ibidem.

reiteração ao longo do tempo), à qual nos referimos acima, estava na verdade concentrada em uma única freguesia, a de Guapimirim. E isto porque as décadas de 1850 a 1870 representavam o momento de criação e/ou expansão deste sistema agrário, que provavelmente encontrar-se-ia ainda em seu período "ótimo", ou seja, não desgastado por um sistema de plantio de caráter predador e semi-nômade, enquanto as demais freguesias debatiam-se com problemas de terras pouco férteis e o fim da mata virgem (caso de Suruí e Piedade), ou com problemas de transporte (no caso de Teresópolis), o que diminuía a lucratividade, dificultando a manutenção ou expansão do total de escravos. Esta discrepância entre as freguesias é, no entanto, um fenômeno que se desenvolve apenas a partir de meados do século XIX. Se tomarmos a estimativa de 1850 como parâmetro, veremos que todas as freguesias possuíam, então, pouco mais de 50% de sua população na condição de cativa, com um grande equilíbrio entre as mesmas.

De qualquer forma, veremos que para compreender o sentido deste crescimento do total de escravos não nos basta percebermos de que forma ele se liga aos interesses da empresa escravista. É necessário, da mesma forma, analisar como a própria composição da população escrava influenciou neste processo. Em outras palavras mensurar o peso da "demografia dos escravos" no quadro geral.

TABELA 4: RAZÃO DE MASCULINIDADE DOS ESCRAVOS EM MAGÉ, CAPIVARY E PARAÍBA DO SUL (1850 A 1872).

município	Ano		
	1850	1856	1872
Magé	165	140	112
Capivary	----	----	114,25
Paraíba do sul	----	----	135,82

Fontes: Para Magé, as estimativas de 1850 e 1856
 Para Capivary e Paraíba do sul: Castro, Hebe, Ao sul da história, SP, Brasiliense, 1987, p. 43.

Veja-se, a esse respeito, a evolução da razão de masculinidade da população escrava em Magé. No período entre 1850 e 1872, transitamos de uma proporção de 165 homens para cada 100 mulheres, proporção esta comparável à de áreas agroexportadoras, para outra de 112, distante do que encontramos nestas mesmas áreas (como vemos pelo exemplo de Paraíba do sul), mas muito próxima à de outras regiões ligadas ao abastecimento interno, como Capivary. Repare-se também que a queda verificada é contínua, ou seja, os três anos considerados mostram números seguidamente decrescentes, o que

dá ao fenômeno estudado o caráter de uma tendência de longo prazo.

A razão de masculinidade é uma das mais importantes variáveis a serem trabalhadas por ser, ao mesmo tempo, causa e consequência de um determinado padrão demográfico. Razões de masculinidade excessivamente altas têm sua origem num padrão de reprodução de caráter exógeno baseado, no caso dos escravos, no tráfico internacional e/ou interno. Este padrão sem dúvida atendia aos interesses da empresa escravista, sobretudo aquela agrícola, para a qual interessava possuir principalmente homens adultos. Mas era perverso no que se refere às taxas de natalidade entre os cativos. A desproporção entre os sexos dificultava, para os homens, o estabelecimento de uniões duradouras, limitando assim o seu potencial reprodutivo. Além disso, o tráfico internacional representava a constante chegada, em cada região, de mulheres com o seu período fértil já iniciado, o que terminava por reduzir ainda mais a fecundidade geral. Vidal Luna⁹⁷ demonstrou que a intensificação da entrada de africanos na capitania/província de São Paulo, entre o final do século XVIII e o início do XIX, provocou não somente um grande aumento na razão de masculinidade da população escrava, como uma diminuição

⁹⁷ Luna, Francisco V., "Casamento de escravos em São Paulo: 1776, 1804 e 1829." Comunicação apresentada no Congresso sobre história da população da América Latina. Ouro Preto, julho de 1989.

simultânea na taxa de fecundidade das mulheres, mensurada através da proporção de crianças existentes para cada grupo de mil mulheres.

Para manter esse padrão de crescimento, a empresa escravista dependia da aquisição constante de novos escravos, o que lhe foi garantido durante o período de vigência do tráfico atlântico não só por uma oferta também constante como por um preço relativamente baixo, o que lhe permitiu reproduzir-se sem maiores dificuldades. O fim do tráfico, contudo, mudou as regras do jogo. A população escrava começou então a diminuir, justamente por causa desse perfil demográfico desequilibrado, tanto no que se refere à proporção entre os sexos como àquela entre as diversas faixas etárias. Por outro lado, o preço de cada escravo começou a subir, o que dificultou ainda mais a reprodução da empresa escravista. O resultado disso foi a transferência de grande parte da população cativa para as áreas econômicas mais fortes, principalmente para a região sudeste.

Boa parte das regiões abastecedoras perderam, então, um percentual significativo de seus escravos. Foi o caso, como vimos, de Capivary. Nestas regiões, a diminuição da razão de masculinidade, quando ocorreu, provavelmente deveu-se à venda, para fora de seus limites, de um maior número de escravos do sexo masculino. As "plantations" continuavam com suas preferências, e através do tráfico interno logravam manter proporções razoavelmente elevadas de homens em seus plantéis.

O caso de Magé, no entanto, difere destes. E isto porque, como vimos, sua população cativa não diminuiu, e sim cresceu após 1850. O que nos coloca diante de três explicações possíveis para a diminuição da razão de masculinidade neste período: ou os proprietários mageenses de escravos deram preferência à compra de mulheres de outros municípios (pois se fossem compras internas não afetariam a razão de masculinidade global), ou o crescimento da população cativa deu-se principalmente de forma endógena (o que tenderia a equilibrar a proporção entre os sexos a longo prazo), ou ainda houve uma grande venda de escravos do sexo masculino para fora do município.

Para comprovarmos quaisquer dessas hipóteses, o ideal seria a quantificação e análise dos registros de compra e venda de escravos. Tais registros, porém, não foram encontrados nos cartórios de Magé, impossibilitando-nos um conhecimento aprofundado sobre o comércio local de cativos. Tivemos acesso, no entanto, a alguns documentos de caráter fiscal relacionados à venda de escravos. Nestes documentos conseguimos informações detalhadas sobre as transações, com o nome do escravo, idade, estado civil, preço e naturalidade. Quanto aos compradores e vendedores, indicam o nome e local de residência dos mesmos. Os documentos dividem-se entre dois períodos: para 1872/73, temos um total de 106 transações envolvendo 165 escravos. E para 1883/84 temos 21 transações envolvendo 35 escravos. A amostragem é, sem dúvida, diminuta, mas nos servirá como um indicativo do padrão de transações

neste período. Trabalharemos apenas com os dados relativos a 1872/73, por considerá-los mais representativos.

Nestes documentos, a razão de masculinidade encontrada entre os escravos é bastante alta, de 184 homens para cada 100 mulheres. Se considerarmos, no entanto, apenas as vendas realizadas por outros municípios para Magé, este mesmo índice chegará a 460. Já no sentido inverso, ou seja, na venda de escravos de Magé para outros municípios, temos a menor razão de masculinidade encontrada: apenas 110. É claro que sabemos que os dados envolvendo outros municípios apresentam-se subestimados dentro da amostra, uma vez que o registro das transações podem ter se dado nestes, e não em Magé. Mesmo assim, o que fica patente nesta análise é a preferência de quaisquer compradores, de dentro ou de fora de Magé, pelos escravos do sexo masculino, o que afasta a hipótese de uma importação líquida de escravos para o município⁹⁸.

Quanto à possibilidade de uma venda maciça de homens para fora de Magé, parece-nos algo mais provável, não só por causa da preferência dos compradores pelo sexo masculino, como

⁹⁸ Afirmamos isso baseados na evolução dessa razão ao longo do tempo. O fato de que houvesse uma desproporção tão grande entre as razões de masculinidade dos escravos exportados e dos importados não significa que o município estivesse adquirindo mais escravos homens do que vendendo-os, pois isso depende dos números totais das transações realizadas com outros municípios, e não das razões de masculinidade.

porque a venda dos homens "excedentes" (aqueles que não teriam como reproduzir-se, por causa da desproporção entre os sexos) não afetaria a capacidade de reprodução das mulheres em idade fértil.

De tudo isto concluímos que a mudança ocorrida na razão de masculinidade da população escrava refletia um novo padrão de reprodução desta mesma população, agora de caráter endógeno (pois se o crescimento verificado tivesse se dado através do tráfico, esta razão teria aumentado ou se mantido, nunca diminuído bruscamente), bem como a dificuldade dos senhores em manter seus escravos mais valorizados, os do sexo masculino.

A importância de uma razão de masculinidade equilibrada para a possibilidade de uma reprodução natural dos cativos se evidencia quando levantamos estes índices para cada freguesia no censo de 1872. Ao fazermos isso, conseguimos descortinar diferenças importantes. A freguesia de Suruí que, como vimos acima, perdeu escravos no período, possuía uma razão de masculinidade bastante alta: 140,16. Teresópolis, que registrou um crescimento de pouco mais de 9% entre 1856 e 1872, apresentava um índice ainda mais expressivo: 147,06. Piedade, por sua vez, apresentava uma taxa bem mais modesta: 118. Já a freguesia de Guapimirim, que respondia quase sozinha pelo crescimento do número de escravos em Magé, apresentava a menor de todas as razões de masculinidade encontrada: 102,75 homens para cada 100 mulheres, ou seja, um equilíbrio quase perfeito entre os sexos. Sem dúvida, apenas um crescimento

baseado na reprodução natural dos escravos poderia ter como resultado tal equilíbrio.

Começamos, então, a adentrar no que antes denominamos de "demografia dos escravos", uma demografia que era resultante não dos interesses da empresa escravista, mas sim de uma esfera própria dos escravos: a de sua comunidade. Há que se ter em conta, porém, que esta demografia, ao impor-se pelas circunstâncias à lógica da empresa escravista, acabou por salvar esta mesma empresa, ao menos enquanto conseguiu manter sua trajetória ascendente.

Chegar à conclusão de que existia uma comunidade de escravos (ou comunidades) apenas a partir do estudo da razão de masculinidade desta população pode, no entanto, parecer tanto precipitado quanto exagerado. Para que possamos, portanto, defender o nosso ponto de vista precisamos de outros dados que confirmem o que acima dissemos. Um destes dados a serem trazidos à tona é o da origem dos escravos. Diversos autores, como Kátia Mattoso e João J. Reis⁹⁹, nos mostraram que esta origem era fundamental na definição das comunidades a serem formadas, havendo, em geral, divisões entre os diversos grupos étnicos (como a existente entre crioulos e africanos, ou entre as diversas etnias africanas). Estas divisões não

⁹⁹ Mattoso, Kátia, Ser escravo no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1988.; Reis, João J. e Silva, Eduardo, op. cit.

devem contudo ser exageradas. José Roberto¹⁰⁰ mostra-nos, de forma clara, que os africanos enviados para o Brasil eram em sua quase totalidade de origem bantu, o que acabava por aproximá-los no cativeiro, ainda que na África vivessem em comunidades distintas. De qualquer forma, a própria identidade de "africanos" que lhes é imposta ao chegarem por aqui, e que faz parte do seu processo de ressocialização, ajuda-os a construir uma nova identidade e estabelecer novos laços de solidariedade. Dentro deste quadro, o estudo da origem dos escravos ajuda-nos, por um lado, a estabelecer mais precisamente o perfil demográfico desta população e, por outro, a nos aproximarmos mais das características e vivências da comunidade cativa.

TABELA 5.1: PROPORÇÃO DE AFRICANOS E CRIoulos NA POPULAÇÃO ESCRAVA (1856 E 1872) EM %.

Origem	1856	1872
---------------	-------------	-------------

¹⁰⁰ Góes, José Roberto, "O cativeiro imperfeito (um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX)" Niterói, UFF, 1992 (Dissertação de mestrado), p. 199.

africanos	50,24	10,92
crioulos	49,76	89,08

TABELA 5.2: NATURALIDADE DOS ESCRAVOS CRIoulos EM 1872 (EM %).

Província de origem	Percentual
Rio de Janeiro	95,43
São Paulo	1,42
Nordeste	1,07
Outras	2,08

Fontes: Estimativa demográfica de 1856 e censo de 1872.

Pela tabela 5.1 podemos acompanhar o enorme recuo da população de origem africana entre 1856 e 1872, passando de uma posição majoritária no primeiro ano (ainda que por pequena margem), para outra francamente minoritária no último, quando apenas um em cada dez escravos residentes em Magé era africano. Essa "crioulização" da população escrava, embora seja um processo recorrente em todas as regiões brasileiras após 1850, dificilmente ganhava contornos tão radicais. Se formos comparar o caso de Magé com o de Paraíba do Sul, por exemplo, veremos que neste último caso os africanos ainda representavam em torno de um terço da população entre 1865 e 1870¹⁰¹.

¹⁰¹ Fragoso, João e Florentino, Manolo, op. cit., p.159.

As razões para tal discrepância parecem estar no tráfico interno e em regimes demográficos distintos. Em Magé, a venda de escravos do sexo masculino para outras regiões (supondo-se ser este um fenômeno significativo) significava igualmente a venda, em grande parte, de africanos, uma vez que a maioria da população masculina tinha essa origem. Ao mesmo tempo, Paraíba do Sul converteu-se, após 1850, num dos pontos de chegada das correntes do tráfico interno, o que lhe garantia a incorporação constante de novos africanos, embora em proporções decrescentes no decorrer do tempo, por conta da própria mortalidade dos escravos. A influência do regime demográfico em cada população é ainda mais clara. Ao basear seu crescimento na reprodução natural, a população escrava de Magé via crescer, a cada momento, a proporção de crioulos, enquanto em Paraíba do Sul tivemos um crescimento muito mais centrado no tráfico interno que, como vimos, levava a uma menor diminuição proporcional do número de africanos.

O fato, no entanto, de um escravo ser crioulo, nos diz mais a respeito do que ele não é (ou seja, africano), do que daquilo que ele realmente é. Crioulo era tanto o escravo nascido na cidade do Rio de Janeiro como aquele que tinha sua origem no sertão nordestino, por exemplo. Vivências tão distintas formavam, com certeza, consciências também distintas, embora as diferenças aqui fossem vistas como menores do que as existentes entre africanos e crioulos.

No caso de Magé, no entanto, essas diferenças quase não se faziam notar, pelo menos desde a década de 1870, uma vez que 95% de todos os escravos brasileiros aí residentes eram originários do Rio de Janeiro (Tabela 5.2). Na freguesia de Teresópolis, em especial, esse percentual alcançava incríveis 100%. Esses índices não devem, no entanto, ser creditados apenas à reprodução natural. Segundo os documentos fiscais aos quais tivemos acesso, a maioria dos escravos comprados por Magé de outros municípios vinham de regiões limítrofes, como Nova Friburgo (para quem morasse em Teresópolis), Santo Antônio de Sá, São Gonçalo, Niterói, etc. Apenas uma das transações envolvia a compra de uma escrava de fora da província do Rio de Janeiro. Esse aspecto regional do comércio de escravos de Magé não é, contudo, de se estranhar, tendo em vista que a própria economia do município tinha esse mesmo caráter, sendo voltada para o abastecimento da cidade do Rio de Janeiro.

Os dados sobre a origem dos escravos eram, sem dúvida, da maior importância para os mesmos. A pequena participação de africanos em sua população e o fato de serem quase todos os crioulos nascidos no Rio de Janeiro dava-lhes uma grande unidade cultural e devia também traduzir-se num forte sentimento de pertencimento a uma comunidade, com vivências e valores bastante semelhantes, pois forjados em realidades igualmente próximas.

A existência de uma comunidade de escravos em Magé vai tornando-se cada vez mais clara. Nosso estudo, todavia,

apenas ganha maior densidade quando nos debruçamos sobre a distribuição etária dos escravos e sua evolução no período. É neste momento que passamos a conhecer de maneira mais completa o movimento dessa população.

TABELA 6: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL E RAZÃO DE MASCULINIDADE DA POPULAÇÃO ESCRAVA POR FAIXA ETÁRIA (1850/51 a 1885/86).

faixas etárias	1850-1851		1870-1871		1885-1886	
	%	R/M	%	R/M	%	R/M
-14 anos	22,73	111	33,33	100	21,01	188
14-40 anos	54,17	147	37,50	73	31,94	65
+ 40 anos	23,10	190	29,17	150	47,06	211
Total	100,0	146	100,0	102	100,0	127

Fontes: Inventários "post-mortem"

OBS: R/M: Razão de masculinidade

A análise dos dados disponíveis nos inventários acerca da evolução da população escrava indicaram-nos a existência de dois ciclos demográficos bastante distintos desta mesma população. Numa primeira etapa, que estende-se de 1850 até inícios da década de 1870, temos um crescimento da população escrava total, apontado pelos levantamentos realizados, cujo principal fator seria a reprodução endógena, que reflete-se na baixa razão de masculinidade relativa aos anos 1870-71 e também na elevação da porcentagem de crianças (menores de 14 anos) nos quadros da população total. Cabe aqui uma observação. Repare-se que as razões de masculinidade para os anos de 1850/51 e 1870/71 são inferiores àquelas encontradas para os respectivos levantamentos de 1850 e 1872. Segundo Slenes¹⁰², a causa disso seria um subregistro de mulheres no censo de 1872, o que acreditamos ter também ocorrido na estimativa demográfica de 1850.

Se analisarmos os dados referentes aos anos 1850/1851, período imediatamente posterior ao fim do tráfico atlântico, veremos uma distribuição etária dos escravos bastante desigual, e concentrada principalmente na faixa produtiva (entre 14 e 40 anos de idade), além de grandes

¹⁰² Slenes, Robert, "O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX." in : Estudos econômicos vol 13. p. 125.

razões de masculinidade, exceto para as crianças. A razão de dependência, por sua vez, era de 0,85, ou seja havia menos de um escravo improdutivo (ou pouco produtivo) para cada produtivo. Estes índices diferem pouco daqueles encontrados em outras áreas, inclusive naquelas ligadas à agroexportação¹⁰³, como Vassouras, onde a proporção de escravos entre 15 e 40 anos no período 1850/59 era de 51%. Neste primeiro momento temos, assim, ainda a influência do tráfico internacional, que impunha seu padrão populacional. A baixa razão de dependência indica, por sua vez, que esta empresa escravista funcionava dentro de padrões bastante satisfatórios de produtividade e lucratividade.

Ao avançarmos , porém, 20 anos em nossa análise, veremos os sinais de uma transformação profunda nas características demográficas da escravidão mageense. Em primeiro lugar, temos um aumento da participação da faixa etária infantil na população total, bem como uma diminuição nas razões de masculinidade, tanto para cada faixa etária como no total. Se nos lembrarmos que essa mesma população cresceu neste período, seremos forçados a admitir o caráter endógeno desse crescimento, o que nos é confirmado principalmente pela razão de masculinidade encontrada para a faixa etária (re)produtiva. Um crescimento baseado no tráfico interno

¹⁰³ Stein, Stanley, Vassouras: UM município brasileiro do café, 1850-1900. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985, p.109.

levaria a um aumento dessa razão, e não a uma diminuição brusca, pois já vimos a preferência dos compradores por escravos do sexo masculino. O fato de termos aí um número maior de mulheres do que de homens poderia levar à argumentação de que a nova desproporção entre os sexos também prejudicaria a fertilidade feminina, já que nem todas as mulheres encontrariam parceiros (a não ser, é claro, que admitissemos a tão propalada "promiscuidade" nos relacionamentos sexuais dos escravos, o que não é o caso). Este aparente desequilíbrio é, no entanto, compensado pela maior presença de homens entre a população acima de 40 anos. É importante levar em conta, aí, que se a idade fértil da mulher raramente ultrapassava os 40 anos, a dos homens se estendia para além desse limite. Outro ponto que devemos ter em conta é o da participação dos escravos acima de 40 anos na população total. O fato desta faixa etária ter o seu percentual aumentado, além de manter uma razão de masculinidade positiva, parece indicar-nos que os senhores, nos seus esforços para manterem seus cativos, acabavam por reter para si aqueles menos valiosos. No entanto, e exatamente por seu menor valor, estes escravos possibilitavam a seus donos a manutenção de um contingente masculino que equilibrasse a participação feminina nas demais faixas de idade.

Em resumo, teríamos como estratégia senhorial neste período um direcionamento da maior parte dos investimentos conforme o sexo e a faixa etária. Estratégia esta que poderíamos denominar de "investimento cruzado". Para a faixa

produtiva mais importante (aquela entre 14 e 40 anos) preferiu-se concentrar os investimentos nas mulheres (provavelmente, por conta da incapacidade de se manter a maioria dos homens) por causa do menor valor destas. Já na faixa etária acima dos 40 anos a desvalorização dos escravos, provocada pela idade, permitiu a manutenção de um razoável plantel masculino.

Falamos acima que esta reprodução endógena garantia a sobrevivência da empresa escravista. Agora vemos que, para isto, cobrava no entanto um alto preço, através de uma grande diminuição na produtividade e lucratividade da mesma. O aumento do número de crianças e de idosos significava a necessidade de dividir-se um mesmo produto por um maior número de pessoas. A razão de dependência aumentou para 1,67 neste período. Um número bastante elevado, sobretudo se comparado com o anterior, mas comparável ao valor encontrado por Ana Lugão¹⁰⁴ para a fazenda do Visconde da Paraíba (1,68). Tal semelhança, ocorrida entre realidades tão diferentes, parece indicar a existência de um mesmo processo de transição demográfica, onde a reprodução da empresa escravista transfere-se gradativamente para as mãos dos escravos.

Ao falarmos em reprodução endógena, crescimento natural etc, devemos ter em conta que todos esses fenômenos estavam ligados a um outro, que era uma condição necessária

¹⁰⁴ Lugão, Ana Maria, op. cit., p.41

para a sua existência: a família escrava. Para nosso infortúnio não contamos , no entanto, com dados mais aprofundados a respeito do assunto. Assim , resta-nos apresentar as poucas informações de que dispomos e tentarmos, então, uma abordagem do tema. Vejamos, a esse respeito, a tabela 7.

TABELA 7: PARENTESCOS EXPLICITADOS NOS INVENTÁRIOS (1850-1886).

Tipos de parentesco	Escravos	
	N	%
casados	25	2,09
mãe e filho(s)	345	28,82
sem parentesco claro	827	69,09
Total	1197	100,0

Fonte: Inventários

OBS: excluídos dois inventários: o de Maria Joaquina do Espírito Santo (1850), com 46 escravos, e o de Maria Claudina da Silva Ferreira (1866), com 91 escravos, por não conterem quaisquer informações sobre parentesco.

A tabela acima exige algumas explicações a respeito de sua confecção. Para montá-la, utilizamos todos os inventários levantados, excetuando-se os dois supracitados. E isso porque achamos improvável que plantéis de tal magnitude não apresentassem quaisquer laços de parentesco, mesmo contando com um grande número de crianças. Ainda assim, temos a certeza de estar apresentando apenas um percentual mínimo do número de escravos com laços de parentesco. E isso não só devido ao grande número de crianças cujas mães não são reveladas, como por causa de uma análise comparativa com os dados do censo e das estimativas a respeito do estado civil dos cativos. Enquanto nestes últimos o percentual de escravos casados era de algo em torno de 8%, nos inventários ficava próximo a 2%. As razões dessa sonegação de informações são difíceis de diagnosticar, restando-nos apenas a especulação a respeito. Talvez os senhores não julgassem importante fornecê-las, ou não quisessem fazê-lo para poderem dividir com mais facilidade as diversas famílias. Seja porque for, esses são os números de que dispomos.

Por eles, podemos ver que pelo menos 3 em cada 10 escravos possuíam relações de parentesco no interior do próprio plantel em que vivia (pela própria natureza da fonte, não temos como saber se o escravo tinha ou não parentes em outros plantéis). Trata-se, de qualquer forma, de um número importante, principalmente se compararmos com outras áreas. Em

Paraíba do Sul¹⁰⁵, por exemplo, o número de escravos reunidos por parentesco variou entre 1835 e 1870 dentro do intervalo de 30 a 45%. Se tivermos em conta que esses dados englobavam plantéis com centenas de escravos (o que facilitava o estabelecimento de relações de parentesco), veremos que os dados relativos a Magé são razoavelmente representativos, ainda quando subestimados.

Outro aspecto importante desses laços de parentesco é o seu forte caráter matrifocal. Embora possamos duvidar da confiabilidade das informações, somos obrigados a reconhecer que a desproporção existente entre o número de mulheres casadas (mães ou não) e o de mães solteiras é muito grande, o que nos leva a acreditar que a maioria das famílias era composta apenas pela mãe com seus filhos e/ou uniões consensuais, que não apareciam nos inventários.

Para o escravo era, logicamente, da maior importância o pertencimento ou não a uma determinada família no interior do seu plantel. Significava, para ele, a possibilidade de relações duradouras e, conseqüentemente, um sentimento forte de integração numa dada comunidade. Neste quadro, o estabelecimento de famílias no interior do plantel acabou por tornar-se uma forma importante de controle da escravaria pelo

¹⁰⁵ Fragoso, João e Florentino, Manolo, op. cit., p. 161.

senhor. Vilma Ferreira¹⁰⁶ nos mostra claramente que uma das mais importantes causas de fuga era a separação do escravo dos seus entes queridos, e que muitas vezes essa fuga significava uma tentativa de reencontrá-los, deixando clara a importância da instituição familiar.

Teríamos para Magé, portanto, uma reprodução baseada na família, o que é óbvio. Mas não, ao que parece, numa família de tipo nuclear e, menos ainda, extensa. A família escrava mais comum em nossa região seria formada somente pela mãe com seus respectivos filhos. A figura do pai raramente aparece. Não que ele fosse desconhecido de sua parceira (o que não podemos afirmar), e sim porque provavelmente ocupasse um papel secundário nesta família. A razão devia ser que o senhor, embora incentivasse ou pelo menos permitisse a reprodução de sua escravaria, não tinha talvez a mesma condescendência com o estabelecimento de uniões estáveis, pois estas dificultavam sobremaneira a venda ou partilha dos cativos, uma vez que os envolvidos em tais uniões apresentariam resistência à sua divisão. Já os filhos podiam ser separados de suas mães após uma certa idade, como comprova o fato de não termos escravos com mais de quinze anos cujas mães sejam referidas.

¹⁰⁶ Almada, Vilma P. F. de, Escravismo e transição: o Espírito Santo (1850/1888). Rio de Janeiro, Graal, 1984, p. 158.

É claro que esse rápido resumo do que seria a família escrava em Magé apresentasse falho, sobretudo por causa da falta de informações. Somente novas pesquisas poderão nos fornecer um quadro mais completo. Mesmo assim achamos que conseguimos fazer uma primeira aproximação do tema.

Retornando à tabela 6, vemos que os dados relativos aos anos 1885/1886 indicam a existência de um novo ciclo demográfico, iniciado na década anterior, que reforçou algumas tendências anteriores mas desapareceu com outras. Em termos de tendências que se mantêm, temos aquelas relacionadas a faixa etária que denominamos anteriormente de "produtora", ou seja, entre 14 e 40 anos. Temos confirmadas aí a diminuição da participação desta faixa no plantel total, que já havíamos verificado entre os dois períodos anteriores, e uma razão de masculinidade ainda negativa. Nas demais faixas, todavia, encontramos mudanças tão profundas quanto aparentemente surpreendentes.

Entre a população abaixo de 14 anos verificamos uma diminuição em termos relativos e, o que é mais importante, uma brutal desproporção entre os sexos, muito diferente do total equilíbrio do período anterior.

Mas, se as faixas etárias mais jovem vêm seus percentuais no conjunto da população total se reduzirem, é porque os escravos com mais de 40 anos passaram a ocupar aí o lugar de honra. No momento em que a escravidão dava o seu suspiro final, cerca da metade dos escravos de Magé tinha mais de 40 anos, dos quais a maioria absoluta era de homens. Nunca,

no período estudado, a razão de masculinidade mostrou-se tão alta, tanto para esta faixa etária quanto para as demais.

A primeira coisa que devemos dizer a respeito do período entre o início da década de 1870 e meados da seguinte é que ele foi marcado pela diminuição da população mancipia. Embora não tenhamos censos que a confirmem, observamos que o número médio de cativos por inventário, que era de sete a dez até 1871, caiu a partir de então para não mais de quatro. Quanto às causas desta queda, podemos apenas especular, pela falta de dados mais concretos. Em primeiro lugar, acreditamos que o alto preço dos cativos, aliado à conjuntura desfavorável para produção de alimentos durante a década de 1870¹⁰⁷, levou os proprietários mageenses de escravos a venderem ao menos parte de seus plantéis e, sobretudo, aquela parte mais valorizada: os homens em idade economicamente ativa. Em segundo lugar, destacaríamos como causa da queda do número de escravos os efeitos da lei do ventre livre, de 1872. Esta lei, ao declarar como livres os filhos de escravas nascidos a partir de então, acabou com o interesse, por parte dos senhores, de uma reprodução natural dos cativos. Embora os "ingênuos" nascidos após 1872 fossem obrigados a prestar serviços aos donos de suas mães até a idade de 21 anos, essa prestação provavelmente não era vista por estes últimos como suficiente, uma vez que eram obrigados a sustentá-los até a

¹⁰⁷ Ver Capítulo 1.

idade de 12-14 anos, quando então integravam-se as atividades produtivas.

Este desinteresse reflete-se na tabela acima. A diminuição relativa da população infantil está, ao nosso ver, vinculada a ele. Para o senhor, os filhos de escravas tornam-se cada vez mais um fardo do que um investimento. Fardo que, no entanto, tornava-se menos pesado quando se tratava de uma criança do sexo masculino. A possibilidade desta realizar trabalhos pesados e de entrar no processo produtivo mais cedo do que as do outro sexo compensava, ao menos em parte, o investimento adiantado pelo senhor. É neste privilegiamento dos meninos que está, provavelmente, a origem de uma razão de masculinidade tão alta nesta faixa etária. A pergunta que fica sem resposta é a seguinte: para onde teriam ido as meninas escravas? Como desde 1869 estava proibida a venda de crianças sem as suas mães, fica a dúvida se parte das mães foi realmente vendida (o que não parece ser o caso, já que a faixa etária de onde estas mães teriam saído, aquela entre 14 e 40 anos, aumenta ainda mais a sua proporção de mulheres) ou se, contra o que a lei determinava, vendeu-se apenas as filhas. O mais provável, porém, é que o senhor optasse por libertar a maioria das meninas, acabando assim com a sua responsabilidade sobre estas, cujo sustento ficava por conta da mãe (e do pai, se fosse o caso).

Os escravos mais velhos, por sua vez, transformaram-se neste período na tábua de salvação de um escravismo já bastante enfraquecido. Embora distantes do ápice do seu vigor

físico, tais cativos não eram, de maneira alguma, inúteis, pois continuavam trabalhando por toda a sua velhice (salvo se alguma doença o impossibilitasse). Um escravo com mais de 40 anos podia, inclusive, valer mais do que outro entre 14 e 40 anos, principalmente se tivesse alguma especialização. Não devemos, portanto, imaginar Magé neste período como uma espécie de "asilo" de escravos, nem que a manutenção de escravos velhos fosse apenas o resultado de alguma mentalidade senhorial. Na verdade, essa foi a forma encontrada pelos senhores para resistirem à crise do escravismo, e mostra-nos como uma estrutura social por demais esgarçada lutava ainda para manter-se.

Conclusão:

Diminuição da população cativa, redução do tamanho médio e envelhecimento dos plantéis, domínio feminino na faixa etária principal, etc. Os dados que nos falam sobre o período final da escravidão em Magé não nos fazem o relato de uma catástrofe propriamente dita mas falam, isso sim, de um definhamento lento e inexorável. Definhamento não só de um determinado modo de produção, como de toda uma formação econômico-social que via seus últimos dias chegarem. Definhamento, por fim, que a abolição definitiva de todos os escravos, em 1888, vai simplesmente confirmar. Um quadro que não é absolutamente restrito a Magé, mas que pelo contrário fala-nos de todo o Brasil. No entanto, nossa análise a

respeito deste período de transição precisa, para se enriquecer, ter em conta os processos particulares ocorridos em cada região.

Magé chegou à segunda metade do século passado orgulhosa de seu sistema escravista. Índices como a concentração dos escravos nos grande plantéis, o grande número de africanos no total de escravos, e o fato de que a maioria destes era composta por homens em idade produtiva deixavam evidente a existência de um escravismo não só enraizado como poderoso, vinculado ao tráfico atlântico e comparável ao de regiões agroexportadoras. Todo este poderio tinha sua origem, como sabemos, numa economia extremamente mercantilizada e voltada para o abastecimento da Corte.

O fim do tráfico negreiro, porém, mudou radicalmente os termos da equação. Não havia mais a entrada constante de novos escravos no mercado e, no entanto, as áreas produtoras de café continuavam a se expandir. O tráfico interno tornou-se, então, a única opção dessas regiões. Para Magé, tal fato representou a perda constante de seus melhores escravos (homens em idade produtiva) para outras áreas como resultado da valorização sofrida por estes e também porque a produção de alimentos adaptava-se bem ao trabalho feminino, por não exigir um esforço físico tão profundo. O resultado dessa evolução foi a busca constante de soluções que amenizassem a falta de mão-de-obra. As mudanças na composição da população escrava são a síntese tanto de uma evolução própria, interna à comunidade

dos escravos, quanto do resultado de estratégias senhoriais que tinham a intenção de garantir a existência da escravidão.

A reprodução endógena desta mão-de-obra foi, para nós, uma surpresa. O fato de que a maioria dos trabalhos sobre a produção de alimentos pouco penetrem na demografia escrava dificultou comparações. Essas, afinal, seriam as áreas mais prováveis para esse tipo de fenômeno na segunda metade do século XIX, uma vez que aquelas ligadas à exportação continuavam sendo abastecidas pelo tráfico, agora interno. Não há porque duvidarmos da possibilidade deste tipo de crescimento da população escrava no caso brasileiro, já que trata-se de um fenômeno já detectado no sul americano. É claro que, no Brasil, essa era muito mais uma exceção do que uma regra. Mas em certas circunstâncias, ligadas principalmente à dificuldade de abastecimento externo de mão-de-obra, há de ter sido a solução encontrada. De qualquer forma, o aprofundamento dos estudos monográficos sobre a demografia escrava poderá aquilatar com precisão a extensão do fenômeno.

Esse tipo de reprodução não significou, porém, o estabelecimento de grandes famílias escravas em Magé, até porque ocorreu concomitantemente à diminuição do tamanho dos plantéis. Ao contrário do exemplo de Paraíba do Sul, onde, segundo Frago e Florentino, encontramos muitas vezes três gerações de escravos vivendo num mesmo plantel, em nossa região predominava a família formada por mães solteiras e seus filhos. O que nos mostra que a possibilidade de reprodução não estava ligada ao tamanho ou tipo da família escrava e sim, mas

provavelmente, à manutenção de um vínculo entre mãe e filho até pelo menos uma certa idade.

Repare-se que as alternativas buscadas pelos senhores à crise da escravidão davam-se sempre no interior desta. Não visualizamos, em Magé, qualquer processo de substituição da mão-de-obra escrava pela juridicamente livre, como que ocorreu no Nordeste¹⁰⁸. Até porque a própria oferta desse tipo de mão-de-obra era limitada no Município. Segundo o censo de 1872, apenas algo em torno de 3% das pessoas livres estavam nas categorias de "criado" e "jornaleiro", que seriam os assalariados sem profissão definida.

A chave, portanto, para conseguirmos compreender como se deu a transição para o trabalho livre na região não está no assalariamento e sim, ao que parece, num fenômeno muito anterior a crise do escravismo: o arrendamento. É através desse mecanismo que a elite agrária local, mesmo decadente, conseguia parte de seus rendimentos. Embora não tenhamos dados mais concretos para afirmá-lo, acreditamos que não só o arrendamento como a cessão de terras em suas diversas formas foram os instrumentos que garantiram o recrutamento da mão-de-obra no pós-abolição.

Assim, o estudo da escravidão em Magé revestiu-se, para nós, de um significado especial, uma vez que tanto a estrutura escravista quanto a sua evolução apresentaram

¹⁰⁸ Einsenberg, Peter, Homens esquecidos. Campinas, Unicamp, 1989, Parte I.

características bastante originais se comparadas a outras áreas, produtoras de alimentos ou não. Originalidade essa que tinha sua origem em fatores e processos nem sempre claros, mas que podemos analisar a partir de dois eixos: o primeiro refere-se à participação do escravo enquanto agente histórico, que em suas ações concretas redefinia os limites do sistema escravista. Paradoxalmente, ao reproduzir-se o escravo magueense acabava por alargar os limites desse mesmo sistema que o oprimia. O segundo eixo é o da atuação do senhor. Este, ao lutar até o limite não só de suas forças, mas daquelas do próprio escravismo, deixou claro que o seu interesse era não só o de manter a escravidão como a própria estrutura social excludente sobre a qual ela se sustentava.

CONCLUSÃO

A sociedade mageense que emerge de nosso trabalho apresenta, como sua principal característica, uma profunda hierarquização social, fruto tanto do caráter altamente mercantilizado de sua produção quanto das características mais gerais da sociedade escravista. A diferenciação aqui encontrada deixou claro que as áreas abastecedoras, assim como as demais regiões, precisam ser conhecidas não só naquilo que têm em comum como, sobretudo, no que possuem de particular. Como dissemos no início, não basta saber somente o que é produzido, é necessário conhecer também como se dá tal produção. Em outras palavras, cada estrutura social tem características que lhe são próprias, fruto por sua vez de uma evolução histórica específica que precisa ser conhecida (afirmação óbvia, mas nem sempre lembrada), e não pode, portanto, ser reduzida a mera consequência de um certo perfil produtivo.

Por outro lado, a hierarquização aí presente significava uma diferenciação não só em termos do tamanho das fortunas, como em relação à própria orientação econômica das unidades produtivas, divididas basicamente, como vimos, em dois tipos principais, no que diz respeito à forma de exploração e à lógica econômica: a fazenda mercantil e a unidade camponesa. As diferenças entre ambas, sempre tão

marcantes, vão ficar ainda maiores quando forem obrigadas a responder à crise da escravidão.

Esta hierarquização tinha um caráter excludente, pois representava também o controle, por uma minúscula elite, da maior parte da riqueza gerada por tal sociedade, principalmente daqueles fatores que lhe eram mais importantes: os bens de raiz (principalmente a terra) e os escravos. O que significava dizer que, como vimos, esta elite controlava a própria reprodução dessa sociedade. De suas decisões dependiam, assim, a forma e o ritmo em que tal reprodução dar-se-ia. Não podemos, portanto, desvincular o destino de Magé daquele de sua elite.

Chamou-nos especialmente a atenção o fato de que esta concentração da riqueza era muito semelhante à encontrada em áreas agroexportadoras, apesar das diferenças em termos de tamanhos de fortuna, o que comprovou mais uma vez a importância da mesma, necessária para a própria sobrevivência da sociedade escravista.

Já vimos também que, para compreendermos a evolução econômica e social de Magé nessa época, podemos dividir claramente a mesma em dois subperíodos distintos entre 1850 e 1886. O primeiro, entre 1850 e 1866, foi marcado pela manutenção de um determinado padrão de distribuição da riqueza e de estratégias de investimento. Neste período, não só a elite agrária como os demais grupos de fortuna conseguiram manter a sua fortuna média, ou mesmo ampliá-la. Além disso, a elite local logrou manter sob seu controle os principais

fatores de produção, terras e escravos. Esse quadro foi consequência tanto de uma conjuntura favorável no que se refere ao preço da farinha de mandioca, quanto das possibilidades de expansão que este sistema agrário ainda possuía, seja em terras (na freguesia de Guapimirim) ou em homens, este último verificado através do aumento (ainda que modesto) do número de escravos nesse momento.

Nuvens negras, no entanto, já se acumulavam desde então no horizonte da sociedade local. Por um lado, a possibilidade de expansão para novas áreas praticamente restringia-se, como vimos, a Guapimirim, uma vez que a freguesia de Teresópolis não se colocava então enquanto uma alternativa realmente viável, ao mesmo tempo em que as freguesias de Piedade e Suruí entravam em uma irreversível decadência. Por fim, o crescimento da população escrava, ao se dar de forma endógena, mostrava claramente que a região tinha enormes dificuldades em competir com as áreas agroexportadoras no mercado de cativos, do qual a mesma participava, ao que parece, mais como vendedora do que como compradora. Além do que, esse tipo de reprodução terminava por fortalecer as comunidades escravas, o que provavelmente tinha consequências nefastas para o controle do plantel pelo senhor.

Consciente desses problemas, a elite agrária local opta, no segundo subperíodo considerado (1870-1886), pela diminuição de suas inversões em cativos e diversificação das mesmas em outros itens. Sabia muito bem esta elite que a manutenção do sistema agrário em suas características

principais dependia, então, da incorporação constante de novas terras e homens. A impossibilidade de continuar com essa incorporação foi que levou essa elite a buscar alternativas de investimento, tentando com isso manter seu papel na sociedade. Tendo em vista a importância desse grupo no controle da economia local, a consequência inevitável foi um severo enfraquecimento da escravidão, e posteriormente da própria economia, causado pelos investimentos que essa elite passou a fazer em títulos públicos, investimentos esses que representavam uma saída de capital da região, já que o dinheiro assim arrecadado pelo Estado não retornava para a

mesma.

Por outro lado, veja-se que a resposta do setor camponês a esses mesmos problemas é bem distinta, baseando-se na manutenção de um padrão tipicamente agrário de investimentos, e deixando claras assim as diferenças existentes entre os dois tipos de produção no que se refere à racionalidade econômica que os guiava. Ao mesmo tempo, esse setor vai sofrer um importante aumento numérico, causado tanto pela crise do escravismo quanto, em particular, pela decadência da economia local.

A estratégia do grupo dominante, no entanto, acabou não apresentando o resultado esperado. Os anos oitenta vão ser testemunha de uma decadência que atinge não só a elite como, por consequência de seu controle sobre a economia local, a região como um todo. O grupo A praticamente some, por conta de um empobrecimento que o leva para o grupo B (que transforma-se na nova elite) e, talvez, o C. Esse último grupo, porém, também sofre as consequências da decadência, denotando assim o seu caráter geral. Não só o seu nível médio de endividamento aumenta, como o valor médio de seus inventários diminui, passando de 376,59 libras em 1870/76 para 270,88 libras em 1880/86 (uma queda de 28,07%). Em outras palavras, a decadência, ao afetar a elite agrária local, acaba por estender-se a todo o tecido social. O mais importante, contudo, é ver que esta elite, mesmo decadente, não acaba, e até o final concentra em suas mãos a ventura e a desgraça de toda uma região. O que é, sem dúvida, a face mais importante e

ao mesmo tempo mais cruel da hierarquização social existente,
ao mesmo tempo que deixa claro que esta é um verdadeiro traço
estrutural não só dessa região, mas de toda sociedade
escravista brasileira.

FONTES

FONTES PRIMÁRIAS MANUSCRITAS

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Niterói, Registros paroquiais de terras, Município de Magé, 1855-1857.

-----, Niterói, Documentos fiscais de pagamento de meia-siza, Município de Magé, 1872/1873 e 1883/1884.

Cartório do 1o. Ofício de Notas, Magé, Inventários "post-mortem", 1850-1886.

Cartório do 2o. Ofício de Notas, Magé, Inventários "post-mortem", 1850-1886.

FONTES PRIMÁRIAS PUBLICADAS

Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, *Almanack Laemmert*, Município de Magé, 1850/52/54/56/58/60/62/64/66/68/70/74/76/78/80/82.

Sala Mattoso Maia de História Fluminense, Niterói, Recenseamento da população da província do Rio de Janeiro, 1840, 1850 e 1856, relatórios do presidente da província do Rio de Janeiro de 1846, 1851 e 1858.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, Recenseamento geral do Brasil, Município de Magé, 1872.

BIBLIOGRAFIA

- ALMADA, Vilma Paraiso F. de, Escravismo e transição: o Espírito Santo (1850-1888). Rio de Janeiro, Graal, 1984.
- ALMEIDA, Carla M. C., "A população escrava em Minas Gerais." Texto inédito.
- BOSERUP, Ester, Estrutura agrária e pressão demográfica. São Paulo, Hucitec/Pólis, 1987.
- BROWN, Larissa, "Internal commerce in a colonial economy: Rio de Janeiro and its hinterland, 1790-1822". Virginia, University of Virginia, 1986 (Tese de doutorado).
- CARDOSO, Ciro F. S., A Afro-américa: a escravidão no novo mundo. São Paulo, Brasiliense, 1982, Coleção "Tudo é história".
- , Agricultura, escravidão e capitalismo. Petrópolis, Vozes, 1979.
- , (Org.) Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1988.
- , Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas américas. São Paulo, Brasiliense, 1987.

- , e Brignóli, Héctor P., Os métodos da história. Rio de Janeiro, Graal, 1983.
- CASTRO, Hebe M.M. de, Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- , "Trabalho familiar e escravidão: um ensaio de interpretação a partir de inventários *post-mortem*." Cadernos do ICHF, n. 23. Niterói, UFF, agosto de 1990, pp. 1-53.
- , "A cor inexistente: os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil, século XIX)". Niterói, UFF, 1993 (Tese de doutorado).
- CHAYANOV, A., "Sobre a teoria dos sistemas econômicos não-capitalistas" in: Silva, J. e Stolke, V., A questão agrária. São Paulo, Brasiliense, 1981, pp. 133-163.
- , La organizacion de la unidad economica campesina. Buenos Aires, Ed. Nueva Vision, 1974.
- COSTA, Dora P., "Posse de escravos e produção no agreste paraibano: um estudo sobre Bananeiras, 1830-1888." Campinas, UNICAMP, 1992 (Dissertação de mestrado).
- COSTA, Emília Viotti da, Da senzala à colônia. São Paulo, Brasiliense, 1989 (3a. Ed.).
- COSTA, Iraci N. da, Arraia-miúda. São Paulo, MGSP Ed., 1992.
- DEAN, Warren, Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura (1820-1920). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- EISENBERG, Peter, Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco (1840-1910). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

- , Homens esquecidos. Campinas, Editora da Unicamp, 1989.
- FARIA, Sheila S. de Castro, "Terra e trabalho em Campos dos Goitacazes (1850-1920)." Niterói, UFF, 1986 (Dissertação de mestrado).
- , "A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial (Sudeste, século XVIII)." Niterói, UFF, 1994 (Tese de doutorado).
- , "Escravidão e relações familiares no Rio de Janeiro" in: Cadernos do ICHF, n.23. Niterói, UFF, agosto de 1990, pp. 54-102.
- FINLEY, Moses I., Escravidão antiga e ideologia moderna. Rio de Janeiro, Graal, 1991.
- FRAGOSO, João L.R., "Comerciantes, fazendeiros e formas de acumulação em uma economia escravista-colonial: Rio de Janeiro, 1790-1888." Niterói, UFF, 1990 (Tese de doutorado).
- , e Florentino, Manolo, O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c.1790- c.1840. Rio de Janeiro, Diadorim, 1993.
- , e -----, "Marcelino, filho de Inocência crioula, neto de Joana cabinda: um estudo sobre famílias escravas em Paraíba do Sul (1835-1872)" in: *Estudos econômicos*. São Paulo, Fipe, 1987.

- , e Rios, Ana Maria L., "Comendador Manoel de Aguiar Vallim: um empresário brasileiro nos oitocentos." Texto inédito.
- GÓES, José Roberto, "O cativo imperfeito: um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX." Niterói, UFF, 1992 (Dissertação de mestrado).
- GORENDER, Jacob, O escravismo colonial. São Paulo, Ática, 1988 (5a. ed.).
- GOUBERT, Pierre, Cent mille Provinciaux au XVIIe siècle: Beauvais et le beauvaisis (1600-1730). Paris, Flammarion, 1968.
- , "Local history", *Daedalus*, C, 1, inverno de 1971.
- GRAÇA FILHO, Afonso de A., "Os convênios da carestia: crises, organização e investimentos do comércio de subsistência da Corte (1850-1880)." Rio de Janeiro, UFRJ, 1991 (Dissertação de mestrado).
- GRAHAM, Douglas H. e Merrick, Thomas W., População e desenvolvimento econômico no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.
- IBGE, Enciclopédia dos municípios brasileiros, Vol. XXII. Rio de Janeiro, IBGE, 1959.
- , Estatísticas históricas do Brasil. Rio de Janeiro, IBGE, 1987.
- LANNA, Ana Lúcia D., A transformação do trabalho. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1989 (2a. ed.).

- LENHARO, Alcir, As tropas da moderação. Rio de Janeiro, Secretaria municipal de Cultura, 1993.
- LIBBY, Douglas C., Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX. São Paulo, Brasiliense, 1988.
- LINHARES, Maria Yedda L. (org.), História geral do Brasil. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1990.
- , História do abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918). Brasília, Binagri, 1979.
- , e Silva, F. C. T. da, História da agricultura brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- LUNA, Francisco V., "Casamento de escravos em São Paulo: 1776, 1804 e 1829." Comunicação apresentada no Congresso sobre história da população da América Latina. Ouro Preto, julho de 1989.
- , e Costa, Iraci N. da, Minas colonial: economia e sociedade. São Paulo, Fipe/Pioneira, 1982.
- , e -----, "Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX." in: Estudos econômicos, n. 13. São Paulo, Fipe, 1983.
- MARTINS, Roberto Borges, "Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora", in: Estudos econômicos vol. 13. São Paulo, Fipe, 1983, pp. 181-209.
- MATTOSO, Kátia de Q., Ser escravo no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1988 (2a. ed).

- MEILLASSOUX, Claude, Antropologia de la esclavitud. México, Siglo XXI, 1990.
- MELLO, João M. C. de, O capitalismo tardio. São Paulo, Brasiliense, 1988 (7a. ed.).
- METCALF, Alida, "A família escrava no Brasil colonial: um estudo de caso em São Paulo." Comunicação apresentada no Congresso sobre história da população da América Latina. Ouro Preto, julho de 1989.
- MOTTA, Márcia M.M., "Pelos 'Bandas d'além' (fronteira fechada e arrendatários escravistas em uma região policultora - 1808-1888)." Niterói, UFF, 1989 (Dissertação de mestrado).
- PINHEIRO, Paulo S. (Org.), Trabalho escravo, economia e sociedade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- PRADO JÚNIOR, Caio, História econômica do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1990 (38a. ed.).
- PRADO JÚNIOR, Caio, Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo, Brasiliense, 1992 (22a. ed.).
- REIS, João J., e Silva, Eduardo, Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo, Cia. das Letras, 1989.
- RIOS, Ana M. L., Famílias e transição (famílias negras em Paraíba do Sul, 1872-1920). Niterói, UFF, 1990 (Dissertação de mestrado).
- SCHWARTZ, Stuart B., Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835). São Paulo, Cia, das Letras, 1988.

- SCOTT, Rebecca J., Emancipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre (1860-1899). Rio de Janeiro/Campinas, Paz e Terra/Ed. da UNICAMP, 1991.
- SHANIN, Teodor, Peasants and peasant societies. New York, Penguin Books, 1971.
- SILVA, Francisco Carlos T. da, "A morfologia da escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil-colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790)". Niterói, UFF, 1990 (Tese de doutorado).
- SLENES, Robert, "Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX." Cadernos IFCH/Unicamp n. 17. Campinas, Unicamp, junho de 1985 (mimeografado).
- , "O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX." in: Estudos econômicos vol.13. São Paulo, Fipe, 1983.
- STEIN, Stanley J., Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990.
- VILAR, Pierre, "desenvolvimento econômico e análise histórica" in: Desenvolvimento econômico e análise histórica. Lisboa, Editorial Presença, 1982, pp. 13-77.
- VINHAES, Eliana G., "Cantagalo: as formas de organização e acumulação da terra e da riqueza local". Rio de Janeiro, UFRJ, 1992 (Dissertação de mestrado).